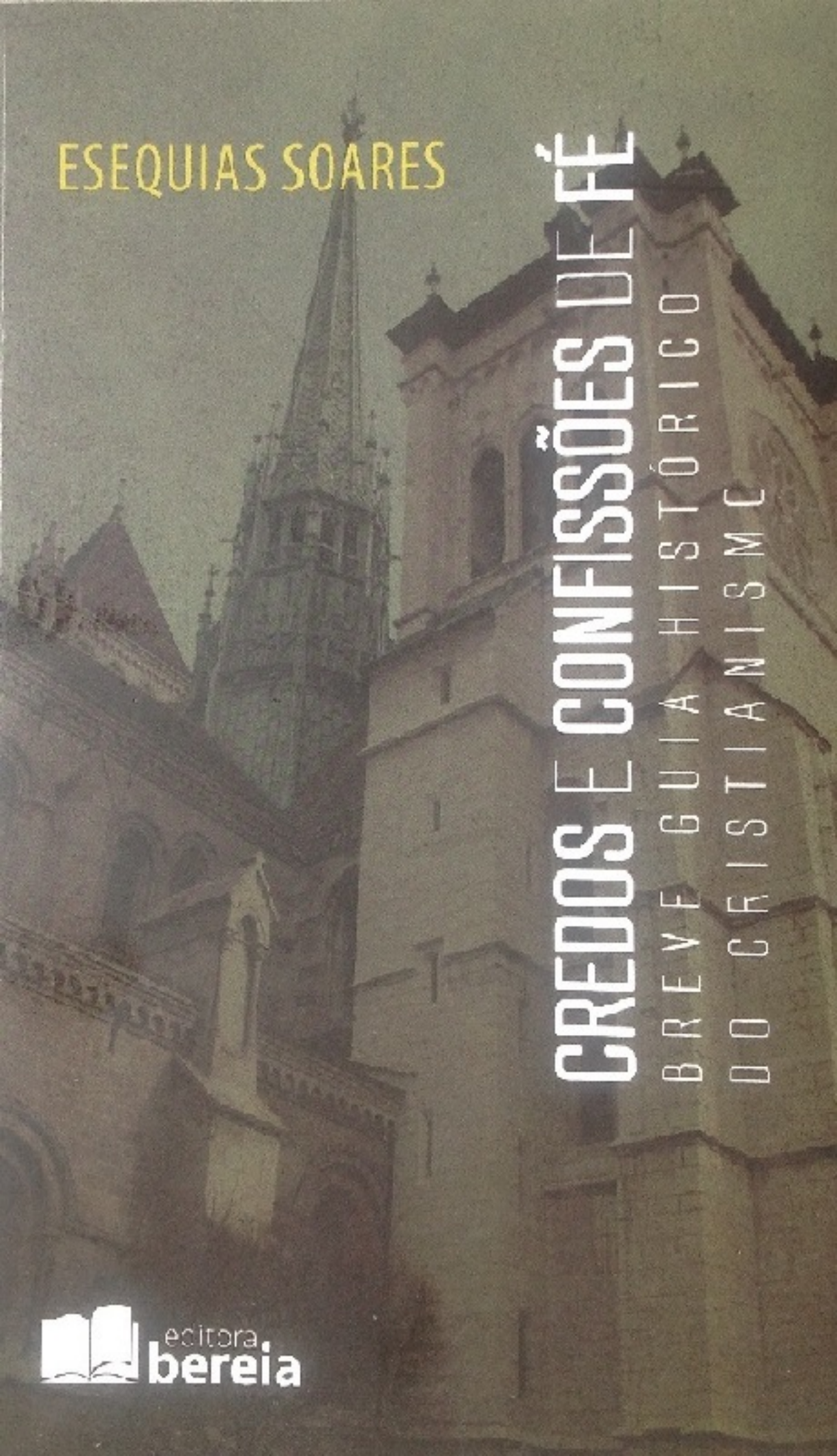


ESEQUIAS SOARES

CREDOS E CONFISSÕES DE FÉ

BREVE GUIA HISTÓRICO DO CRISTIANISMO

editora bereia

CREDOS E CONFISSÕES DE FÉ

Breve guia histórico do cristianismo

ESEQUIAS SOARES

CREDOS E CONFISSÕES DE FÉ

Breve guia histórico do cristianismo

editora bereia

editora bereia

Rua Imperial, 1638 – São José
CEP 50090-000 – Recife - PE
TEL.: +55 (81) 3034-3864

Projeto gráfico e edição de arte:
Paulo Sérgio Primati

Capa:
Thais de Andrade

Revisão de texto e prova:
Lettera Editorial

Impressão:
Imprensa da Fé

1ª edição: outubro 2013

©2013, Esequias Soares

BREVE GUIA HISTÓRICO DOS CREDOS E CONFISSÕES DE FÉ DO CRISIANISMO

Todos os direitos reservados à Editora Bereia.

Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em breves citações, com indicação da fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ofereço este livro à minha esposa,
Rute, pela singular compreensão e ao
meu casal de filhos, Daniele e Filipe,
pelo constante incentivo e apoio.

sumário

ABREVIATURAS **9**

INTRODUÇÃO **11**

Capítulo um

PRIMEIROS CONFRONTOS DOUTRINÁRIOS ENTRE ORTODOXIA X HERESIA **15**
1. Os primeiros heresiarcas **17**
2. Ramificações do gnosticismo **19**
3. Ebionitas **21**
4. Cainitas **22**
5. Monarquianismo **22**
6. Arianismo **24**
7. Maniqueísmo **27**
8. Apolinarianismo **27**
9. Nestorianismo **27**
10. Monofisismo **28**

Capítulo dois

OS CREDOS ECUMÊNICOS **29**
1. O credo dos apóstolos **32**
2. O credo niceno **37**
3. O credo da calcedônia **44**
4. O credo de atanásio ou atanasiano **49**

Capítulo três

PRENÚNCIOS DA REFORMA **55**
1. Os valdenses **57**
2. A renascença **58**
3. O humanismo **61**
4. Movimentos que precederam a reforma **64**
5. Os precursores da reforma **68**

Capítulo quatro

A REFORMA NA ALEMANHA E NA SUÍÇA **73**
1. A reforma na Alemanha **75**
2. A reforma na Suíça **91**
3. Os anabatistas: a reforma radical **50**

Capítulo cinco

A REFORMA NA INGLATERRA, ESCÓCIA E HOLANDA **107**
1. A reforma na Inglaterra **109**
2. A reforma na Escócia **130**
3. A reforma na Holanda **138**

Capítulo seis

AS CONFISSÕES DE FÉ **147**
1. A natureza dos credos e confissões de fé **149**
2. Principais confissões de fé **152**

Capítulo sete

AS ASSEMBLEIAS DE DEUS **163**
1. O protestantismo no Brasil **165**
2. Referenciais teológicos das Assembleias de Deus **171**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **185**

abreviaturas

ANTIGO TESTAMENTO

Gn	Gênesis
Êx	Êxodo
Lv	Levítico
Nm	Números
Dt	Deuteronômio
Js	Josué
Jz	Juízes
Rt	Rute
1 Sm	1 Samuel
2 Sm	2 Samuel
1 Rs	1 Reis
2 Rs	2 Reis
1 Cr	1 Crônicas
2 Cr	2 Crônicas
Ed	Esdras
Ne	Neemias
Et	Ester
Jó	Jó
Sl	Salmos
Pv	Provérbios
Ec	Eclesiastes
Ct	Cantares
Is	Isaías
Jr	Jeremias
Lm	Lamentações de Jeremias
Ez	Ezequiel
Dn	Daniel
Os	Oseias
Jl	Joel
Am	Amós
Ob	Obadias
Jn	Jonas
Mq	Miqueias
Na	Naum
Hc	Habacuque
Sf	Sofonias
Ag	Ageu
Zc	Zacarias
Ml	Malaquias

NOVO TESTAMENTO

Mt	Mateus
Mc	Marcos
Lc	Lucas
Jo	João
At	Atos
Rm	Romanos
1 Co	1 Coríntios
2 Co	2 Coríntios
Gl	Gálatas
Ef	Efésios
Fp	Filipenses
Cl	Colossenses
1 Ts	1 Tessalonicenses
2 Ts	2 Tessalonicenses
1 Tm	1 Timóteo
2 Tm	2 Timóteo
Tt	Tito
Fm	Filemon
Hb	Hebreus
Tg	Tiago
1 Pe	1 Pedro
2 Pe	2 Pedro
1 Jo	1 João
2 Jo	2 João
3 Jo	3 João
Jd	Judas
Ap	Apocalipse

introdução

As Escrituras Sagradas precisam ser interpretadas e compreendidas. Desde muito cedo na história do cristianismo, houve controvérsias internas e externas sobre a doutrina cristã defendida pelas igrejas dos primeiros séculos. Muitos documentos foram produzidos através dos séculos com o propósito de simplificar e facilitar a compreensão do pensamento cristão para o crescimento espiritual da Igreja, para protegê-la das heresias e para atender a necessidade regional de uma denominação. Os credos e as confissões de fé ocupam um espaço importante na vida das igrejas, daí a importância de conhecer sua história e seu desenvolvimento.

O enfoque do presente trabalho são os credos ecumênicos e as principais confissões de fé formulados pelos primeiros teólogos protestantes. Não é um compêndio de história da igreja. Os breves relatos servem como pano de fundo para a compreensão do tema no seu contexto histórico e também não deixam de ser uma reflexão histórica e teológica sobre o pensamento cristão. O que se pretende aqui é mostrar que desde o princípio houve a necessidade de estabelecer limites doutrinários na vida da igreja.

O primeiro capítulo procura os grandes heresiarcas dos primeiros séculos e, em seguida, o capítulo 2 mostra o contexto histórico em que os credos ecumênicos – o Credo dos Apóstolos, o Credo Niceno, o Credo da Calcedônia e o Credo de Atanásio – foram produzidos e a necessidade de elaborar tais documentos.

O capítulo 3 relata o pensamento da Europa Ocidental a partir da segunda metade da Idade Média. A Reforma não foi um movimento estanque, mas um processo que se desenvolveu ao longo do tempo, assim o capítulo retrocede ao movimento de Pedro Valdo (1140-1217) como prenúncio da Reforma. Apresenta ainda o papel dos humanistas renascentistas e um breve histórico sobre os movimentos que precederam a Reforma.

A Europa passava por grandes transformações, e muito da forma de pensar e agir medieval não correspondia à realidade, nos aspectos culturais e religiosos. A Europa Ocidental estava preparada para mudanças histórico-sociais, o meio necessário ao desenvolvimento da Reforma. A Renascença preparou o caminho para os reformadores, quebrou as correntes impostas pela hierarquia e abriu mentes.

A Renascença não foi um movimento religioso, mas o ressurgimento da literatura e da arte greco-romana. Os renascentistas estavam imersos num espírito de aventura, de empreendimento, de descobertas geográficas e de despertamento intelectual. Essas manifestações afetaram a vida religiosa, visto que os séculos de desmandos e desvios doutrinários promovidos pelos papas provocaram sentimentos contrários ao sistema vigente. A ideia dos humanistas de retorno à Antiguidade Clássica se manifestava, também, na religião, pois líderes e grupos reformadores buscavam o retorno ao cristianismo do Novo Testamento, uma renovação espiritual. Afinal, a igreja faz parte da sociedade, "é um fato social", segundo Durkheim; dessa forma, uma influencia a outra, e "o que era válido para a cultura em geral, também o era em relação à teologia" (McGRATH, 2005, p. 69).

A Reforma sacudiu a Europa Ocidental nos séculos XVI e XVII, gerando repercussões no mundo inteiro, na religião, na

política e na economia até os dias atuais. Os capítulos 4 e 5 tratam da reforma na Alemanha, Suíça Inglaterra, Escócia e Holanda, além do movimento anabatista nesses países. Mostra também de forma resumida os principais reformadores e seu pensamento teológico.

O capítulo 6 traz algumas considerações sobre as principais confissões de fé produzidas no período da Reforma, entre os séculos XVI e XVII: as confissões de fé de Ausburgo, Escocesa, Belga, Segunda Helvética, Dort e Westminster.

O capítulo 7 é um resumo histórico do pensamento teológico da Assembleia de Deus no Brasil no século XX.

A história do cristianismo é a continuação do livro de Atos dos Apóstolos contada por diversos autores ao longo dos séculos. Conhecer essa história é compreender o cristianismo de hoje nos seus diversos ramos. O leitor tem em mãos um guia para se aprofundar no conhecimento da trajetória da igreja, e as referências bibliográficas ao final do livro serão de grande ajuda. Espero com isso cumprir com o propósito pelo qual a presente obra foi escrita.

capítulo um

PRIMEIROS CONFRONTOS DOUTRINÁRIOS ENTRE ORTODOXIA X HERESIA

O Senhor Jesus perguntou certa vez: "Quem dizem os homens ser o Filho do homem?" (Mt 16.13). Desde os primeiros séculos do cristianismo, houve tentativa de resposta para essa pergunta, porém muitos tropeçaram porque se abeberaram em fontes erradas e se estribaram em métodos inadequados. Essa busca resultou em grupos religiosos isolados cujos líderes se tornaram os grandes heresiarcas do passado: os gnósticos, como Simão de Samaria, Saturnino, Basisides, Cerinto e Marcião; os monarquianistas, como Noeto, Práxeas, Paulo de Samosata e Sabélio; depois destes apareceram Ário, Apolinário e Jacó Baradeus. A proliferação das seitas e a avalanche de literatura herética exigiam limite nas crenças e práticas da Igreja. O presente capítulo resume o pensamento teológicos desses grupos religiosos heterodoxos.

1. OS PRIMEIROS HERESIARCAS

O gnosticismo foi o primeiro o movimento herético a perturbar as igrejas nos séculos iniciais de sua história. O termo "gnosticismo" vem do grego γνῶσις (gnosis), que significa "conhecimento" (LIDDELL & SCOTT, 1968, p. 355). Os membros desse movimento ensinavam a salvação por meio do conhecimento místico, e não pela fé em Jesus. Eram grupos muito diversificados em suas doutrinas, pois diferiam de lugar para lugar e em seus respectivos períodos.

Essa doutrina era nada mais que um enxerto das filosofias pagãs nas doutrinas vitais do cristianismo. Negava o cristianismo histórico: segundo ela, o Senhor Jesus não teve um corpo, isto é, não veio em carne; seu corpo seria mera aparência, à qual chamavam de "corpo docético".

Seu período áureo foi 135-160 d.C., mas o gnosticismo já dava trabalho às igrejas da época dos apóstolos (WALKER, vol. 1, 1980, pp. 78-81). O apóstolo João enfatiza que "o Verbo se fez carne" (Jo 1.14) e "todo o espírito que não confessa que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus..." (1 Jo 4.3). É bom lembrar que os escritos joaninos são do final do primeiro século e foram escritos na cidade de Éfeso, então capital da Ásia menor, de onde surgiu o gnosticismo.

Os líderes cristãos da época, os pais da igreja, reagiram com muito vigor contra essas crenças nas suas diversas modalidade. São eles:

Irineu de Lião (125-202 d.C.). Discípulo de Policarpo, que fora discípulo do apóstolo João, Irineu tornou-se bispo de Lião, na Gália, atual França, em 177 d.C. Publicou a obra *Adversus Haereses (Contra as Heresias)* e foi o teólogo que mais se destacou entre os pais da igreja do segundo século (História Eclesiástica: 3. XXVIII).

Tertuliano (145-220 d.C.). Natural de Cartago, Tertuliano é reconhecido como o pai do cristianismo latino, ou seja, das igrejas do mundo romano de fala latina. Na obra *Contra Marcião, Contra Valentino*, refutou outras heresias, entre elas o gnosticismo.

Hipólito de Roma (170-236 d.C.). Discípulo de Irineu, Hipólito combateu o gnosticismo bem como outras heresias na obra *Contra Todas as Heresias*.

A obra de Irineu de Lião, *Contra as Heresias*, constitui-se de cinco livros, e o primeiro apresenta a lista dos vários ramos do gnosticismo. Algumas obras gnósticas citadas por ele não sobre-

viveram, mas, no século XX, algumas delas foram encontradas em pesquisas arqueológicas. O *Evangelho de Judas* foi mais um achado que confirma o que Irineu de Lião escreveu (*Contra as Heresias*, I, 31.1). A descoberta da Biblioteca de Nag Hammadi, no interior do Egito, em dezembro de 1945, por Muhammad 'Ali al-Samman Muhammad Khalifah, trouxe à luz diversos livros gnósticos. A coleção consiste em doze códices de um total de 52 tratados, dos quais apenas seis já eram conhecidos em grego. Por exemplo, o *Evangelho da Verdade*, escrito por Valentino e mencionado por Irineu de Lião (*Contra as Heresias*: III, 11.9), faz parte dessa coleção.

2. RAMIFICAÇÕES DO GNOSTICISMO

Gnosticismo sírio. Era o gnosticismo de Saturnino, também conhecido como Saturnilo (120 d.C.), segundo o qual Jesus Cristo não nasceu, não teve forma nem corpo, mas foi simplesmente visto de forma humana em mera aparência. Segundo Saturnino, Cristo veio para destruir o Deus do Antigo Testamento e salvar os que nele cressem. Ele seguia a linha de Meandro; segundo Justino, o Mártir, foi discípulo de Simão Mago, de Samaria, mencionado em Atos 8.9, 18-24, que se tornou mestre no gnosticismo (*Apologia* I, 26.4). Irineu de Lião também confirma a origem Simão (*Contra as Heresias* I, 23.5). Meandro ou Menandro influenciou o pensamento do gnosticismo sírio, o qual ensinava que tudo veio à existência mediante os anjos, e era o seu número sete. Como representante da escola síria, Saturnino ensinava que o Deus dos judeus era apenas um desses sete anjos.

Gnosticismo egípcio. Era o gnosticismo de Saturnino ampliado e desenvolvido por Basilides (130 a.C.), cuja essência foi transmitida por Valentino de maneira poética e popular a partir de 140 d.C. Basilides ensinava que Cristo era a Mente Primogênita do Pai Ingênito – o Deus dos judeus, segundo ele. Negava a crucificação de Cristo, afirmava que Simão, o cirineu, se transfigurara e fora equivocadamente crucificado, e que o populacho o tomou por Jesus. Assim sendo, Cristo apenas presenciou a crucificação de Simão, seu sósia.

Gnosticismo judaizante. Era um gnosticismo muito parecido com as doutrinas dos ebionitas (judeus cristãos que negavam a divindade de Cristo e rejeitavam todos os evangelhos, exceto o de Mateus. Cerinto, o mentor dos judaizantes, teve ligações com os ebionitas no final do primeiro século. Ele negava a concepção virginal de Jesus Cristo. Dizia que Jesus foi concebido naturalmente de José e Maria, e a sua sabedoria e seus poderes sobrenaturais advinham do recebimento do Espírito Santo no seu batismo, tendo ele perdido tudo isso e voltado à sua condição original quando foi crucificado.

Gnosticismo pôntico. Esse foi o gnosticismo desenvolvido por Marcião, natural de Sinope, província do Ponto, na Ásia Menor (WALKER, vol. 1, 1980, pp. 82, 83). Transferido para Roma em 135 d.C., a partir daí Marcião passou a considerar o Deus do Antigo Testamento como mau e, depois de muitas "reflexões", julgou-o como fraco. Segundo ele, o Senhor Jesus não era o Filho do Deus do Antigo Testamento, e Cristo teria revelado um Deus até então desconhecido. Marcião pregava que todos os cristãos deviam rejeitar tanto o Antigo Testamento quanto o seu Deus.

Selecionou para si uma coleção de livros autorizados, que seriam hoje as epístolas paulinas (ausente as pastorais e mutiladas todas as passagens que revelam ser Cristo o Filho do Deus do Antigo Testamento), pois, segundo ele, somente Paulo entendeu o evangelho de Cristo, e os demais apóstolos caíram "no erro do judaísmo". Incluiu também o evangelho de Lucas, mutilando todas as passagens que afirmam que o Deus do Antigo Testamento é o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo. Marcião figura hoje na lista dos antissemitas.

3. EBIONITAS

Os ebionitas eram uma comunidade de judeus cristãos dos séculos II e IV. O nome "ebionita", segundo Tertuliano, veio de um certo Ebion, gnóstico que sucedeu Cerinto (*Contra Todas as Heresias:* III), mas Eusébio de Cesareia afirma que o nome veio por causa da manifestação da "pobreza de seu intelecto" (*História Eclesiástica:* 3. XXVII). A palavra hebraica אֶבְיוֹן (*ebion*), significava "pobre" e se aplicava a eles porque pregavam a pobreza com base em Mateus 5.3. Eusébio de Cesareia afirma que eles criam em Jesus como o seu Messias, mas negavam sua deidade, e entre eles havia os que negavam o nascimento virginal de Jesus por obra e graça do Espírito Santo. Viviam o ritual da lei e os costumes judaicos; eram hostilizados tanto pelos judeus quanto pelos cristãos. Repudiavam as epístolas paulinas, chamavam o apóstolo de apóstata e tinham um evangelho próprio, apócrifo, denominado Evangelho aos Hebreus (SCHLESINGER e PORTO, 1995, p. 894). Estavam divididos em três grupos: os nazarenos, os ebionitas fariseus e os gnósticos, ou essênios. Eram numerosos no final do primeiro século, mas, aos poucos, foram desapa-

recendo do palco e perdendo-se de vista no cenário da história. Hoje, manifestam-se com uma nova roupagem nas seitas que negam a divindade de Jesus.

4. CAINITAS

Os cainitas eram gnósticos que, como Marcião, se caracterizavam pela oposição radical ao Deus do Antigo Testamento. Repudiavam a lei de Moisés e usavam amplamente as obras gnósticas *O Evangelho de Judas* e a *Ascensão de Paulo*. Pregavam ser o Deus Jeová de Israel uma potência maligna e inferior e inimigo do Deus superior e bom, a *Sophia*. "Por conseguinte eles exaltam os inimigos de Javé, desde Caim até Esaú e Judas (este último, honrado por ter possibilitado a morte salvífica de Cristo)" (BERARDINO, 2002, p. 246). Sobre os cainitas, escreveram Irineu de Lião, Hipólito e Epifânio.

5. MONARQUIANISMO

Em virtude das discussões sobre a cristologia do *Logos*,[1] na segunda metade do segundo século e na primeira metade do século seguinte, surgiram os chamados monarquianistas, termo atribuído por Tertuliano aos opositores da doutrina do *Logos*, os *alogoi*,[2] aqueles que rejeitavam o Evangelho de João. Com origem

---

[1] Logos, termo grego, λόγος, traduzido por "Verbo, "Palavra" em Jo 1.1, 14. É um termo filosófico que quer dizer "razão". É a expressão e o meio de comunicação da vontade, e não há equivalente na linguagem moderna. Ao empregar esse termo, João estava mostrando claramente a deidade absoluta de Cristo, uma vez que os gregos conheciam o significado dessa palavra na filosofia grega. A diferença residia no fato de que *Logos* joanino era pessoal, ao passo que o da filosofia grega não o era.

[1] Logoi, λόγοι, plural de logos; alogoi, ἀλόγοι, contrários à doutrina do Logos.

no grego μοναρχία (*monarchia*), "governo exercido por um único soberano, os monarquianistas se dividiam em dois grupos: os dinâmicos, que ensinavam ser Cristo Filho de Deus, mas por adoção; e os modalistas, que ensinavam ser Cristo apenas uma forma temporária da manifestação do único Deus..

Monarquianismo dinâmico. Teódoto de Bizâncio, "o Curtidor", que era discípulo dos alogoi e aceitava o Evangelho de João com certa ressalva, foi o primeiro monarquianista dinâmico de destaque. Chegou a Roma em 190 d.C. e foi excomungado no ano 198. Considerava Jesus apenas um homem que nasceu de uma virgem, de vida santa, e que sobre ele, por ocasião do seu batismo no rio Jordão, desceu aquele que dizia ser o Espírito Santo. Alguns de seus discípulos rejeitavam qualquer direito divino em Jesus, enquanto outros afirmavam que Jesus se teria tornado divino, em certo sentido, devido à sua ressurreição. Hipólito (170-236 d.C.) rebateu essas crenças. O mais famoso monarquianista dinâmico foi Paulo de Samosata, bispo de Antioquia entre 260 e 272 d.C. Descrevia o Logos como atributo impessoal do Pai. Eusébio de Cesareia diz que ele "nutria noções inferiores e degradadas de Cristo, contrárias à doutrina da Igreja, e ensinava que, quanto à natureza, ele não passava de homem comum". Suas ideias foram examinadas por três sínodos entre 264 e 269 d.C., e o último deles o excomungou.

Monarquianismo modal. Os monarquianistas modalistas não negavam a divindade do Filho ou do Espírito Santo, mas, sim, a distinção destas pessoas, o que é diametralmente oposto ao Novo Testamento, que ensina a unidade composta de Deus em três pessoas distintas. Os modalistas pregavam a unidade absoluta

de Deus, coisa que nem mesmo o Antigo Testamento ensina; e, para apoiar tal ensino mutilaram os textos neotestamentários. Seus principais representantes foram Noeto, Práxeas e Sabélio.

Noeto era natural de Esmirna e ensinava que "Cristo era o próprio Pai, e o próprio Pai nasceu, sofreu e morreu". Cipriano (200-258 d.C.), bispo de Cartago, chamou a heresia de Noeto de "patripassionismo", do latim *Pater*, "Pai", e *passus*, de *patrior*, "sofrer". Práxeas foi discípulo de Noeto e o seu principal opositor foi Tertuliano, que afirmou: "Práxeas fez duas obras do demônio em Roma: expulsou a profecia e introduziu a heresia; fez voar o Paracleto e crucificou o Pai".

Desta última escola, destacou-se o bispo Sabélio, que se tornou um grande líder do movimento. Por volta de 215 d.C., Sabélio já ensinava suas doutrinas em Roma. Ensinava que o Pai, o Filho e o Espírito Santo não eram três pessoas distintas, mas apenas três aspectos do Deus único (WALKER, vol. 1, 1980, pp. 180-184). Segundo este bispo modalista, nos tempos do Antigo Testamento, o Pai se manifestou como Legislador. Nos tempos do Novo Testamento, este Pai era o mesmo Filho encarnado e também fazia o papel de Espírito Santo como inspirador dos profetas. Hipólito, em *Contra Todas as Heresias*, refutou essas heresias.

6. ARIANISMO

O termo "arianismo" vem de Ário, o grande expoente desta doutrina. Ele estudou em Antioquia, escola de Paulo de Samosata, um dos principais defensores do monarquianismo dinâmico. Negava ser o Filho da mesma substância do Pai e reduzia Jesus à categoria das divindades pagãs. Ou seja, Jesus era

deus, mas não como o Pai. Maria teria gerado um semideus, que não era plenamente Deus nem plenamente homem. Afirma Paul Tillich: "Esta foi a solução de Ário. Estava na mesma linha do culto aos heróis do mundo antigo. Esse mundo era povoado por meio-deuses, derivados do único Deus e incapazes de plenitude divina, mesmo quando no Olimpo. Jesus teria sido um desses deuses, quase Deus, mas não o próprio Deus" (2004, p. 87). Ário negava a eternidade do Logos; defendia sua existência antes da encarnação, como as atuais testemunhas de Jeová, mas não admitia que fosse ele eterno como o Pai, insistindo na tese de que o Verbo fora criado como primeira criatura de Deus. A palavra de ordem arianista era: "Houve tempo em que o Verbo não existia".

Alexandre, bispo de Alexandria, discordava de Ário, alegando "que a posição de Ário negava a divindade do Verbo, e em consequência de Jesus Cristo. E, já que a igreja desde o começo tinha adorado a Jesus Cristo, se a proposta de Ário fosse aceita, a igreja teria de ou deixar de adorar a Jesus Cristo, ou adorar uma criatura" (GONZALEZ, 2005, vol. 2, p. 92). O conflito tornou-se público e Ário foi deposto de suas funções da igreja. Como tinha prestígio e popularidade na cidade, escreveu a bispos amigos, e seus partidários protestaram contra a sanção marchando pelas ruas e cantando máximas teológicas de Ário.

O imperador Constantino estava mais preocupado em manter coeso o império, e a divisão da igreja podia ameaçar essa unidade. Seu conselheiro teológico, o bispo Ósio, de Córdoba, foi enviado a Alexandria para uma conciliação. Reconhecendo gravidade e a profundidade do problema, fez o imperador convocar um concílio, o qual se realizou no ano de 325 d.C.. na cidade de Niceia, atual Snik, na Turquia.



DANIELE SOARES DA SILVA

Constantino I. Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque

7. MANIQUEÍSMO

O maniqueísmo foi um movimento fundado por Mani, que morreu em 276 d.C. por determinação do governo persa. Sua doutrina consistia no dualismo pérsico: "O universo compõe-se do reino das trevas e do reino da luz, e ambos lutam pelo domínio da natureza e do próprio homem". O Cristo dos maniqueístas era um Cristo "celeste", e por essa razão eles rejeitavam Jesus, que viveu na terra como homem.

8. APOLINARIANISMO

Apolinário foi bispo de Laodiceia e morreu em 392 d.C.. Uma vez definida a divindade do Logos e resolvida a questão ariana, a controvérsia girava agora em torno das duas naturezas de Cristo: a humana e a divina. Apolinário se opôs diametralmente ao arianismo. No entanto, combateu uma heresia desenvolvendo outra tão grave quanto a que combatia: deu ênfase exagerada à divindade de Cristo e sacrificou sua genuína humanidade, ao substituir a alma de Jesus por sua deidade. Ora, como perfeito homem, Jesus possuía corpo, alma e espírito (HORTON, 1996, pp. 318, 319).

9. NESTORIANISMO

Nestório foi bispo de Constantinopla entre 428 e431 d.C. e desenvolveu a teologia do seu mestre Teodoro de Mopsuéstia, a qual ilustrava as duas naturezas de Cristo como se fossem marido e mulher, "uma só carne", sem, contudo, deixarem de ser duas pessoas e duas naturezas separadas. Nestório dizia que a

divindade residia em Cristo da mesma forma que o Espírito Santo habita no cristão. Com isso, negava a divindade de Cristo. Foi acusado por Cirilo de Alexandria de pregar heresias porque combatia a sua doutrina do *Theotokos*.[3] O uso desse vocábulo destacava a perfeita deidade de Jesus, por ser Jesus verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem. Foi considerado herege pelo Concílio de Éfeso em 431 d.C. e banido em 436 d.C. (TAYLOR, 1995, p. 463). O Concílio da Calcedônia, realizado vinte anos depois, declarou *Theotokos* como mãe do Jesus humano. Isso é diferente da apologia que o catolicismo romano faz hoje.

10. MONOFISISMO

O monofisismo, também conhecido como eutiquianismo, foi uma tentativa de combater o nestorianismo. O termo "monofisista" vem de duas palavras gregas: μόνος (*monos*), "único", e φύσις (*physis*), "natureza". Genérico, passou a ser usado posteriormente para indicar os grupos que defendiam a doutrina de que Cristo possuía uma única natureza,, só a divina ou divina e humana amalgamadas. Trata-se da doutrina de Êutico, monge de Constantinopla (aproximadamente entre 378 e 454 d.C.) que, com a intenção de combater o ensino de Nestório, caiu em outro erro. Ele foi convidado a desculpar-se diante de Flaviano, patriarca de Constantinopla, e terminou condenado em 22 de novembro de 448 d.C. Sua doutrina foi condenada no Concílio da Calcedônia, em 451 d.C., mas continua sendo usada pelas igrejas cóptica, armênia, abissínia e pelos jacobitas.

[3] Do grego Θεοτόκος, literalmente, "portadora de Deus", porém o termo é mais frequentemente usado como "mãe de Deus".

capítulo dois

OS CREDOS ECUMÊNICOS

Os credos são "interpretações precisas e autorizadas das Escrituras" (MCGRATH, 2005, p. 109). O termo vem do latim credo, que significa "creio, deposito confiança". São documentos que têm por objetivo sintetizar as doutrinas essenciais do cristianismo para facilitar as confissões públicas e defender das heresias o pensamento cristão. Os pais antenicenos chamavam esse tipo de documento de "Regra de Fé"; em grego, κανών τῆς πίστεως (*kanōn tēs pisteōs*) ou τῆς ἀληθείας (*tēs alētheias*), literalmente, "da verdade", e, ainda, nas suas formas latinas: *regula fidei* e *regula ueritatis*. O termo refere-se mais propriamente aos chamados "credos ecumênicos". Os principais credos, geralmente aceitos pelos católicos romanos, ortodoxos gregos e protestantes, são: o Credo dos Apóstolos (século II); o Credo Niceno (325 d.C.); o Credo da Calcedônia (451 d.C.) e o Credo de Atanásio (data incerta, provavelmente século V). As seitas ou grupos religiosos heterodoxos rejeitam esses credos.

O credo é também chamado de "símbolo", do grego σύμβολον (*symbolon*), "arremessar junto, comparar", geralmente em referência a qualquer declaração formal, seja ela credo, confissão de fé ou catecismo. Segundo Kenneth Scott Latourette, "um de seus usos significava ordem ou uma senha em um acampamento militar. Aplicado a um credo, era um sinal ou teste de filiação na Igreja. A aceitação de um credo ou símbolo era exigida dos que estavam sendo batizados" (vol. 1, 2006, p. 179). Os pais da Igreja empregavam essa palavra para se referirem aos documentos que expressavam a declaração de fé.

Segundo Philip Schaff, a origem dos credos é o próprio testemunho do cristão, já que o significado de *Credo, ergo confiteor* era "Creio, portanto confesso" (vol. 1, 1993, p. 4). Jesus disse: "Pois do que há em abundância no coração, disso fala a boca"

(Mt 12.34). Quem confessa o nome de Jesus e crê no seu coração que Deus o ressuscitou dos mortos, será salvo (Rm 10.9, 10), e quem confessar o nome de Jesus diante dos homens, ele também o confessará diante de Deus (Mt 10.32, 33). Dessa forma, Schaff considera a declaração de Pedro, "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mt 16.16), a primeira declaração de fé do cristianismo. Essa confissão deu consistência à fórmula batismal, visto ser Jesus Cristo o centro da fé cristã. A confissão do eunuco a Filipe, "Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus" (At 8.37), tornou-se a fórmula trinitariana: "Creio em Deus, Pai, Filho e Espírito Santo".

1. O CREDO DOS APÓSTOLOS

O Credo dos Apóstolos considera, em breves linhas populares, os artigos fundamentais da fé cristã, como necessários e suficientes para a salvação. É o primeiro e o mais simples credo e trata da ortodoxia doutrinária sobre Deus, Jesus Cristo; enfim, a santíssima Trindade e a encarnação.

A forma original do Credo dos Apóstolos foi dada por Rufino de Aquileia, em latim, cerca de 390 d.C., e por Marcelo de Ancira, entre 336-341 d.C., em grego.

1. Creio em Deus Pai Todo-poderoso.
2. E em seu Filho Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor;
3. Que nasceu do Espírito Santo e da virgem Maria;
4. Que foi crucificado sob Pôncio Pilatos, e foi sepultado;
5. E ressuscitou da morte ao terceiro dia;
6. Que subiu ao céu; e está sentado à mão direita do Pai;
7. De onde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

8. E no Espírito Santo;
9. Na santa Igreja;
10. Na remissão dos pecados;
11. E na ressurreição do corpo *[carne]*.

A formal atual apresenta alguns acréscimos e aparece pela primeira vez por volta de 750 d.C.

TEXTO GREGO

1. Πιστεύω εἰς ΘΕΟΝ ΠΑΤΕΡΑ, παντοκράτορα,
ποιητὴν οὐρανοῦ καὶ γῆς.
2. Καὶ (εἰς) ΙΗΣΟΥΝ ΧΡΙΣΤΟΝ, υἱὸν αὐτοῦ τὸν
μονογενῆ, τὸν κύριον ἡμῶν,
3. τὸν συλληφθέντα ἐκ πνεύματος ἁγίου,
γεννηθέντα ἐκ Μαρίας τῆς παρθένου,
4. παθόντα ἐπὶ Ποντίου Πιλάτου, σταυρωθέντα,
θανόντα, καὶ ταφέντα, κατελθόντα εἰς τὰ
κατώτατα,
5. τῇ τρίτῃ ἡμέρᾳ ἀναστάντα ἀπὸ τῶν νεκρῶν,
6. ἀνελτόντα εἰς τοὺς οὐρανούς, καθεζόμενον ἐν
δεξιᾷ θεοῦ πατρὸς παντοδυνάμου,
7. ἐκαῖθεν ἐρχόμενον κρῖναι ζῶντας καὶ νεκρούς.
8. Πιστεύω εἰς τὸ ΠΝΕΥΜΑ ΤΟ ΑΓΙΟΝ,
9. ἁγίαν καθολικὴν ἐκκλησίαν, ἁγίων κοινωνίαν,
10. ἄφεσιν ἁμαρτιῶν,
11. σαρκός ἀνάστασιν,
12. ζωὴν αἰώνιον. Ἀμήν.

TEXTO LATINO

1. *Credo in* Deum Patrem *omnipotentem; Creatorem cæli et terræ.*
2. *Et in* Jesum Christum*, Filium ejus unicum, Dominum nostrum;*
3. *qui conceptus est de Spiritu Sancto, natus ex Maria virgine;*
4. *passus sub Pontio Pilato, crucifixus, mortuus, et sepultus; descendit ad inferna;*
5. *tertia die resurrexit a mortuis;*
6. *ascendit ad cælos; sedet ad dexteram Dei Patris omnipotentis;*
7. *inde venturus (est) judicare vivos et mortuos.*
8. *Credo in* Spiritum Sanctum*;*
9. *sanctam ecclesiam catholicam; sanctorum communionem;*
10. *remissionem peccatorum;*
11. *carnis resurrectionem;*
12. *vitam æternam. Amen.*

TRADUÇÃO[4]

1. Creio em Deus Pai Todo-poderoso **[Criador do céu e da terra]**.
2. E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor;
3. Que **[foi concebido]** pelo Espírito Santo, **[nasceu]** da virgem Maria;
4. Sofreu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado *[morto]*, e sepultado, **[e desceu ao Inferno** *[Hades]***]**;

[4] BETTENSON, 1967, p. 54.

5. E ressuscitou da morte ao terceiro dia;
6. Que subiu ao céu, e está sentado à mão direita **[de Deus o]** Pai **[Todo-poderoso]**;
7. De onde há de vir para julgar os vivos e os mortos.
8. **[Creio]** no Espírito Santo;
9. Na santa Igreja **[Católica, na comunhão dos santos]**;
10. Na remissão dos pecados;
11. Na ressurreição do corpo *[carne]*;
12. **[E na vida eterna]**

Os termos entre colchetes [ ] e em **negrito** foram acrescentados, e aqueles que aparecem em *itálico* são variantes. Esse credo é também conhecido como o "Antigo Símbolo Romano" que se desenvolveu a partir da antiga fórmula tripartida do batismo, pois inicialmente perguntava se o candidato ao batismo cria no Pai, no Filho e no Espírito Santo, e isso, com o tempo, se tornou o núcleo do Credo dos Apóstolos. Essa regra de fé, conforme o texto de Rufino e de Marcelo, já aparecia em forma de pergunta na fórmula batismal conforme a *Tradição Apostólica* de Hipólito de Roma (160-236 d.C.). Esse Símbolo Romano surgiu como necessidade imperiosa em resposta à heresia do gnóstico Marcião, a fim de proteger as igrejas (GONZALEZ, vol. 1, 2004, p. 150; LATOURETTE, vol. 1, 2006, p. 179).

Cada artigo reduz a cinzas as crenças gnósticas marcionitas. Por exemplo, em "Creio em Deus Pai Todo-poderoso [Παντοκράτωρ, *Pantokratōr*], a ideia é "aquele que governa tudo, que controla tudo" para enfatizar o poder e a soberania de Deus em governar todo o universo. Isso neutralizava o pensamento



FILIPE SOARES DA SILVA

Inscrição de Pilatos encontrada em Cesareia Marítima, Israel. O nome de Pilatos aparece na segunda linha.

marcionita que ensinava ser o universo criado e governado por demiurgos, e não pelo grande Deus Javé de Israel, revelado no Antigo Testamento. Outro exemplo importante são os artigos 2 a 7: "E em seu Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor; que nasceu do Espírito Santo e da virgem Maria; que foi crucificado sob Pôncio Pilatos, e foi sepultado; e ressuscitou da morte ao terceiro dia; que subiu ao céu; e está sentado à mão direita do Pai; de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos". Eles destroem a teologia de Marcião e dos demais grupos gnósticos do segundo século, que ensinavam ser o Senhor Jesus um fantasma, que eles chamavam de "corpo docético". Negavam ter Cristo vindo à terra com um corpo de carne e ossos, de forma que Jesus não foi um personagem histórico que viveu entre nós.

2. O CREDO NICENO

Os historiadores afirmam que cerca de 300 bispos provenientes do Oriente e do Ocidente participaram do Concílio de Niceia, por isso esse evento é tido como o primeiro concílio ecumênico da História. Dentre os participantes, estava presente um pequeno grupo de arianistas convictos, liderados por Eusébio de Nicomedia (não confundir com Eusébio de Cesareia), pois Ário não era bispo, assim não tinha direito de participar das deliberações. Por outro lado, estava outro pequeno grupo, liderado por Alexandre, bispo de Alexandria, acompanhado do diácono Atanásio, que veio a tornar-se notável, posteriormente, pela vigorosa defesa da ortodoxia cristã, que considerava a teologia ariana uma ameaça à fé cristã. O Concílio de Niceia contou, ainda com três bispos patripassianistas. Além dessas minorias, a maior parte era for-



DANIELE SOARES DA SILVA

Atanásio e Espiridião. Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.

mada de bispos procedentes do Ocidente, de fala latina, sem interesse no que eles chamavam de especulações teológicas, pois se davam por satisfeitos com a formulação trinitária de Tertuliano: "pois eles são de uma só substância e de uma só essência e de um poder só".

Eusébio de Nicomedia expôs a doutrina ariana, pois tinha convicção absoluta de que, após sua apresentação, todo o concílio o apoiaria, aceitando-a como correta; grande foi sua decepção, porém, quando o plenário se manifestou com indignação ao ouvir a ideia de considerar o Filho de Deus uma criatura, por mais exaltada que fosse tal criatura. Alguns chegaram a arrebatar seu discurso e rasgá-lo em pedaços em meio a gritos de "Blasfêmia! mentira! heresia!" (GONZALEZ, 2005, vol. 2, p. 96). Knight & Anglin, no livro *História do Cristianismo*, declaram:

> Os bispos sentiram tanto a indignidade que Ário fizera pesar sobre o bendito Senhor, que tapavam os ouvidos enquanto ele explicava as suas doutrinas, e declaravam que quem expunha tais doutrinas era só digno de anátema. Como repressão às heresias crescentes, foi escrita a célebre confissão de fé, conhecida pelo Credo Niceno, na qual está clara e inteiramente anunciada a doutrina das Sagradas Escrituras com referência à divindade de Cristo. (p. 55)

Isso quebrou o clima pacífico e suave da reunião. Apesar das tentativas de prosseguir a assembleia analisando passagens bíblicas, " logo ficou claro que os arianos podiam interpretar qualquer citação de uma maneira que os favorecia... Por esta razão a assembleia decidiu compor um credo que expressasse a fé da

igreja em relação às questões em debate" (GONZALEZ, 2005, vol. 2, p. 96). Eusébio de Cesareia, autor da proposta de formulação de um credo, sugeriu o Credo de Cesareia, alegando ter recebido o texto de seus predecessores, cujo corpo dizia:

> Cremos em um só Deus, Pai Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; em um só Senhor Jesus Cristo, Verbo de Deus, Deus de Deus, Luz de Luz, Vida de Vida, Filho Unigênito, Primogênito de toda a criação, por quem foram feitas todas as coisas; o qual foi feito carne para nossa salvação e viveu entre os homens, e sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, e subiu ao Pai e novamente virá em glória para julgar os vivos e os mortos. Cremos também em um só Espírito Santo.

A esse credo, segundo Latourette, "com a aprovação do imperador e talvez por sua sugestão", acrescentou-se a palavra ὁμοούσιος (*homoousios*), "da mesma substância, consubstancial", aplicada a Cristo. Dessa maneira, o Credo de Cesareia foi modificado e se tornou o conhecido Credo Niceno.

Apenas dois bispos se recusaram assinar o credo, cujo teor é o seguinte:

> Cremos em um só Deus, Pai Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; em um só Senhor Jesus Cristo, *Filho de Deus, o Unigênito do Pai*, que é *da substância do Pai*, Deus de Deus, Luz de Luz, *verdadeiro Deus de verdadeiro Deus*, gerado, não feito, *de uma substância com o Pai*, por meio de quem todas as coisas vieram a existir, as coisas que estão no céu e as coisas

> que estão na terra, que por nós homens e por nossa salvação *desceu e foi feito carne, e se fez homem*, sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos céus, e virá para julgar os vivos e os mortos. Cremos também em um só Espírito Santo.

A importância fundamental dessa mudança foram: a inserção das expressões "é da substância do Pai... de uma substância com o Pai"; a substituição de "Vida de Vida" por "verdadeiro Deus de verdadeiro Deus" e do termo "Verbo de Deus" por "Filho de Deus, o Unigênito do Pai", mostrando ser ele gerado de maneira diferente dos seres humanos; e o acréscimo de "desceu e foi feito carne, e se fez homem" para a nossa salvação. Isso resume a essência da verdadeira identidade de Cristo.

FILIPE SOARES DA SILVA



Ruína de Cesareia Marítima, Israel, cidade do historiador cristão, Eusébio de Cesareia.

A controvérsia não findou com o Concílio, pois Eusébio de Nicomedia influenciou o imperador que posteriormente mudou de posição, favorecendo os arianos. Com a morte de Alexandre, em 328 d.C., Atanásio, agora bispo, sucedeu-o no cargo de bispo de Alexandria. Após a morte de Constantino, Constâncio sobressaiu-se entre seus dois irmãos Constantino II e Constante, tornando-se senhor do império. Ele favoreceu a causa ariana, como disse Jerônimo: "O mundo despertou de um sono profundo e percebeu que se tornara ariano" (GONZALEZ, 2005, vol. 2, p. 101).

O Credo Niceno termina com as seguintes palavras: "Cremos também em um só Espírito Santo", mantendo o que constava no Credo de Cesareia. Essa referência nada declara sobre a função ou a natureza da terceira pessoa da Trindade. O assunto foi discutido posteriormente pelos pais capadócios, conhecidos como "os Grandes Capadócios".



FILIPE SOARES DA SILVA

Arco de Constantino, Roma.

Basílio de Cesareia, uma cidade da Capadócia (330-379 d.C.), combateu os antigos arianos, os neoarianos, os semiarianos e os pneumatomacianos.[1] Escreveu no ano de 373 d.C. uma refutação aos argumentos do maior expoente do arianismo radical, o arianista anomeano[2] chamado Eunômio: *Contra Eunômio*, e, também, *Sobre o Espírito Santo*, uma defesa da doxologia: "Glória seja ao Pai, com o Filho, juntamente com o Espírito Santo". Gregório de Nissa, seu irmão mais novo (335-394 d.C.), escreveu *Sobre a Trindade*, continuação da obra *Contra Eunômio*, da autoria de seu irmão, e, *Sobre Não Três Deuses*, refutação ao heresiarca Ablábio, que defendia o triteísmo, considerando o Pai, o Filho e o Espírito Santo como três deuses.

Gregório de Nazianzo (329–389) combateu os mesmos opositores de seus companheiros Basílio e seu irmão Gregório de Nissa: Eunômio e os pneumatomacianos. Escreveu com elegância e clareza sobre a Trindade e, especialmente, sobre o Espírito Santo, por meio de epístolas, poemas e sermões, sendo as *Orações Teológicas* compostas por cincos sermões. Ele afirma na quinta *Oração Teológica*: "Se houve tempo em que Deus não existia, então houve um tempo em que o Filho não existia. Se houve um tempo no qual o Filho não existia, então houve um tempo no qual o Espírito não existia. Se um existiu desde o começo, logo os três também existiram". Gregório afirma ainda na quinta *Oração Teológica* XXXVI:

---

[5] *Pneumatomachoi*, "opositores do Espírito", nome dado por Atanásio ao grupo religioso liderado por Eustáquio de Sebaste (300-380 d.C.), que não aceitava a divindade do Espírito Santo. O termo vem de duas palavras gregas *pneuma*, "espírito", e *machomai*, "falar mal, contra".

[6] *Anomeus*, nome dado a um grupo arianista que restaurou o radicalismo de Ário, vinte anos depois do Concílio de Niceia. O termo vem da palavra grega *anómoios*, "diferente", porque consideravam o Pai diferente do Filho.

> O Antigo Testamento manifestou claramente o Pai e obscuramente o Filho. O Novo manifestou o Filho e obscuramente indicou a divindade do Espírito Santo. Hoje o Espírito habita entre nós e se dá mais claramente a conhecer. Porque teria sido inseguro proclamar abertamente o Filho antes de ser conhecida a divindade do Pai; ou antes de ser reconhecida a divindade do Filho, impor-se, por assim dizer, a do Espírito Santo... Era muito melhor que, por adições parciais e, como diz Davi, por ascensões de glória em glória, brilhasse progressivamente o esplendor da Trindade... Vede como a luz foi chegando aos poucos, e a ordem, pela qual Deus se fez revelar a nós (*Antologia dos Santos Padres*, pp. 254, 255).

Em Gregório de Nazianzo, encontramos uma extraordinária contribuição para a vitória final da fé nicena. Ele organizou os dados da revelação divina, registrados nas Escrituras, e afirmou categoricamente que o Espírito Santo é Deus. No Concílio de Constantinopla, em 381 d.C., descreveu o Espírito como Deus e como "o Senhor e provedor da vida, que procede do Pai e é adorado e glorificado com o Pai e com o Filho".

3. O CREDO DA CALCEDÔNIA

A definição da Calcedônia, em 451, é uma resposta aos nestorianos e aos monofisitas.

> Fiéis aos santos pais, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, perfeito quanto à divin-

> dade e perfeito quanto à humanidade, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, constando de alma racional e de corpo consubstancial *[homoousios]* ao Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; "em todas as coisas semelhante a nós, excetuando o pecado", gerado, segundo a divindade, antes dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da Virgem Maria, mãe de Deus *[Theotokos]*. Um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar, em duas naturezas,[7] inconfundíveis[8] e imutáveis,[9] inseparáveis e indivisíveis.[10] A distinção de naturezas de modo algum é anulada pela união, mas, pelo contrário, as propriedades de cada natureza permanecem intactas, concorrendo para formar uma só pessoa e subsistência *(hypóstasis)*; não dividido ou separado em duas pessoas, mas um só e mesmo Filho Unigênito, Deus Verbo, Jesus Cristo Senhor, conforme os profetas outrora a seu respeito testemunharam, e o mesmo Jesus Cristo nos ensinou e o credo dos pais nos transmitiu.

Essa declaração fala a respeito das duas naturezas de Cristo em uma só pessoa. A encarnação do Verbo não é uma conversão ou transmutação de Deus em homem nem de homem em Deus. A distinção é precisa entre *natureza* e *pessoa*. O

---

[7] Δύο φύσεσιν (*dyo physesin*), "duas naturezas".

[8] Ἀσυγχύτως (*asynchytōs*), "inconfundível".

[9] Ἀτρέπτως (*atreptōs*), "imutável".

[10] Ἀδιαιρέτως καὶ ἀχωρίστως (*adiairetōs kai achistōs*), "indivisível e inseparável" ou "sem divisão e sem separação".

Deus-homem é resultado da encarnação; trata-se de uma só pessoa com duas naturezas: humana e divina. A união dessas duas naturezas é permanente como resultado da encarnação. Jacó Baradeus e seus seguidores rejeitaram a decisão desse concílio, e por essa razão a igreja nacional da Síria é conhecida como jacobita.

A união das duas naturezas de Cristo é chamada de "hipóstase", do grego ὑπόστασις. Esse vocábulo vem de ὑπό (*hypo*), "sob", e do verbo ἵστημι (*histēmi*), "colocar, firmar". Nas discussões teológicas sobre a doutrina da Trindade, era usada como sinônimo de οὐσία (*ousia*), "essência, ser". Com relação a Jesus, significa a união das duas naturezas: divina e humana.

A Bíblia não estabelece a fronteira entre as naturezas humana e divina de Jesus durante o seu ministério terreno (1 Tm 3.16). Ela apresenta com clareza meridiana a natureza humana de Jesus durante seu ministério. Isso fazia parte do ensino apostólico: "que nasceu da descendência de Davi segundo a carne" (Rm 1.3); "dos quais são os pais, e dos quais é Cristo, segundo a carne"; "Jesus Cristo, homem" (1 Tm 2.5); "O qual, nos dias da sua carne, oferecendo, com grande clamor e lágrimas, orações e súplicas ao que o podia livrar da morte, foi ouvido quanto ao que temia" (Hb 5.7); "e todo espírito que não confessa que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus" (1 Jo 4.3).

Os evangelhos, contudo, registram que diversas vezes Jesus se declarou Deus e agiu como tal. Ele aceitou adoração em variadas ocasiões (Mt 8.2; 9.18; 14.33; 15.25; Jo 9.38), algo que o apóstolo Pedro se recusou a receber de Cornélio e até repreendeu ao centurião dizendo: "Levanta-te, que eu também sou homem" (At 10.25, 26). O mesmo aconteceu com o anjo, diante do qual o apóstolo João se prostrou para adorar: "E eu

lancei-me a seus pés para o adorar, mas ele disse-me: Olha, não *faças tal*; sou teu conservo e de teus irmãos que têm o testemunho de Jesus; adora a Deus" (Ap 19.10). Mais adiante o apóstolo tentou outra vez, mas a reação do anjo foi a mesma (Ap 22.8, 9). Jesus perdoou os pecados do paralítico de Cafarnaum: "Ora, para que saibais que o Filho do Homem tem na terra poder para perdoar pecados" (Mc 2.10) e várias vezes se igualou a Deus: "Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim" (Jo 14.1). Isso significa exigir nele a mesma fé que se tem em Deus.

Mais uma palavra sobre o kenotismo, de κένωσις (*kenōsis*), "esvaziamento", proveniente do verbo grego κενόω (*kenoō*), "esvaziar, aniquilar, destruir". Segundo essa doutrina, Jesus teria esvaziado a si mesmo de sua divindade durante a encarnação, restando-lhe apenas a natureza humana. Esse pensamento teológico baseia-se numa interpretação forçada de Filipenses 2.6-8: "Que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte e morte de cruz". Jesus não deixou de ser Deus durante a encarnação. O texto sagrado não ensina o kenotismo. Como defende Stanley Monroe Horton, "pelo contrário, [Cristo] abriu mão apenas do exercício independente dos atributos divinos. Ele ainda era plena Deidade no seu próprio ser, mas cumpriu o que parece ter sido imposto pela encarnação: limitações humanas reais, não artificiais" (1996, pp. 326, 327). A Definição da Calcedônia pôs fim a essa controvérsia.



MAPA: PAULO PRIMATI – FONTE: ATLAS VIDA NOVA

Mapa do Império Bizantino

4. O CREDO DE ATANÁSIO OU ATANASIANO

Depois do Concílio de Niceia, em 325 d.C., circulavam nas igrejas muitos documentos relacionados ao tema em questão. O credo que hoje chamamos de Credo de Atanásio na verdade expressa o seu pensamento e o que ele defendeu durante toda a sua vida, mas parece que o texto não é de sua autoria. Esse credo não foi mencionado no Concílio de Éfeso, em 431 d.C.; nem no Concílio da Calcedônia, em 451 d.C.; e também não foi citado no Concílio de Constantinopla, em 381 d.C. Segue o texto do Credo de Atanásio:

> (1) Todo que for salvo; antes de todas as coisas é necessário que se apegue à fé universal; (2) Tal fé, se não for guardada plena e imaculada, sem dúvida trará perdição eterna; (3) A fé universal é esta: que adoremos um Deus em trindade, e trindade em unidade; (4) Não confundimos as Pessoas, nem separamos a substância. (5) Pois existe uma única Pessoa do Pai, outra do Filho, e outra do Espírito Santo. (6) Mas a deidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo é toda uma só: glória é igual e a majestade é coeterna. (7) Tal como é o Pai, tal é o Filho e tal é o Espírito Santo. (8) O Pai é incriado, o Filho incriado, e o Espírito Santo incriado. (9) O Pai é imensurável, o Filho é imensurável, o Espírito Santo é imensurável. (10) O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno. (11) E, no entanto, não são três eternos, mas há apenas um eterno. (12) Da mesma forma não há três incriados, nem três imensuráveis, mas um só incriado e

> um imensurável. (13) Assim também o Pai é onipotente, o Filho é onipotente e o Espírito Santo é onipotente. (14) No entanto, não há três onipotentes, mas sim, um onipotente. (15) Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus, e o Espírito Santo é Deus. (16) No entanto, não há três Deuses, mas um Deus. (17) Assim o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, e o Espírito Santo é Senhor. (18) Todavia não há três Senhores, mas um Senhor. (19) Assim como a veracidade cristã nos obriga a confessar cada Pessoa individualmente como sendo Deus e Senhor; (20) Assim também ficamos privados de dizer que haja três Deuses ou Senhores. (21) O Pai não foi feito de coisa alguma, nem criado, nem gerado; (22) o Filho procede do Pai somente, não foi feito, nem criado, mas gerado. (23) O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, não foi feito, nem criado, nem gerado, mas procedente. (24) Há, portanto, um Pai, e não três Pais; um Filho, e não três Filhos; um Espírito Santo, não três Espíritos Santos. (25) E nessa trindade não existe primeiro nem último; maior nem menor. (26) Mas as três Pessoas são coeternas, são iguais entre si mesmas; (27) De sorte que por meio de todas, como acima foi dito, tanto a unidade na trindade como a trindade na unidade devem ser adoradas.

Esse credo enfatiza a Trindade e é mais longo que o Credo Niceno. Durante a Idade Média, dizia-se que Atanásio escreveu esse texto quando esteve no exílio, em Roma, e ofereceu-o ao bispo de Roma, Júlio I, para servir como confissão de fé. Desde o século IX o credo leva o nome de Atanásio porque ele defendeu tenazmente essa doutrina, mas seu autor é desconhecido. O

FILIPE SOARES DA SILVA



Catedral de Santa Sofia, Istambul, Turquia.

credo foi mencionado pela primeira vez em um sínodo, realizado entre 659-670 d. C., e serve como teste da ortodoxia desde o século VII para o catolicismo romano, o catolicismo ortodoxo e o protestantismo.

O artigo 23 declara: "O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, não foi feito, nem criado, nem gerado, mas procedente". O patriarca de Constantinopla dizia que esse artigo não era autêntico. Alega-se que a *filioque*, termo latim que significa "e do Filho", não constava do texto original. A Igreja Ortodoxa ainda hoje rejeita a ideia de que o Espírito Santo seja enviado pelo Pai e pelo Filho, mas apenas pelo Pai. Parece que tal questionamento não tem fundamento bíblico, pois Jesus disse: "Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele

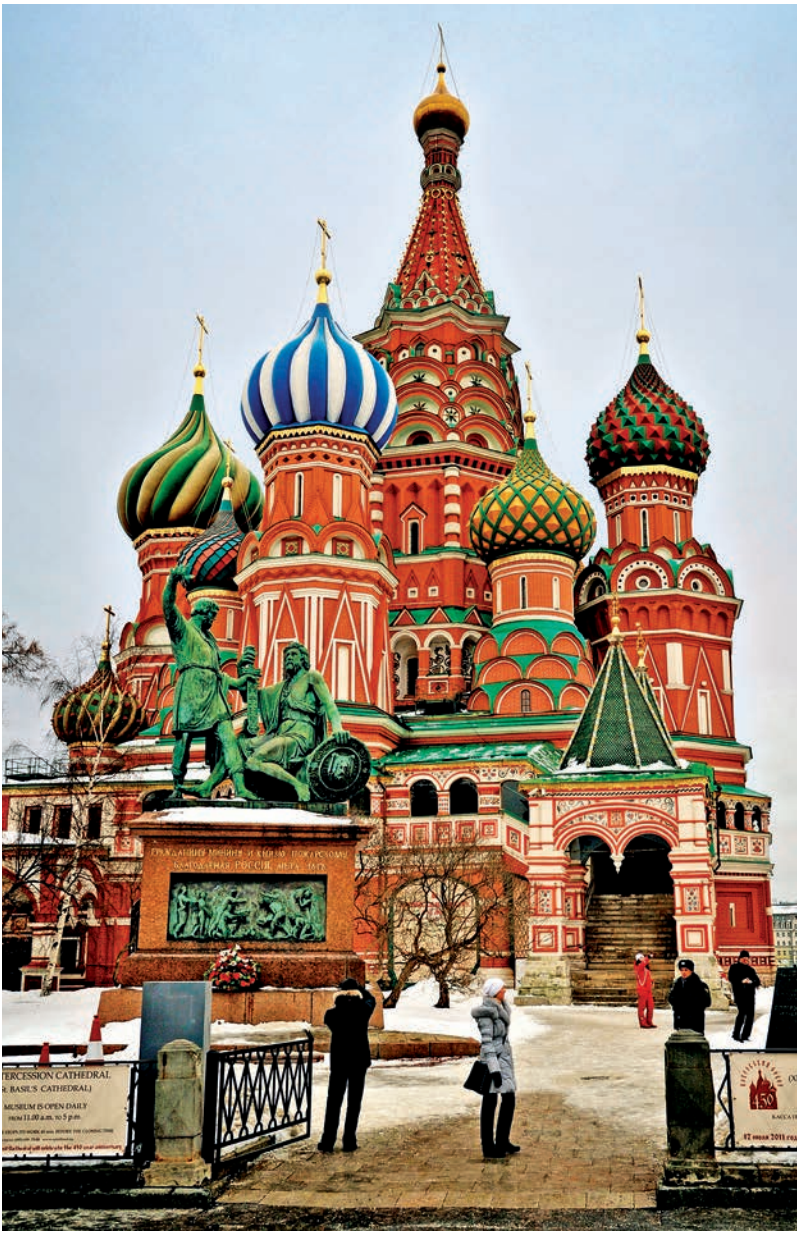
Espírito da verdade, que procede do Pai, testificará de mim" (Jo 15.26). Aqui fica claro que o Senhor Jesus enviou o Consolador: "que eu da parte do Pai vos hei de enviar". Essa foi uma das principais razões para o cisma da Igreja, em 1054, quando ocorreu a divisão em Oriente e Ocidente, Roma e Constantinopla, catolicismo romano e catolicismo ortodoxo. A sede atual do patriarcado da Igreja Ortodoxa está em Moscou, Rússia.



FILIPE SOARES DA SILVA

Atual Istambul, antiga Constantinopla.

FILIPE SOARES DA SILVA



Catedral de São Basílio Moscou.

capítulo três

PRENÚNCIOS DA REFORMA

Durante todo o século XII, surgiram muitos pregadores que não se conformavam com a estrutura hierárquica da Igreja Católica. Não cabe aqui analisar todos os movimentos da época, mas os valdenses merecem destaque porque "são a mais antiga das igrejas protestantes" (GONZALEZ, vol. 2, 2004, p. 181). Os movimentos da Renascença e do Humanismo, embora de expressão predominantemente cultural, prepararam a Europa para a Reforma Protestante.

1. OS VALDENSES

Muito assemelhados doutrinariamente com o protestantismo, os valdenses devem seu nome ao fundador do movimento, Pedro Valdo, um próspero comerciante da cidade francesa de Lyon que, em 1176, influenciado por ideias monásticos e pela leitura do Novo Testamento, distribuiu seus bens aos pobres, deixando apenas o necessário para garantir a sobrevivência de sua esposa e suas filhas, iniciando a atividade de pregador leigo. No ano seguinte, já contava com um grupo de seguidores, os chamados "Pobres de Espírito" (WALKER, vol. 1, 1980, pp. 322).

Valdo solicitou ao papa Alexandre III, durante o Terceiro Concílio Laterense, em 1179, a autorização para o trabalho de evangelização. O papa considerou que Valdo e seus seguidores eram ignorantes demais para pregar. Esse foi o único motivo para o pedido ser negado. Inconformado com a decisão, Valdo continuou a pregar, juntamente com seus seguidores. Por tal desobediência, eles foram excomungados, em 1184, pelo papa Lúcio III.

Os valdenses criam que todos os homens deviam possuir a Bíblia em seu próprio idioma, devendo ser ela a autoridade final para a fé e para a vida. Seguindo o exemplo de Cristo, vestiam-se

com simplicidade para pregar aos pobres na sua língua. Aceitavam as confissões ecumênicas modelares, a Ceia do Senhor era celebrada anualmente, praticavam o batismo por imersão, além da ordenação leiga para a pregação e a ministração dos sacramentos. "A principal contribuição de Valdo para a divulgação do cristianismo na França foi a sua tradução da Bíblia da *Septuaginta* para o provençal, língua falada naquela época na França" (GIRALDI, 2013, p. 23). O grupo tinha seu próprio clero, com bispos, sacerdotes e diáconos. Valdo foi o seu líder até morrer em 1217. Os valdenses anteciparam em muitos aspectos os ensinos da Reforma Protestante, o avanço mais significativo no período da Renascença.

2. A RENASCENÇA

Renascença ou Renascimento é o nome do movimento artístico e literário que surgiu na Itália, no século XIV, mas teve grandes expoentes em outros países da Europa: Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Suíça, dentre outras regiões da Europa, envolvendo arquitetura, pintura, escultura, literatura, música e um novo enfoque da política e da religião. O termo veio do francês *renaissance*, que no início do século XIX passou a ser escrito com "R" maiúsculo *Renaissance*, para identificar o movimento. Segundo a *Enciclopédia Mirador Internacional*, o termo foi adotado em alemão, em 1840; em inglês, em 1845; e, na língua portuguesa, entre o final do século XIX e o início do século XX.

A descoberta do continente americano por Colombo e a viagem de circunavegação feita por Magalhães, junto com os demais descobrimentos realizados por portugueses e espanhóis, mudaram totalmente a antiga visão de mundo existente na Europa. Já

DANIELE SOARES DA SILVA



Cristóvão Colombo (Sebastiano del Piombo / Sebastiano Luciani, 1485/86-1547). Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.

não se vivia em função do mar Mediterrâneo, mas dos oceanos; já não se vivia num mundo plano, pairando sobre um abismo infinito, mas num globo, onde novas descobertas alteravam o dia a dia das nações. O antigo sistema feudal, com suas regiões dominadas por nobres quase independentes do poder real, estava praticamente em colapso, e surge uma nova forma de organização: a nação-estado, baseada na ideia de nacionalidade com um poder centralizado no rei, e não mais fragmentado nos senhores feudais. Surgia também daí a ideia de uma igreja nacional sem interferências vindas de Roma.

O movimento abriu novos horizontes culturais com a valorização do ser humano; houve uma reorientação cultural em que os homens trocaram a compreensão corporativa, religiosa e medieval da vida por uma perspectiva individualista, secular e moderna. A invenção da imprensa de tipos móveis por João Gutenberg, em Mainz, Alemanha (1450-1453), contribuiu para a rápida divulgação dos novos ideais. Possibilitou também a impressão gráfica da chamada *Bíblia de 42 Linhas*, a Vulgata Latina, com a tradução de Jerônimo. Essa foi a primeira Bíblia impressa no mundo.

A Renascença foi uma reação ao escolasticismo, termo criado pelos humanistas A partir da palavra "escolástica", que vem das *scholae*, "escolas" medievais, centros de debates de teologia e filosofia, existentes entre 1250 e 1500. Seus representantes enfatizavam a justificação racional de crença religiosa e sua apresentação de forma sistemática. Trata-se "provavelmente de um dos movimentos intelectuais mais desprezado da história da humanidade", segundo McGrath, pois dava demasiada importância às coisas triviais: "uma inútil e árida especulação intelectual a respeito de trivialidades" (p. 70). O debate sobre a roupa que Jesus usava, se era dele ou emprestada, em *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, é um bom exemplo

FILIPE SOARES DA SILVA



A Bíblia de Gutenberg. Deutsches Historisches Museum, Berlim.

dessas discussões. O objetivo dos humanistas, aqui, era desacreditar os escolásticos e a Idade Média – expressão também criada por eles para designar o período intermediário entre a Idade Clássica e a Idade Renascentista, e, assim, aumentar atrativos para o período clássico. Todavia, a contribuição dos escolásticos foi de fundamental importância para a teologia cristã, no que diz respeito ao papel da razão e da lógica da teologia.

3. O HUMANISMO

Os devotos do conhecimento eram chamados humanistas. O termo "humanismo", no contexto renascentista, não deve ser confundido com a ideia secularizada, a cosmovisão centrada exclusivamente no ser humano, que nega a existência de Deus. Muitos humanistas, como Savonarola e Erasmo de Roterdã, ostentavam a bandeira de Cristo, queriam o retorno às origens, ao

cristianismo do Novo Testamento, e estavam preocupados com a purificação e a renovação do cristianismo.

O humanismo era um movimento voltado para o modelo clássico e estudava a língua e a literatura clássicas na sua língua original, com o objetivo de "promover a eloquência na escrita e na oratória da época" (MCGRATH, 2005, p. 74). O período clássico na Renascença era um meio e uma regra.

Por exemplo, Psellus, mestre da Universidade de Constantinopla, falecido em 1092, revelou em seus escritos o interesse pela antiguidade clássica que perdurou por séculos: "Não é um exagero reivindicar para ele a distinção de ser um dos precursores da Renascença" (GONZALEZ, vol. 2, 2004, p. 202). No século XIV, Dante, Petrarca e Bocácio foram os principais responsáveis por ressuscitar o interesse nos escritores clássicos. Com a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, muitos eruditos fugiram para a Itália, levando consigo os tesouros da literatura grega.

Com a retomada do estudo das línguas, como o grego e o hebraico, por leigos, as Escrituras estavam novamente acessíveis, e isso a uma camada de pessoas importantes e influentes. A busca de um retorno aos valores clássicos preparou a mente de muitos pensadores para questionar as decisões impostas pela Igreja e analisá-las frente ao conteúdo do Novo Testamento.

Sob a influência das mudanças políticas ocorridas com o surgimento das nações-estado e também com o acesso aos originais da Bíblia possibilitado pela Renascença, o pensamento religioso desse período sofreu modificações. Novamente a comparação entre a Igreja bíblica e aquilo que se apresentava como Igreja na prática ocorreu, junto com o desejo de liberdade de interpretação e libertação da hierarquia romana e sua estrutura rígida e centralizada, que demonstravam estar fora da Palavra.

FILIPE SOARES DA SILVA



Erasmo de Roterdã (Albert Dürer, 1526). Museu Histórico Alemão, Berlim.

A Renascença congregava humanistas para todos os gostos: platônicos e aristotélicos, religiosos e antirreligiosos, republicanos e partidários de outras posições políticas. Essas manifestações refletiam o pensamento da época e estavam de acordo com os ideais humanistas do Renascimento, preparando o terreno para a Reforma iniciada por Martinho Lutero.

Um erudito humanista de destaque no movimento renascentista e que exerceu grande influência na Europa foi Desidério Erasmo (1469-1536), mais conhecido como Erasmo de Roterdã, devido à cidade de seu nascimento, na Holanda. Ele já era famoso quando Lutero iniciou seu movimento de Reforma e em 1520,, num encontro com o príncipe alemão, da Saxônia, Frederico, o Sábio, deu parecer favorável a Lutero, ou seja, conferiu-lhe um voto de confiança. Durante toda a sua vida, Erasmo criticou a Igreja Católica, mas nunca deixou o catolicismo. Em 1503, escreveu o *Manual do Soldado Cristão*, no qual, com sarcasmo, critica as irregularidades da Igreja Católica (MCGRATH, 2005, p. 83). Em 1516, lançou a primeira edição do seu Novo Testamento Grego, que, depois de várias revisões, se tornou o conhecido *Textus Receptus*.

4. MOVIMENTOS QUE PRECEDERAM A REFORMA

A Reforma não foi movimento estanque. Desde a Idade Média, muitas vozes clamavam por mudanças no sistema religioso vigente; a cada dia, "a hierarquia eclesiástica vinha perdendo poder e prestígio" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 17). Diversas manifestações contra os abusos dos papas se faziam ouvir na época dos reformadores do século XVI. As principais aconteceram no período da Renascença, cujas ideias harmonizavam com o espírito renascentista.

O distanciamento ocorrido entre o ideal bíblico e a realidade da igreja durante a Idade Média, assim como as lutas políticas sustentadas pelos papas, levaram ao surgimento de vários grupos insatisfeitos, visto que o clima renascentista era propício a uma reforma religiosa.

O movimento conciliar, o misticismo de João Eckhart, os ideais de Wycliffe, Huss, Savonarola, juntamente com as bases do movimento humanista, foram fundamentais para o início da Reforma na Alemanha, depois na Suíça e em outras partes da Europa Ocidental.

O misticismo de João Eckhart. Eckhart (1260-1327) foi um dominicano acadêmico que estudou na Universidade de Paris e liderou o misticismo do fim do período medieval, embora estivesse muito longe de ser um entusiasta emocional. Seus discípulos deram origem a outros grupos, cujos membros "levavam uma vida comum, dedicada simultaneamente ao trabalho manual e ao cultivo do ser interior, não tanto por meio de práticas ascéticas radicais quanto ao pelo estudo e pela meditação, pela confissão mútua de pecados e pela imitação da vida de Cristo" (GONZALEZ, vol. 2, 2004, p. 313). Era a nova devoção, conhecida como *Devotio Moderna*. Segundo Eckhart, era possível ao homem alcançar comunhão direta com Deus, sem depender dos sacramentos e da hierarquia eclesiástica. A prática da confissão mútua de pecados contrariava o sacramento da penitência no sistema eclesiástico vigente. Eckhart foi acusado de panteísmo e considerado herege pelo papa João XXII.

A teologia de Eckhart era de tendência nominalista. Nominalismo é uma linha filosófica que nega a existência dos gêneros e das espécies, reconhecendo somente o individual e o particular. Essa doutrina opõe-se ao universalismo, que, contrariamente ao individualismo, vê a realidade com um todo-único, considerando o todo como uma simples soma de indivíduos isolados.

Guilherme de Ockham (1280-1349) foi o mais importante teólogo e filósofo dessa época, "um dos primeiros líderes a estabe-

lecer um limite entre razão e revelação" (GONZALEZ, vol. 2, 2004, p. 305). Ele forneceu a base para o empirismo do século XVII e criou um sistema nominalista completo:

> "Occam negava também a existência de universais objetivos e sustentava que os universais são apenas nomes para os conceitos mentais que o homem forma em suas mentes. Para ele, o indivíduo era real e mais importante do que a instituição. Foi essa crítica de Occam à autoridade da Igreja como uma instituição fundada na razão que suscitou o interesse de Lutero por sua obra" (CAIRNS, 1984, p. 193).

O conciliarismo. O movimento conciliar ou conciliarismo defendia a supremacia do concílio sobre o papa numa tentativa de resolver o problema da divisão da Igreja, que manteve um papa em Roma e outro em Avinhão, durante vinte anos (1377-1417). O papa Clemente V fixou residência em Avinhão, cidade no sul da França, em 1309, por causa da desordem na Itália. Esse papa era subserviente ao rei da França, Filipe IV. A sede papal permaneceu nessa cidade durante setenta anos, até 1379, período conhecido como o "Cativeiro Babilônico da Igreja". Na verdade, o fim desse cativeiro se deu em 1378, com a morte do papa Gregório XI.

O Grande Cisma do Ocidente começou com a disputa na sucessão papal. Os italianos queriam um papa de sua nação, mas o conclave de cardeais se compunha de dois terços de franceses. Sob pressão, conseguiram eleger um napolitano que adotou o nome de Urbano VI. Estando em Roma, Urbano VI desagradava os cardeais de Avinhão, acostumados a dominar os papas. Estes consideraram ilegítima sua eleição, afirmando que Urbano VI

fora eleito por meio de coerção, e assim exigiram a sua renúncia. Como os franceses eram maioria, consideraram vago o papado e elegeram um novo papa para atuar em Avinhão; aparentado do rei da França, esse papa oriental adotou o nome de Clemente VII e exerceu o papado por dezesseis anos. Cada um se dizia vigário de Cristo e ambos se maldiçoavam mutuamente.

Durante o Grande Cisma, no início do século XV, João Gerson, chanceler da Universidade de Paris, e o cardeal d´Ailly, da mesma universidade, apresentaram a proposta de um Concílio Geral; defendiam a tese de que esse encontro representativo de todo o corpo da igreja "era superior ao papa e podia julgá-lo e depô-lo, e reformar a igreja" (RENWICK, 1986, p. 101). O concílio reuniu-se em Pisa, em 1409, e depôs os dois papas rivais da época – Gregório XII, de Roma,[11] e Bento XIII, de Avinhão, sucessor de Clemente VII –, elegendo então o papa Alexandre V, de Pisa. Logo a seguir, o novo papa dissolveu a reunião, pois se sentiu ameaçado com a restrição aos poderes papais proposta na reforma.

Mais adiante, o Concílio de Constança, realizado entre 1414-1417, forçou a renúncia do papa João XXII, de Pisa, por causa de sua conduta, "vida e maneiras detestáveis e indecentes" (RENWICK, 1986, p. 101). Em seu lugar foi eleito o cardeal Oto Colonna, que adotou o nome de Martinho V. Não foi o sucesso que se esperava desse concílio, e o movimento conciliar fracassou. O Concílio de Constança ainda condenou João Huss à fogueira. Em 1431, outro concílio reuniu-se em Basileia com dois objetivos: "resolver o problema da revolta hussita na Boêmia e procurar, em termos gerais, a reforma da Igreja" (p. 102). Seus membros

[11] Os papas de Roma nesse período foram: Urbano VI (1378-1389); Bonifácio IX (1389-1404); Inocêncio VII (1404-1406); Gregório XII (1406-1409); Alexandre V (1409-1410); e João XXII (1410-1415).

sustentavam que o Concílio Geral era superior ao papa, mas o encontro acabou perdendo a legitimidade e foi dissolvido, posteriormente, em 1449.

5. OS PRECURSORES DA REFORMA

João Wycliffe (1328-1384). Nascido em Hipswell, Yorshire, Wycliffe estudou e ensinou na Universidade de Oxford, onde viveu a maior parte de sua vida. Em 1374, foi nomeado reitor da paróquia de Lutterworth. Suas ideias eram revolucionárias naquele contexto histórico. Para ele, era possível conhecer a verdade sobre Deus por meio da razão e da revelação, sem que houvesse tensão entre elas. A Trindade e a encarnação podiam ser demonstradas pela razão.

Outro ponto revolucionário em seu pensamento foi a doutrina do senhorio. Somente Deus tem o direito ao senhorio sobre o ser humano, mas ele pode conceder esse domínio aos seres humanos. Se ao Senhor Jesus pertence todo o domínio e se ele veio "para servir e não para ser servido", segundo Wycliffe, quem não segue esse ensino de Cristo exerce um senhorio falso. As autoridades eclesiásticas, inclusive os papas, estabeleciam impostos para o seu próprio bem, por isso era o exercício de um senhorio falso e ilegítimo. O papa defendia o direito de domínio na esfera temporal, e isso era visto como usurpação, pois ia além da esfera espiritual.

Wycliffe advogava a autoridade das Escrituras em detrimento da tradição eclesiástica e da autoridade do papa. Recuperou a ideia defendida por Tertuliano de que "as Escrituras pertencem à Igreja e somente ela pode fazer uso do texto sagrado" (GONZALEZ, vol. 1, 2004, p. 170), no capítulo 15 de *Líber de Praescriptionibus Adversus Haereticus* (Prescrição contra os Hereges). Segundo a interpretação de Wycliffe, que se fundamentava nos

textos paulinos e de Agostinho de Hipona, a Igreja não era hierarquia eclesiástica, mas o conjunto de predestinados. Este precursor da Reforma não acreditava que apenas o clero fosse predestinado e chegou a chamar o papa de anticristo, razão pela qual defendia a ideia de colocar a Bíblia à disposição do povo. Nesse sentido, era necessário traduzir a Bíblia para a língua popular. Wycliffe concluiu a tradução do Novo Testamento para o inglês, em 1382 e, dois anos depois, Nicolau de Hereford completou a tradução do Antigo Testamento (CAIRNS, 1984, p. 206).

Wycliffe rejeitava, ainda, a doutrina da transubstanciação, conforme definida pelo Concílio de Latrão, pois "a Igreja Romana dizia que a substância ou essência dos elementos transformava-se, embora a forma externa permanecesse a mesma" (CAIRNS, 1984, p. 206). Segundo ele, "mesmo após a consagração, o pão permanece pão e o vinho permanece vinho" (GONZALEZ, vol. 2, 2004, p. 319), sem, contudo, negar a presença de Cristo na Ceia do Senhor.

Havia polêmicas entre os governantes da Inglaterra e o papa, pois os primeiros, dotados do poder temporal e apoiadores de Wycliffe, entendiam que a doutrina do senhorio poderia ser aplicada a si mesmos. Suas ideias foram rejeitadas em Londres. Aos poucos, Wycliffe foi abandonado pela elite política, que, por fim, o acusou de heresia, principalmente devido à doutrina da Eucaristia. Ele rejeitava a transubstanciação, doutrina aprovada no quarto Concílio de Latrão, no século XIII, segundo a qual os elementos da Ceia do Senhor, o pão e o vinho se transformam no corpo e no sangue de Cristo. Em 1382, Wycliffe se retirou para seu pastorado, em Lutterworth.

Seus discípulos levaram essas ideias até as últimas consequências num grupo de pregadores leigos conhecido como os "lo-

lardos", termo pejorativo de origem holandesa que significa "murmuradores". Esse movimento de eruditos, cujos primeiros membros haviam estudado em Oxford, logo se tornou a manifestação de populares que divulgavam suas doutrinas por toda a Inglaterra, "até que a Igreja Romana, por força da declaração 'De Haeretico Comburendo', promulgada pelo Parlamento, em 1401, introduzisse a pena de morte como castigo à pregação das ideias dos lolardos" (CAIRNS, 1984, p. 206). Os estudantes da Boêmia, atual Praga, capital da República Tcheca, que estudavam na Inglaterra, entre eles Jerônimo de Praga, levaram essas ideias para sua região, o que serviu de base para os ensinos de João Huss.

João Huss (1373-1415). Nascido em Husinecz, estudou na Universidade de Praga em 1396. Ordenado ao sacerdócio em 1401, continuou lecionando em Praga, tornando-se reitor da Universidade em 1402 e pregador da Capela de Belém (GONZALEZ, vol. 5, 2005, p. 95).

A Boêmia foi uma das regiões europeias com o clero mais rico e mundano da época. Várias vozes levantaram-se contra isso, mas nenhuma teve o peso e resultado das palavras e dos escritos de João Huss. Ele passou a estudar as ideias de Wycliffe, trazidas da Inglaterra pelos estudantes que lá estiveram. Não era um discípulo do seu precursor inglês, nem seus ensinos eram exatamente os mesmos, mas seguiam a mesma linha e havia coincidências nos pontos principais (GONZALEZ, vol. 2, 2004, p. 321). "Um papa indigno, que se opunha ao bem-estar da igreja, não deve ser obedecido... a autoridade final é a Bíblia, e que um papa que não se conforme com ela não deve ser obedecido" (GONZALEZ, vol. 5, 2005, p. 98). Huss não questionava a legitimidade do cargo de papa, mas o papa propriamente dito.

Por causa de suas ideias, que a essa altura haviam conquistado apoio popular, John Huss era considerado pelos papistas líder de uma grande "heresia" a ponto de ter sido convidado a se defender no Concílio de Constança (1414-1417). O imperador Sigismundo ofereceu a Huss um salvo-conduto, garantindo sua segurança pessoal. Huss negou-se a retratar-se, o salvo-conduto foi descumprido e ele terminou condenado à morte, queimado na estaca: "A caminho do suplício, ele teve de passar por uma pira onde ardiam seus livros" (GONZALEZ, vol. 5, 2005, p. 102). Isso levou a população da Boêmia a uma revolta sem precedentes. Os hussitas uniram-se a outros grupos mais radicais, contrários à igreja estabelecida, como os taboritas e os horebitas. Outros boêmios abandonaram a Igreja Católica e formaram a *Unitas Fratrum* (Unidade dos Irmãos). Depois, uniram-se a alguns grupos valdenses, formando os Irmãos Boêmios, cujos remanescentes são os morávios.

Jerônimo Savonarola (1452-1498). Monge dominicano nascido em Ferrara, Itália, buscou reformar o Estado e a Igreja de Florença. Afetou o pensamento de muitos eruditos num ambiente em que a sensualidade pagã era cultivada: "A Renascença estava tomando o rumo de um reavivamento da antiga arte pagã e da ênfase da estética sobre a religião" (GONZALEZ, vol. 2, 2004, p. 321). Foram a sua santidade e a pregação fervorosa que impressionaram intelectuais. "Sob aspecto algum [Savonarola] pode ser considerado protestante. Sua posição religiosa era inteiramente medieval" (WALKER, vol. 1, 1980, p. 396). Seu movimento foi uma manifestação e sua busca por uma vida espiritual renovada alcançou popularidade. Pregava contra a vida desregrada do papa Alexandre VI e por isso foi condenado à morte por enforcamento, após ser torturado.

capítulo quatro

A REFORMA NA ALEMANHA E NA SUÍÇA

Os séculos de desmandos e desvios doutrinários levados adiante na Europa Ocidental pelo papado passaram a provocar sentimentos contrários a tal situação. Líderes e grupos reformadores clamavam por uma volta ao antigo estado da Igreja e foram duramente reprimidos. No entanto, havia naqueles dias todas as condições para que um grande movimento de transformação e retorno ao ideal bíblico ocorresse dentro da Igreja, provocando a separação entre aqueles que buscavam a Deus de forma sincera e aqueles que se satisfaziam com uma religiosidade exterior. A esse movimento deu-se o nome de Reforma.

Segundo McGrath, quatro são os movimentos identificados pelo termo "Reforma", a saber: o movimento luterano, o movimento calvinista (também conhecido como Igreja Reformada), o movimento anabatista (ou Reforma Radical) e a Contrarreforma (MCGRATH, 2005, p. 96). Justo L. Gonzalez, entretanto, substitui a Contrarreforma pela fé anglicana (vol. 3, 2004, p. 71). O significado é compatível com as ideias humanistas da Renascença: voltar ao modelo da Antiguidade Clássica. Da mesma forma, os reformadores buscavam o retorno à pureza original do cristianismo do Novo Testamento. Eles queriam desenvolver uma teologia em plena consonância com as Escrituras Sagradas, daí a necessidade de tornar a Bíblia como autoridade final da Igreja. Segundo Cairns, "o bem conhecido termo 'Reforma Protestante' foi consagrado pelo tempo" (1984, p. 224). Isso aconteceu na comemoração do primeiro centenário do evento.

1. A REFORMA NA ALEMANHA

Paul Tillich considera Martinho Lutero (1483-1546) o ponto decisivo da Reforma e da História da Igreja, não pelo luteranismo



FILIPE SOARES DA SILVA

Lutero (Lucas Cranach, 1529). Deutsches Historisches Museum, Berlim.

que ele iniciou, nem pela sua teologia, pois muitos contribuíram para sua formulação, inclusive Felipe Melanchton, mas pela *ruptura*. Aí está a sua grandeza: "O único homem que realmente conseguiu essa ruptura, e com ela transformou a face da terra, foi Lutero" (2004, p. 227). Ele abriu o caminho que outros reformadores pavimentaram.

Nascido em Eisleben, em 10 de novembro de 1483, o primogênito da família Lutero foi instruído na fé e nas crenças tipicamente medievais, com toda a sua gama de medos e superstições. Aos 7 anos de idade, iniciou sua educação formal, pois seu pai, que conseguiu ascender a uma situação econômica mais confortável, queria vê-lo tornar-se um advogado. Esteve em Mansfeld, Magdeburgo e Eisenach. Em 1501, foi aceito como aluno na Universidade de Erfurt.

Após sofrer pela morte repentina de um amigo e de ter sobrevivido por pouco à queda de um raio, Lutero abandonou seus estudos de Direito e ingressou no mosteiro dos eremitas agostinianos, em Erfurt, em 1505. Foi ordenado em 1507; graduou-se como bacharel em Teologia em 1509 e como doutor em 1512, em Wittemberg. Entre os meses de novembro de 1510 e abril de 1511, Lutero esteve em Roma tratando de assuntos referentes à sua ordem, ocasião em que teve a oportunidade de comparar sua ideia de como seria a cidade "santa" e a realidade ali encontrada. Ficou horrorizado com a degradação moral que atingia os conventos e o Vaticano: "Uma vez, num convento beneditino, em Bolonha, não conseguindo calar a sua indignação, quis repreender os monges. Isto só serviu para surpreender os 'irmãos', que se admiraram da austeridade do frade alemão e acabaram por troçar da sua *ingenuidade*, de tal forma que se tornou insegura a sua presença no convento" (RIBEIRO, s/d, p. 15).



FILIPE SOARES DA SILVA

Basílica de São Pedro, Vaticano.

Lutero começou a lecionar em Wittemberg e, entre 1513 e 1515, ensinou sobre os Salmos, depois sobre Romanos até o final de 1516 e, em seguida, sobre Gálatas, Hebreus e Tito. Em algum momento nesse período ele se deparou com o texto de Romanos 1.17: "O justo viverá da fé". Segundo Lutero, essa fé é o relacionamento pessoal do ser humano com Deus era "nada mais do que a aceitação da graça". A justificação foi o tema central da Reforma na Alemanha, doutrina que passou a ser posteriormente um dos princípios básicos do protestantismo.

Em 1517, Lutero viu surgir à sua frente aquilo que era a negação total da justificação pela fé: o monge dominicano Tetzel, representante autorizado pela Igreja para a venda de indulgências, começou

a agir perto de Wittemberg. Tetzel declarava que, logo que as moedas tilintassem dentro do cofre, a alma dos entes queridos daqueles que compravam as indulgências sairia imediatamente do purgatório em direção ao céu. Esse monge recolhia com tais vendas fundos para a construção da Basílica de São Pedro em Roma.

> Cria–se que Cristo e os santos tinham alcançado tanto mérito durante suas vidas terrenas que o excedente estava guardado no tesouro celestial do mérito, de onde o papa poderia sacar no interesse dos fiéis vivos. Isto foi formulado primeiramente por Alexandre de Hale. Clemente VI declarou o dogma em 1343. Uma bula papal, de Sisto IV, em 1476, estenderia esse privilégio às almas do purgatório, desde que seus parentes comprassem indulgências por eles (CAIRNS, 1984, p. 229).

Lutero reagiu elaborando 95 teses que foram afixadas na porta da igreja do castelo de Wittemberg em 31 de outubro de 1517, as quais condenavam os abusos do sistema de venda de indulgências. É importante notar que, nesse momento, Lutero era um teólogo católico romano sem a menor intenção de provocar um cisma dentro da Igreja; pelo contrário, esperava colaborar para que ali ocorressem mudanças. Todas as tentativas de reforma da Igreja anteriores a Lutero vieram de dentro da instituição, mas seus precursores foram compelidos a deixar a velha instituição religiosa.

Com a sucessão dos fatos entre 1519 e 1521, Lutero reconheceu que a Igreja de Roma já não mais estava comprometida com a verdade do Evangelho, porém defendia firmemente interesses próprios. Em 1518, o monge defendeu suas ideias frente aos membros de sua ordem em Heidelberg. No mesmo ano, enfren-

tou uma dieta em Augsburgo, onde diante do cardeal Caetano recusou-se a retratar-se de suas ideias, a não ser que fosse convencido pelas Escrituras. Não confundir essa reunião com a Dieta de Augsburgo de 1530 que Lutero não esteve presente. Em 1519, debateu com John Eck, em Leipzig, ocasião em que se identificou com muitas das ideias de Huss.

Lutero era fruto do pensamento medieval, o que pode explicar algumas das decisões tomadas ao longo da sua vida. Ele não teve tanto contato com os pensamentos humanistas da Renascença, mantendo assim uma visão medieval do mundo. Seu relacionamento com Erasmo de Roterdã se desenvolveu por meio de correspondência. No começo, Erasmo entusiasmou-se com Lutero, pois viu nele um correligionário humanista. O pensamento de Erasmo era centrado na liberdade do espírito humano para construir a sociedade. No entanto, quando Erasmo descobriu a teologia que falava sobre a condição do ser humano como pecador, afastou-se de Lutero em 1521.

Deve-se ressaltar que em junho de 1520 Lutero escreveu *O Papado de Roma*, obra que define a eclesiologia protestante e apresenta a Igreja Ideal, servindo de base para os reformadores. Lutero abeberou-se em Wycliffe e Huss. Em agosto do mesmo ano, Lutero redigiu a obra *Apelo à Nobreza da Nação Alemã*, na qual nega a autoridade do papa e faz um apelo à nobreza, convocando os príncipes e doutores da Alemanha para lutarem contra a Igreja Católica. Ainda em 1520, no mês de outubro, publicou *O Cativeiro Babilônico*, em que ele volta a defender o sacerdócio de todos os crentes, assunto tratado em seu livro anterior e que interpreta a transubstanciação como mágica. Por meio dos sacramentos, Roma subjugara as pessoas, embora a Igreja não seja capaz de apagar o pecado das pessoas pelo ba-

tismo. Lutero distingue entre sacramento e ordenança. No mês seguinte, escreveu *Da Liberdade Cristã*, endereçado ao papa junto com uma carta conciliatória, na qual afirma que o ser humano é livre, e a sua submissão é por amor. Em resumo, Lutero atacava a hierarquia, os sacramentos e a teologia católica, conclamando todos a uma reforma nacional. Em *Controvérsia de Heidelberg*, de 1518, Lutero expõe a teologia da cruz, em "que Deus pode ser corretamente mencionado e adorado apenas como é visto no sofrimento e na cruz" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 41), contra a teologia da glória, que "tenta ver a Deus como manifesto em obras" (artigo 21). As teologias mística e escolástica são incompatíveis. E, com a publicação da obra *Sobre os Votos Monásticos*, em janeiro de 1521, houve grande debandada da Igreja Católica.

Em 1521, Erasmo rompeu com Lutero, pois na sua doutrina o homem é pecador, e o humanismo valoriza muito o ser humano. Três anos depois, Erasmo escreveu o *Deliberium Arbitrii* (O livre-arbítrio). No ano seguinte, em 1525, Lutero respondeu com a publicação do livro Servi Arbitrii, e em 1527 Erasmo escreveu outra obra contrária à teologia luterana.

Paralelamente, João de Médici, filho de Lourenço de Médici, príncipe e mecenas de Florença, foi eleito em 1513 papa no lugar de Júlio II e adotou o nome de Leão X. A própria Igreja Católica reconhece que esse papa se dedicou mais às artes do que à religião (CORRÊA, vol. XVII, 1951, pp. 442, 443). Patrocinou Michelangelo, Rafael Sanzio, Leonardo da Vinci e outros artistas da Renascença. A *Enciclopédia Delta Universal* afirma que Leão X nunca levou a sério o movimento de Lutero (vol. VIII, 1991, pp. 4.740, 4.741). A *Enciclopédia Mirador* afirma que: "Leão X (1513-1521) foi grande mecenas, pouco se preocupando com a tempestade desenfreada ao norte dos Alpes" (vol. XV, 1986, p. 8.529). A *Enciclopédia Barsa*

relata: "Leão X (Giovanni De Médici; Florença. Papa de 1513-1521... Considerava, porém, os debates em torno da reforma como mera ‹disputa entre frades›" (vol. X, 1986, p. 87).

Apesar de seu forte apoio às artes, Leão X expediu a bula *Exsurge Domine*, que ressaltava a condenação das ideias luteranas. Essa bula foi queimada por Lutero em público em 10 de dezembro de 1520. O papa morreu cerca de quatro anos depois de Lutero haver afixado suas 95 teses na catedral de Wittemberg sem ter a menor noção das dimensões que alcançaria a Reforma Protestante.

Os príncipes alemães haviam recentemente se tornado súditos de Carlos V (1500-1558), neto de Fernando e Isabel, reis católicos da Espanha. Carlos V se tornou depois senhor do vasto império chamado "Sacro Império Romano". Lutero estava sob este governo e foi intimado a comparecer frente à Dieta Imperial na cidade de Worms. Em 17 de abril de 1921, apresentou-se diante do Imperador, de príncipes e prelados. Novamente recusou a reconhecer erro em sua posição a não ser que fosse convencido pelas Escrituras e pela razão. Possivelmente disse nesse momento: "Não posso fazer outra coisa. Aqui estou. Deus me ajude. Amém".

Em seu retorno a Wittemberg, foi sequestrado por simpatizantes que o levaram em segurança até o Castelo de Wartburg. Era plano de Frederico, o Sábio, príncipe da Saxônia e um dos que apoiava as ideias reformistas. De maio de 1521 até março de 1522, esse foi o refúgio seguro de Lutero, pois sua prisão já fora decretada pela Dieta de Worms. Durante esse tempo de reclusão, ele completou a tradução do Novo Testamento para o alemão e, em 1534, toda a Bíblia já estava disponível nesse idioma, graças a seu trabalho. Em 13 de junho de 1525 Lutero rompeu com a ideia do celibato dos clérigos ao casar-se com Catarina von Bora, uma ex-freira católica.

FILIPE SOARES DA SILVA



Frederico, o Sábio, príncipe da Saxônia (Lucas Cranach, 1525, 1527). Deutsches Historisches Museum, Berlim.



FILIPE SOARES DA SILVA

Catarina de Bora, esposa de Martinho Lutero (Lucas Cranach, 1525). Deutsches Historisches Museum, Berlim.

FILIPE SOARES DA SILVA



Edição de 1525 do Novo Testamento, tradução de Lutero (Lucas Cranach, setembro de 1522). Deutsches Historisches Museum, Berlim.

Os fatos referentes à Reforma sucederam-se com rapidez a partir de então. Na Dieta de Spira, em 1526, os luteranos conseguiram firmar um acordo em que o governante de cada estado poderia escolher livremente a fé a ser seguida por ele e seus súditos. Uma segunda dieta, na mesma cidade, realizada em 1529, revogou essa decisão e declarou ser, por lei, a fé católica romana a única fé. Diante disso os príncipes luteranos redigiram e leram um "Protesto", razão pela qual passaram a ser chamados de "protestantes". Em 1530, na Dieta de Augsburgo, um dos auxiliares de Lutero, Felipe Melanchton (1497-1569) apresentou a Confissão de Augsburgo, sua declaração de fé que acabou por ser incluída no *Livro de Concórdia* em 1580.



FILIPE SOARES DA SILVA

Felipe Melanchton, discípulo e sucessor de Martinho Lutero (Lucas Cranach, 1568). Deutsches Historisches Museum, Berlim.

Com a possibilidade de uma intervenção armada do imperador em prol da Igreja Católica, os príncipes protestantes organizaram em 1531 a Liga Esmalcada para defesa mútua. No entanto, Carlos V estava em guerra contra os franceses e os turcos, assim o imperador e a Liga Esmalcada concordaram em firmar uma trégua. Nos anos seguintes, os protestantes se expandiram pelo território alemão, porém, os luteranos sofreram violento golpe. Um dos mais importantes príncipes na causa protestante e líder da Liga Esmalcada, Filipe de Hesse, foi preso e excomungado por Carlos V, em 1547, acusado de bigamia. O outro golpe foi a morte de Lutero em 18 de fevereiro 1546, em Eisleben. Seu sucessor foi Melanchton. Com essa morte e o escândalo de Filipe de Hesse, a guerra irrompeu.

A paz veio com o tratado feito em Augsburgo, conhecido como "Paz de Augsburgo", no ano de 1555. Foi estabelecida a igualdade legal entre o luteranismo e o catolicismo romano na Alemanha. O príncipe deveria escolher a religião de seu território e os dissidentes teriam direito de emigrar. Caso um líder católico se tornasse protestante, ele deveria deixar seu cargo. A divisão territorial feita nessa época é ainda hoje a grande linha divisória dos segmentos cristãos na Europa.

O pensamento teológico de Lutero se baseava em quatro pilares: *sola Scriptura*, *sola fide*, *sola gratia* e solo *Christo*. O seu ponto de partida é a Palavra de Deus. Ele não reconhecia a autoridade da tradição humana, exceto se estivesse de acordo com as Escrituras. Somente as Escrituras têm origem divina e sua autoridade é *sui generis*; elas são a única fonte autorizada como regra de fé e prática para a vida e o comportamento do cristão. A trazia havia errado diversas vezes, levando o povo ao desvio. A proposta de Lutero era trazer de volta o verdadeiro significado

do evangelho. O catolicismo romano defendia e ainda hoje defende a ideia de que a Igreja produziu organizou o Novo Testamento está acima dele. Lutero, no entanto, respondia dizendo que a Igreja estabeleceu o cânon, sim, isso era verdade, mas o evangelho estabeleceu a Igreja "e a autoridade da Escritura não está no cânon, mas no evangelho" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 49). Os apóstolos receberam a revelação diretamente do Senhor Jesus Cristo, e ela só foi registrada por escrito posteriormente. Assim, a Igreja está sob a Bíblia, e não a Bíblia está sob a Igreja. A Palavra de Deus está acima da Igreja e das tradições, mensagem que é contrária ao catolicismo romano.

A Palavra de Deus para Lutero não se restringia apenas às Escrituras, mas ao próprio Senhor Jesus Cristo. Estes são os dois recursos de Deus em que o pecador pode encontrar a salvação. Ele insistia na ideia de que "todas as Escrituras apontam somente para Cristo".

A dialética de Lutero sobre lei e evangelho é a estrutura fundamental da teologia da justificação pela fé. Com a função de lei civil, ela é coercitiva e provê a ordem para vida social e para a pregação do evangelho. A função espiritual exige do ser humano algo que lhe é impossível cumprir totalmente. A lei dá ao ser humano o conhecimento de seu pecado, o conhecimento de si mesmo com ajuda do Espírito Santo e em seguida o conhecimento de Deus. A lei é a expressão máxima da vontade de Deus, mas a distância entre a santidade da lei e a incapacidade humana de cumpri-la faz da lei uma palavra de julgamento. A lei não salva, mas é um meio de nos levar a Cristo; ela só é conhecida a partir do evangelho, e o evangelho se torna incompreensível sem ela. O evangelho não é uma nova lei; ele proclama a salvação pela graça, sem mérito humano algum. Deus se revela a si mesmo em

seu verdadeiro ser, em sua graça e misericórdia, somente aos que reconhecem seu estado de miséria, aos que se humilham, pois estes conhecem a si mesmos e a Deus. Foi em Romanos 1.17 que Lutero descobriu esta doutrina, o estopim que incendiou a Europa Ocidental.

A justificação pela fé é o ato de Deus declarar justo o pecador, pois a justificação vem somente pela fé. É Deus quem imputa a justiça de Cristo em nós. Isso não significa que nos tornamos perfeitos e deixamos de ser pecadores, mas que fomos libertados da maldição da lei. O entendimento de Lutero a respeito da justificação pela fé se baseia na obra de Jesus Cristo. Nós não a merecemos; a fé não é uma obra, não é um esforço, nem mesmo do intelecto, para crer, e nem depende da nossa vontade de confiar. É a obra do Espírito Santo em nós, a obra de Deus. A função civil da lei ainda se estende a manter a ordem e o bem-estar da sociedade, mas sua função teológica, principalmente no que se refere ao Decálogo e aos mandamentos, assume novo papel no Novo Testamento e na vida cristã. As obras servem para confirmar a nossa fé e o perdão dos nossos pecados.

Lutero defendia o sacerdócio universal dos crentes: "Portanto, todos os homens cristãos são sacerdotes, todas as mulheres sacerdotisas, sejam eles jovens ou idosos, mestres ou servos, patroas ou empregadas, cultos ou incultos. Aqui, não há diferença" (*Tratado no Novo Testamento* LW, 35:101, *apud* GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 63). Essa é uma característica importante de sua eclesiologia. Não significa que cada cristão pastoreia a si mesmo, é seu próprio pastor ou que todos são ordenados a cargos eclesiásticos, mas que cada um se apresenta diante de Deus para interceder pelos outros em oração e também para ajudar os outros no ensino e na compreensão da Palavra de Deus. Isso, o

próprio Lutero deixou claro: "Pois como sacerdotes nós somos dignos de nos apresentar perante Deus para orarmos pelos outros e ensinarmos uns aos outros as coisas divinas" (*A Liberdade do Cristão* LW, 31:355, ap. GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 63). Essa doutrina enfraquecia a hierarquia do catolicismo romano.

Sobre os sacramentos, Lutero dizia que eles deveriam ser instituídos pelo Senhor Jesus e estar vinculados à promessa do evangelho para serem considerado como tais: são "atos físicos que Deus escolheu para serem sinais da promessa" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 65). São dois os sacramentos, de acordo com Lutero: o batismo e a Ceia do Senhor. Mas ele afirmava que o batismo precede à fé, e não a fé ao batismo. Defendia o batismo de crianças, e esse foi um ponto de conflito com os anabatistas. Sobre a Ceia do Senhor, não se devia negar o cálice aos leigos, mas o ponto de controvérsia era a reivindicação de Lutero de que o corpo e o sangue de Cristo estavam presentes no pão e no vinho, embora continuassem sendo pão e vinho. A isso se denomina "consubstanciação".

A relação entre Estado e igreja é conhecida como a doutrina dos dois reinos ou dois domínios. No entendimento de Lutero, Deus estabeleceu a igreja e o Estado ambos os domínios são criação de Deus. Tal pensamento segue a mesma lógica da lei e do evangelho, a função civil e a função espiritual, "é o princípio da lei e do evangelho, aplicado à vida diária, dentro de nosso contexto histórico" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 69). Um reino está sob o domínio do Estado, e o outro está sob o domínio do evangelho. Os governadores não têm autoridade sobre a igreja, e vice-versa. O Estado não deve envolver-se com a perseguição aos hereges; assuntos de fé pertencem ao campo do evangelho, à igreja.

A forma de pensar de Lutero levou-o a tomar algumas atitudes que prejudicaram sua figura de líder e a possibilidade de uma

reforma mais ampla. Seu rompimento com os reformadores radicais representados pelos anabatistas em 1535, sua condenação a revolta dos camponeses em 1525, que levou os camponeses do sul da Alemanha a permanecerem na Igreja Romana, e sua intransigência quanto à doutrina da presença de Cristo nos elementos da Ceia, no colóquio de Magburgo em 1529, os quais impediram a unificação com a reforma suíça realizada por Zuínglio, foram alguns atos que deixaram transparecer uma visão ainda ligada a pontos de vista medievais.

2. A REFORMA NA SUÍÇA

Em várias partes da Europa, desde os séculos XIV e XV, observavam-se manifestações contra a hierarquia eclesiástica e o sistema doutrinário da Igreja Católica. Lutero chegou a abeberar-se em alguns deles. Logo nos primeiros anos da Reforma na Alemanha, ela encontrou adesões e simpatizantes em vários lugares. Muitos desses movimentos foram influenciados por Lutero em vários graus; alguns discordavam em determinadas questões, mas concordavam em outras.

A Reforma na Suíça foi muito mais radical que na Alemanha, "mais facilmente transplantada, e espalhou-se pela França, Escócia, Hungria, Holanda e grande parte da própria Alemanha, até aos Puritanos ingleses, à América e aos domínios britânicos" (RENWICK, 1986, p. 117). Ela começou com Zuínglio (1484-1531), na cidade de Zurique, em 1519. Seu objetivo inicial era uma reforma ética da igreja, mas logo foi incluído em seu programa de reforma a crítica à teologia da igreja da época. "Ulrico Zuínglio teve importância fundamental para o início da propagação da Reforma, especialmente no leste da Suíça" (MCGRATH, 2005, p. 96).

Zuínglio estudou nas Universidades de Viena e Basileia, onde se graduou bacharel em artes em 1504 e mestre em 1506. Até 1516, Zuínglio serviu como capelão, sendo Glarus sua primeira paróquia. Em Basileia, ele conheceu Erasmo em 1515 e ambos se tornaram amigos. Em 1519, foi para Zurique, onde passou também a condenar o engajamento de mercenários suíços no serviço estrangeiro e a obrigatoriedade do pagamento dos dízimos (que entendia ser voluntário por meio da fé). Em Zurique, casou-se com Anna Reinhard em 1522, fato que estranhamente só ficou conhecido em 1524.

Segundo Paul Tillich, Zuínglio era um humanista cristão e um cristão humanista, manteve amizade com Erasmo de Roterdã até o fim de sua vida (TILLICH, 2004, p. 254). Justo L. Gonzalez, entretanto, afirma que essa amizade terminou em 1523, quando Ulrico von Hutten escreveu um tratado atacando Erasmo e se refugiou em Zurique. Erasmo acusou Zuínglio de proteger von Hutten (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 73). Cairns considera-o o mais humanista de todos os reformadores: "Para ele, os gregos como Sócrates e Platão e romanos como Cata, Sêneca e Cipião estavam no céu" (1984, p. 246).

Em 1523, foi realizado um debate público entre Zuínglio e os representantes da igreja católica, tendo como base exclusivamente a Bíblia, com o objetivo de verificar qual forma de fé os líderes civis eleitos pela população escolheriam para a cidade e o cantão (estado). O reformador preparou 67 artigos versando sobre a salvação pela fé, a autoridade da Bíblia, a supremacia de Cristo na Igreja, o direito dos sacerdotes ao casamento e a condenação de práticas romanas não aprovadas pela Bíblia. O governo civil decidiu ser Zuínglio o vencedor do debate, e as mudanças por ele apregoadas foram implementadas. Em 1525, com

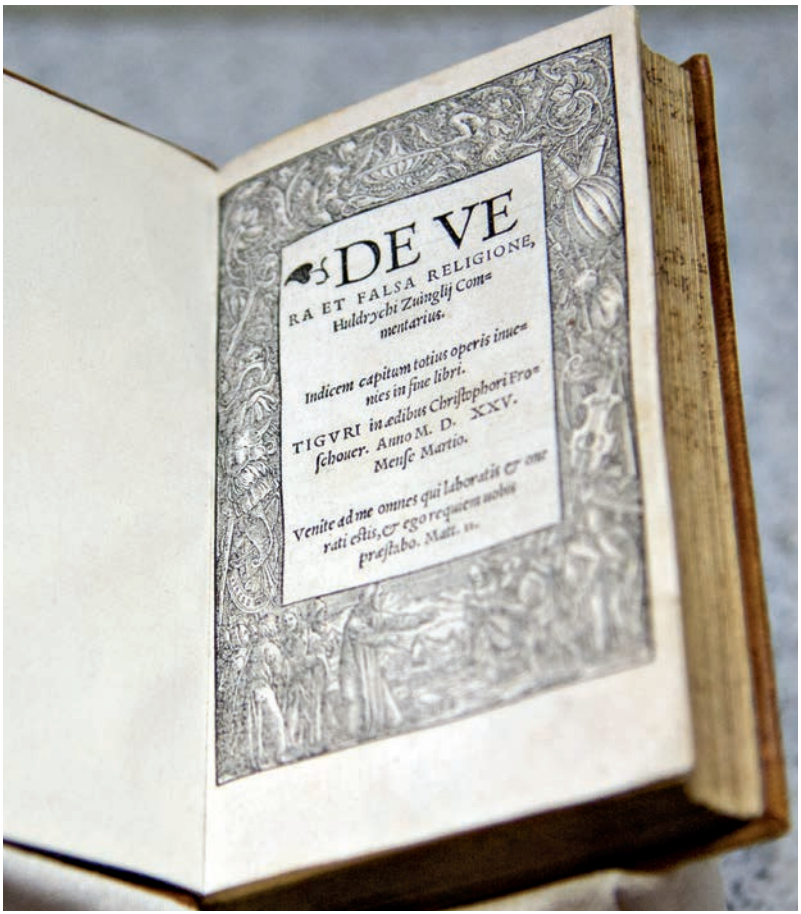
a supressão da missa, a Reforma estava completa em Zurique. Estes 67 artigos de fé de Zuínglio são a primeira confissão de fé da Reforma Protestante.

A teologia de Zuínglio divergia em alguns pontos do pensamento teológico de Lutero. O reconhecimento da autoridade da Bíblia, segundo Zuínglio, era diferente do que defendia Lutero. A prioridade que Lutero dava às Escrituras sobre a tradição resultava de sua própria experiência, da sua luta espiritual enquanto era monge católico, ao passo que o reformador suíço se aproximou "das Escrituras como um humanista cristão. Seu retorno para a Bíblia foi parte do retorno geral para as fontes que caracterizou o movimento humanista" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 74).

Zuínglio não tinha o mesmo entendimento que Lutero sobre a lei e o evangelho. Ele classificava os preceitos da lei em morais, civis e cerimoniais. Os preceitos civis tratam de questões humanas particulares, os cerimoniais foram dados para o período antes de Cristo, e os preceitos morais foram resumidos no Novo Testamento na lei do amor. Para Zuínglio, a lei moral expressa a vontade eterna de Deus e por essa razão não pode ser abolida. Os cristãos estão sujeitos à lei do amor, os preceitos morais do Antigo Testamento. Assim, a lei e o evangelho têm a mesma essência. Isso parece ter-se refletido na sua maneira der entender o relacionamento entre Estado e igreja. Esta relação é mais próxima que no pensamento de Lutero. "Zuínglio frequentemente fala como se Igreja e Estado fossem instituições mutuamente abrangentes, ou melhor, como se existisse somente um corpo chamado 'Igreja' com dois ofícios ou funções: governo e ministério" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 82).

A divergência maior entre Zuínglio e Lutero está nos sacramentos, pensamento oposto ao ponto de vista dos católicos,

luteranos e anabatistas. Em seu tratado *Sobre a Religião Verdadeira e Falsa*, Zuínglio discute o assunto. O sacramento era o juramento público de fidelidade do soldado romano na antiga Roma. Zuínglio defendia essa ideia com base na origem da palavra *sacramentum*, em latim. Logo, os sacramentos são um ato que indica juramento ou iniciação. Segundo Agostinho de Hipo-



FILIPE SOARES DA SILVA

Primeira edição do livro Sobre a Religião Verdadeira e Falsa, da autoria de Zuínglio. Deutsches Historisches Museum, Berlim.

na, o sacramento é sinal de uma graça invisível, e assim os católicos têm poder para libertar a consciência. Era uma resposta aos teólogos católicos. Para Zuínglio, não se tratava de um sinal exterior, algo que o diferenciava de Lutero, nem um sinal de algo que já ocorreu, algo que o distinguia dos anabatistas. Os sacramentos são dois: o batismo e a Ceia do Senhor. Zuínglio defendia o batismo de criança, mas era radicalmente contra a doutrina da consubstanciação, defendida por Lutero e os luteranos posteriores, pois o reformador suíço insistia na ideia de que Cristo não está corporalmente na Ceia do Senhor. Esse tema não era secundário para nenhum dos dois reformadores.

Lutero e Melanchton estiveram com Zuínglio e seu companheiro de ministério, Ecolampádio, em 1529, em Marbugo, sob os auspícios de um príncipe protestante, da Alemanha, para a unificação desses movimentos, mas não houve acordo. O ponto crucial dessa diferença era a presença ou a ausência do corpo físico de Cristo na Ceia do Senhor, pois Lutero enfatizava a interpretação literal das palavras: "Este é o meu corpo". Zuínglio, por outro lado, alegava que um corpo físico não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Houve consenso em 14 pontos, menos nesse. Não houve unificação, mas um acordo de respeito mútuo, em que "cada qual demonstraria amor cristão pelo outro até onde a consciência de cada um permitisse" (WALKER, vol. 2, 1980, p. 445).

A tentativa de Zuínglio de conquistar Genebra para a causa protestante levou a uma nova guerra em 1531. Servindo como capelão junto às forças de Zurique, o grande líder reformador pereceu num dos combates. Como resultado, cada cantão recebeu o controle total de seus negócios internos, não mais se prendendo a nenhuma relação com outros estados ou países e dando maior liberdade àqueles que quisessem aderir a Reforma. A obra



FILIPE SOARES DA SILVA

Os reformadores suíços, da esquerda para direita, William Farel, João Calvino, Teodoro Beza e João Knox. Praça dos Reformadores, Genebra.

de Zuínglio em Zurique ficou a cargo de seu discípulo e amigo Henrique Bullinger (1504-1566), que consolidou o trabalho. Em seu espírito conciliador, ele se aproximou mais da visão luterana da Ceia do Senhor do que havia feito Zuínglio.

A Confissão Helvética foi elaborada por um grupo de teólogos como Henrique Bullinger e Martim Bucer em 1536. O texto era conciliatório, mas mesmo assim não foi suficiente para ganhar os luteranos. Ela foi considerada curta e muito luterana. Calvino e Farel estiveram em 1549 com Bullinger, e eles alcançaram consenso quanto à questão da presença real do corpo de Cristo na Ceia do Senhor. A seguir, Bullinger escreveu a Segunda Confissão Helvética.

João Calvino (1509-1564), líder da Reforma em Genebra, nasceu na França. Estudou por algum tempo na Universidade de Paris. As atividades intelectuais de Calvino eram humanistas, diferentemente de Lutero, que atuava principalmente na arena

teológica. Calvino se transferiu da Universidade de Paris, que nessa época, era dominada pelo pensamento escolástico, para a Universidade de Orleans, "de tendência mais humanista, na qual ele estudou Direito civil" (MCGRATH, 2005, p. 103).

Após a morte de seu pai, em 1532, Calvino se juntou aos protestantes de Orleans. No ano seguinte, escreveu para o amigo Nicolas Cop, reitor da Universidade de Paris, o discurso sobre "Filosofia Cristã". Ele fugiu de Paris por causa desse discurso e da sua posição cristã. Quando passou em Estraburgo, conheceu Martin Bucer, intelectual respeitável e professor de teologia na universidade dessa cidade. Em 1535, refugiou-se em Basileia, onde continuou com seus estudos teológicos.

Calvino publicou a primeira edição das *Institutas da Religião Cristã*, em 1536, na Basileia. A obra era composta originalmente por seis capítulos, mas durante vinte e cinco anos Calvino ampliou e inseriu novos capítulos. A última edição foi publicada em 1559. Trata-se do tratado de teologia sistemática que mais influenciou os teólogos protestantes. A obra superou a teologia sistemática luterana, *Loci Communes* (Lugares Comuns), da autoria de Felipe Melanchton, publicada em 1521 (MCGRATH, 2005, pp. 103, 110).

A soberania de Deus, e não a predestinação, ocupava lugar central no sistema de Calvino: "O centro de onde emanam todas as demais doutrinas de Calvino é a doutrina de Deus. Alguns acham que sua doutrina fundamental é a da predestinação. Essa opinião é facilmente refutável, uma vez que na primeira edição das *Institutas* a doutrina da predestinação nem mesmo havia sido desenvolvida. Foi só nas edições posteriores que passou a ocupar espaço proeminente" (TILLICH, 2004, p. 259).

Nesse mesmo ano, quando passava por Genebra, Calvino recebeu a visita de Guilherme Farel (1489-1565), pastor local que

o convidou para trabalharem juntos. Calvino ensinava a necessidade de os membros da Igreja viverem de acordo com o Novo Testamento, mas, para isso, a Igreja precisava de autoridade para disciplinar os pecadores fragrantes e impenitentes, a ponto de desligá-los da comunhão. Era assunto da esfera eclesiástica, e não civil, e com isso o governo de Genebra expulsou-o juntamente com Farel. Eles foram exilados em 1538. Calvino foi para Estraburgo e durante três anos pastoreou ali um rebanho de refugiados franceses. Farel, algumas semanas depois, em julho, foi convidado para servir os irmãos em Neuchâtel. Em 1541 as forças reformadoras conseguiram o controle de Genebra, e Calvino foi convidado a voltar (CAIRNS, 1984, pp. 253, 254).

As Ordenanças Eclesiásticas promulgadas em 1541 delineavam as atividades de quatro classes de oficiais na Igreja. "Elas estabeleciam uma associação de pastores para dirigir a disciplina, um grupo de mestres para ensinar a doutrina, um grupo de diáconos para administrar a obra de caridade e, sobre eles, o consistório, composto de seis ministros e doze anciãos, para supervisionar a teologia e a moral da comunidade, com a faculdade de punir, quando necessário, com a excomunhão os membros renitentes" (CAIRNS, 1984, p. 254). As penalidades severas dessas Ordenanças contrariavam as *Institutas*, e alguns acreditam que Calvino não conseguiu fazer prevalecer, em muitos aspectos, seu ponto de vista em Genebra.

Calvino morreu em 1564, e Teodoro Beza (1519-1605), reitor da Academia de Genebra desde 1559, tomou a liderança do trabalho em Genebra. Beza fez de Genebra um centro de refúgio para os protestantes e "escreveu prodigiosamente; era o teólogo líder na geração após Calvino" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1083). Boa parte dos estudos de Jacó Armínio, teólogo holandês (1560-1609) ocorreu em Genebra sob direção de Teodoro Beza.

FILIPE SOARES DA SILVA



Catedral de São Pedro, em Genebra, Suíça.



FILIPE SOARES DA SILVA

Cadeira de Calvino, catedral de São Pedro, Genebra.

FILIPE SOARES DA SILVA



Teodoro Beza (Hans Asper). Deutsches Historisches Museum, Berlim.

3. OS ANABATISTAS: A REFORMA RADICAL

Durante o período da reforma na Alemanha e na Suíça, surgiram vários movimentos que se desenvolveram posteriormente. Eles questionavam algumas ideias de Lutero e Zuínglio sobre a Igreja e o Estado. Negavam a validade do batismo infantil, mas inicialmente não batizavam novamente aqueles que haviam sido batizados quando crianças; opunham-se com vigor à ideia de uma Igreja do Estado que os reformadores apoiavam; e, além disso, procuravam seguir a prática do Novo Testamento. Diziam que a predestinação, como ensinada por Zuínglio, era "uma abominação e um meio de nos desculpar e culpar Deus por nosso pecado" (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 92).

Segundo Justo Gonzalez, o ponto de partida do movimento anabatista ocorreu quando George Blaurock, um sacerdote exilado em Zurique, pediu que Conrado Grebel lhe batizasse. Em seguida, Blaurock começou a batizar os demais membros da comunidade. Isso aconteceu em 21 de janeiro de 1525. Como essas pessoas haviam sido batizadas na infância, seus opositores chamaram os seguidores do movimento de anabatistas, termo que significa "rebatizadores". Essa palavra era considerada inadequada, pois para eles essa prática não era um rebatismo, já que o batismo infantil não tinha validade bíblica e essa não era a única doutrina distintiva deles. No entanto, este ritual não foi aceito pelos católicos nem pelos reformadores, que aplicaram antigas leis de Teodósio e Juliano contra quem praticasse o rebatismo. O Conselho de Zurique foi cruel contra eles. Com apoio de Zuínglio, muitos foram perseguidos, torturados e mortos em quase todos os territórios protestantes (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 92).

MAPA: PAULO PRIMATI – FONTE: ATLAS VIDA NOVA



Mapa do Sacro Império Romano

O movimento se fortaleceu entre 1525 e 1528, principalmente em Estraburgo e Augsburgo. A Dieta de Spira, em 1529, "aprovou o mandato imperial do ano anterior de que os rebatizadores e rebatizados fossem mortos, mesmo sem a realização de julgamentos formais" (RENWICK, 1986, p. 114). A princípio, Lutero se opôs ao método de perseguição; porém, como o movimento crescia e se fortalecia, terminou também aderindo ao "uso da espada contra eles pelo direito da lei" (p. 115). No entanto, perseguições ainda maiores foram aplicadas pelos católicos.

Muitos grupos anabatistas já existiam antes da Reforma, como era o caso dos valdenses. Durante a perseguição, seus líderes foram diminuindo por causa das mortes e também de algumas fugas, como aconteceu ao próprio Grebel, que se refugiou em Praga, Muitos foram para a Morávia. Essa ausência de líderes moderados abriu espaço para radicais como Melquior Hoffman, que liderou o movimento no vale do Reno e na Holanda, João Matthys, de Haarlem, Holanda, e seu discípulo mais notável, João de Leiden, que o sucedeu após a morte de seu líder. Esses grupos revolucionários também usaram a espada para imporem suas doutrinas. João de Leiden dizia que o fim estava próximo e que o Senhor Jesus estava prestes a estabelecer a Nova Jerusalém. Essa mensagem apocalíptica levou muitos a acreditarem ser Estraburgo a Nova Jerusalém. Eles conquistaram a cidade pela força da espada, mas não conseguiram manter o controle sobre ela e sofreram um duro golpe, a cidade logo foi tomada e João de Leiden preso, torturado e depois executado (GONZALEZ, vol. 3, 2004, pp. 96, 97).

Depois do humilhante fim dos revolucionários, tornam-se evidentes os anabatistas pacifistas e mais moderados como Meno Simon e Jacob Hutter. As igrejas que surgiram desses líderes le-

varam o seu nome. Em seu livro *Fundamento da Doutrina Cristã*, Meno estabelece a nítida distinção entre a ala radical e a moderada do movimento. Com essa visão, o movimento retorna às origens pacifistas dos primeiros anabatistas que com o passar dos séculos se dividiram por questões doutrinárias (GONZALEZ, vol. 3, 2004, p. 98). Entre eles estão os *amish*, um grupo mais conservador, surgido em 1693 a partir da crença de Jacob Amman, líder menonita na Suíça, de que os irmãos estavam quebrando a pureza. Os grupos menonita e *amish* convivem pacificamente até os dias atuais.

capítulo cinco

A REFORMA NA INGLATERRA, ESCÓCIA E HOLANDA

1. A REFORMA NA INGLATERRA

Depois de rápidas reflexões históricas sobre os movimentos luterano e reformado, faz-se necessária uma breve visão sobre a Reforma nas Ilhas Britânicas, que ocorreu no mesmo período dos movimentos na Alemanha e na Suíça. Sua importância foi significativa por causa de sua vasta área colonizada, o que contribuiu para que o evangelho fosse anunciado por todo o mundo. Quem quiser compreender o cristianismo no mundo hoje precisa conhecer a história da Igreja da Inglaterra dos séculos XVI e XVII. As referências bibliográficas no final do presente estudo são uma excelente fonte de pesquisa para quem deseja aprofundar-se nesse tema. O objetivo deste capítulo é apenas fornecer uma visão geral, com enfoque nas confissões de fé.

A Reforma nas Ilhas Britânicas aconteceu de maneira muito diferente daquela que se passou no continente. Suas principais peculiaridades são: a ausência de um líder religioso forte como Lutero, Zuínglio e Calvino, e seu início na forma de um movimento político, sob o controle do rei da Inglaterra, Henrique VIII. As mudanças ocorreram durante a dinastia Tudor, que governou a Inglaterra entre 1485 e 1603: Henrique VII (1485-1509), Henrique VIII (1509-1547), Eduardo VI (1547-1553), Jane, que reinou por apenas nove dias (1553), Maria I (1553-1558) e Elizabete I (1558-1603).

A Inglaterra já estava preparada para uma reforma religiosa, como vimos anteriormente, ao tratar de Wycliffe e dos lolardos. O descontentamento do continente não era diferente do que se via nas Ilhas Britânicas.

Henrique VIII. O rei Henrique VIII era um católico, contrário às ideias de Lutero. Seu tratado Sobre os Sete Sacramentos lhe "mereceu o título de 'Defensor da Fé', dado por um papa agradecido" (RENWICK, 1986, p. 125). O ponto de partida do movimento foi a ruptura com o Vaticano, que havia negado seu pedido de divórcio da rainha Catarina de Aragão, filha de Fernando e Isabel da Espanha. O casamento de Catarina com Artur, filho mais velho de Henrique VII e herdeiro do trono, fora arranjado por Henrique VII como parte de suas alianças políticas e diplomáticas. Artur tinha 16 anos e Catarina 14 quando se casaram em 1501. Em menos de seis meses, Artur morreu e, em 1502, seu pai, para não perder as vantagens financeiras da aliança com a Espanha advinda desse casamento e do atraente dote de Catarina, "fez Catarina se comprometer com o futuro Henrique VIII" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1083). Porém, a lei da Igreja proibia que um homem se casasse com a viúva de seu irmão. Eles precisavam da permissão do papa, concedida em 1504, quando o jovem Henrique estava com 13 anos de idade, mas o casamento só aconteceu algumas semanas depois de assumir o trono, com a morte de seu pai em 1509. O arcebispo da Cantuária, Warham, realizou a cerimônia de casamento, embora tivesse dúvida de sua validade. O casal teve vários filhos que morreram na infância e somente Maria Tudor sobreviveu.

Henrique VIII não tinha um herdeiro do sexo masculino para sucedê-lo no trono e, até então, por uma única vez uma mulher havia reinado na Inglaterra, por volta do século XII durante uma guerra civil. Além disso, Henrique VIII achava que seu casamento estava sob julgamento divino por ter ele se casado com a cunhada, daí a razão das mortes sucessivas de seus filhos. Henrique tinha algum envolvimento com Ana Bolena e estava tão fascinado por



Henrique VIII (Hans Holbein the Younger, 1536).

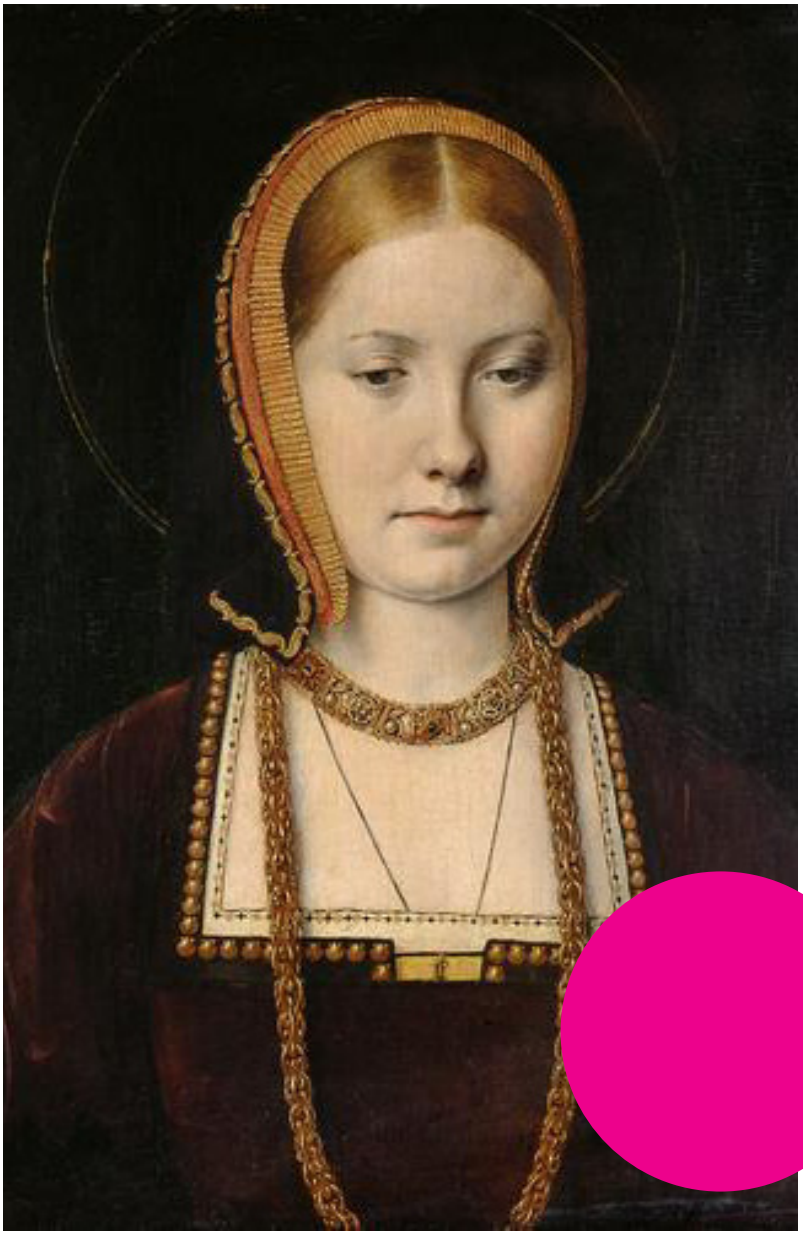
ela que resolveu fazer dela rainha. Para isso, a solução era divorciar-se de Catarina. Assim, o arcebispo de York, Thomas Wolsey, ministro do rei durante muito tempo, foi negociar esse divórcio com o papa Clemente VII, cuja petição foi negada. O papa era controlado por Carlos V, rei da Espanha e imperador da Alemanha, tio de Catarina, mais poderoso e mais influente que Henrique. Além de reafirmar seu casamento com Catarina, o papa excomungou o rei (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1085).

Henrique VIII considerou alta traição o fracasso de Wolsey e como resultado o destituiu do cargo. O ex-ministro morreu de desgosto em 1530, antes de ser executado por ordem do rei; Thomas Cromwell, que estivera a serviço de Wolsey, foi designado ministro em seu lugar. Cranmer (1489-1556), figura importante na implantação da reforma da Igreja na Inglaterra, sugeriu que a legalidade do casamento real fosse tratada nas universidades, cujo parecer teológico tinha peso diante da opinião pública. Assim, Cranmer foi constituído capelão da família Bolena. A maioria das universidades, algumas por pressão, foi favorável ao interesse de Henrique VIII. A corte aprovou o divórcio, apesar de Catarina nunca reconhecer a autoridade da instituição neste processo.

Em 1531, Henrique VIII acusou o clero inglês de traição, de violar um estatuto "que proibia reconhecer qualquer indicação do papa sem o consentimento do rei; o clero aceitara Wolsey como legado papal" (CAIRNS, 1984, p. 268). E não somente isso, mas o rei obrigou o clero a aceitá-lo como chefe da Igreja da Inglaterra, "tal como a lei de Cristo aprova" (p. 268). Depois de uma série de manobras políticas, Henrique VIII conseguiu que o Parlamento, no ano seguinte, o reconhecesse *in terra supremum caput Anglicanae ecclesiae*, "supremo cabeça sobre a terra da

Igreja da Inglaterra" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1085). Em 1532, Thomas Cranmer assumiu o cargo de arcebispo da Cantuária em lugar de Warham, que faleceu nesse mesmo ano logo após ser destituído do cargo. Em janeiro de 1533, Henrique e Ana se casaram secretamente, pois ela já estava grávida de Elizabete e o rei queria legitimar a criança. No ano seguinte, a corte validou o casamento de Ana Bolena e o rei fez dela rainha da Inglaterra, ao passo que o papa reafirmou o casamento de Catarina e excomungou o rei. Ainda em 1534, Henrique VIII cortou os fundos enviados ao papa. Aos poucos, o rei dissolveu os monastérios no país e há suspeita de que o objetivo por trás dessa ação era o interesse nos tesouros acumulados ao longo dos séculos. As mudanças na igreja não foram significativas porque Henrique VIII desejava manter os padrões tradicionais das paróquias apesar da ruptura com o Vaticano. Ele esperava que os protestantes declarassem apoio ao divórcio de Catarina. Eles afirmavam que o casamento não deveria ter acontecido, mas deveria ser mantido.

As mudanças, ainda que secundárias, aconteceram graças aos esforços de Cranmer. O primeiro documento religioso de Henrique VIII foi a obra *Dez Artigos*, preparada com a ajuda de Cranmer e publicada em 1536. De influência luterana, o artigo 1 reconhece a autoridade da Bíblia, dos credos e dos quatro primeiros concílios ecumênicos. Os artigos 2-4 reduzem os sacramentos a três: batismo, penitência e eucaristia, afirmando que Cristo está presente fisicamente na eucaristia. O artigo 5 trata da doutrina da justificação, da salvação pela fé e pela confissão, da absolvição e das boas obras. Os demais artigos mantêm integralmente outras práticas do catolicismo, como purgatórios, invocação dos mortos etc., crenças às quais era proibido negar (VILANOVA, vol. 2, 1989, p. 417).



Catarina de Aragão (Michael Sittow, cerca de 1510). Kunsthistorisches Museum, Viena.

O segundo documento religioso de Henrique VIII foi o Livro do Bispo, cujo título oficial é *Instituição de um cristão*, publicado em 1537. A obra, preparada por Cranmer, Fox e Latimer, foi uma tentativa de coordenar as opiniões dos conservadores e reformistas. Quando o rei achou que não precisava mais dos protestantes luteranos, voltou progressivamente à tradição católica. Em 1539, o Parlamento aprovou um novo documento, intitulado Ato dos Seis Artigos, apresentando a teologia oficial da igreja sob a direção do rei, mesmo sob os protestos de Cranmer, pois o texto era de feição católica.

Cranmer publicou ainda em 1538, apoiado na Confissão de Augsburgo, a obra Trinta e Oito Artigos. Mesmo sem o reconhecimento de Henrique VIII, o livro influenciou na composição dos 42 artigos publicados pelo mesmo Cranmer em 1553, no período de Eduardo VI, filho e sucessor de Henrique VIII.

Eduardo VI. Henrique VIII morreu em 1547. Sua visão religiosa era mais tradicional porém suas doutrinas variavam de acordo com a necessidade do momento. Os motivos do rei eram a *priori* políticos. Quem herdou seu trono foi Eduardo VI, seu único filho varão, fruto do relacionamento do rei com uma terceira esposa, Jane Seymour, já que Ana Bolena não lhe havia dado filhos do sexo masculino e além disso fora condenada à morte em 1536, acusada de adultério.

Eduardo VI herdou o trono aos 9 anos de idade e seu tio, o duque de Somerset, irmão de sua mãe, foi indicado regente. Três anos depois essa regência passou para Warwick, ou duque de Northumberland, título recebido posteriormente. Além da tenra idade para governar a Inglaterra, Eduardo VI não gozava de boa saúde. Morreu cedo, aos 15 anos, em 1553, mas a reforma andou



Eduardo VI (Guillin Stretes, cerca 1550). Musée du Louvre, Paris.

rapidamente durante o seu curto reinado, graças à visão protestante dos dois regentes.

O monge e historiador espanhol da Igreja Católica, Evangelista Vilanova (1927-2005), afirma que, segundo os testemunhos da época, Eduardo VI era muito inteligente e vivia preocupado com questões teológicas (vol. 2, 1989, p. 419). Durante seu reinado, os dois regentes apoiavam a reforma de uma perspectiva protestante, sob a coordenação do arcebispo Cranmer. Nesse período, a leitura bíblica nos cultos passou a ser em inglês. O Parlamento revogou os *Seis Artigos*, aboliu tudo o que restringia a impressão e a circulação das Escrituras e também a lei de traição sob a qual os hereges eram julgados. Os reformadores do continente foram bem recebidos. Nessa ocasião, Carlos V havia derrotado os protestantes e muitos alemães tiveram acolhida na Inglaterra. Mas as influências do continente que ajudaram a moldar a Reforma Inglesa vieram mais do humanismo e das Igrejas Reformadas que de Lutero ou seus seguidores (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1091). Os leigos passaram a participar da Ceia do Senhor, e o casamento dos sacerdotes foi legalizado em 1549.

Em 1549, o Parlamento decretou um Ato de Uniformidade que estabeleceu o uso universal na Inglaterra de um *Livro Comum de Oração*. Esse livro é conhecido como Primeiro Livro Comum de Oração e foi preparado por um grupo de teólogos, sob a coordenação de Cranmer. Trata-se de um manual de liturgia que fortalecia o uso do inglês, a leitura da Bíblia e a participação da congregação no culto. Com isso, o culto na Inglaterra deixou de ser em latim, e passou a ser ministrado em inglês. Esta obra é usada ainda hoje pela Igreja Anglicana.

Em 1552, o Parlamento decretou um Ato de Uniformidade

sancionando uma edição revisada do *Livro Comum de Oração*, com um texto que se aproximava mais do protestantismo, de forte influência calvinista, elaborado sob a coordenação de Cranmer e com a colaboração Nícolas Ridley. Cranmer preparou ainda em 1553 uma confissão de fé para a Igreja Anglicana, os *Quarenta e Dois Artigos de Religião*, com a autoridade do rei determinando a posição doutrinária da Igreja da Inglaterra (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1091).

Maria Tudor. Após a morte de Eduardo VI, sua irmã mais velha, filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão, nascida em 1516, assumiu o poder como Maria Tudor, ou Maria I da Inglaterra. Reinou por um pouco mais de cinco anos, até sua morte em 17 de novembro de 1558. Sua legitimidade era conforme à linha de sucessão definida por Henrique VIII. O testamento de seu pai declarava Maria e Elizabete bastardas, mas o rei tomou as providências para que elas pudessem subir ao trono, em ordem de nascimento, no caso do falecimento de Eduardo VI. Fiel à memória de sua mãe, Maria I levou a Inglaterra de volta ao catolicismo, já que a Reforma ainda não se espalhara entre o povo (LATOURETTE, vol. 2, 2006, pp. 1093-1094). Diante de sua ascensão ao trono, o Parlamento validou a união de seus pais, antes anulada anteriormente pela corte, dando total legitimidade à sua posição como rainha da Inglaterra no final de 1553.

Por uma conjugação de interesses políticos e dinásticos, Maria se casou com Filipe II da Espanha, filho de seu primo, o imperador Carlos V, em 25 de julho de 1554. O Parlamento desejava que ela se casasse com um nobre inglês, assim o casamento não foi bem aceito pelos ingleses. Maria entendia ser a união apenas uma obrigação política a favor da casa real espanhola.



Maria Tudor (Mor van Dashorst, 1554). Museo do Prado, Madri.

Sentindo-se segura no trono, começou a trabalhar em favor do catolicismo. O Parlamento aboliu toda a legislação eclesiástica do reinado de Eduardo VI; repeliu o *Livro Comum de Oração*; os cultos voltaram a ser como nos últimos anos de Henrique VIII; os sacerdotes casados tiveram de se separar de suas esposas; e também foram retirados os dois elementos da Ceia do Senhor.

Os bispos católicos foram restaurados às suas dioceses, e entre eles estava Stephen Gardiner, de Winchester, afastado na administração anterior. O cardeal Reginaldo Pole (1500-1558), primo de Henrique VIII, que discordava da separação dele e de Catarina, além de não aceitar a ideia de o rei ser cabeça da Igreja da Inglaterra, agora voltava do exterior para assessorar a rainha.

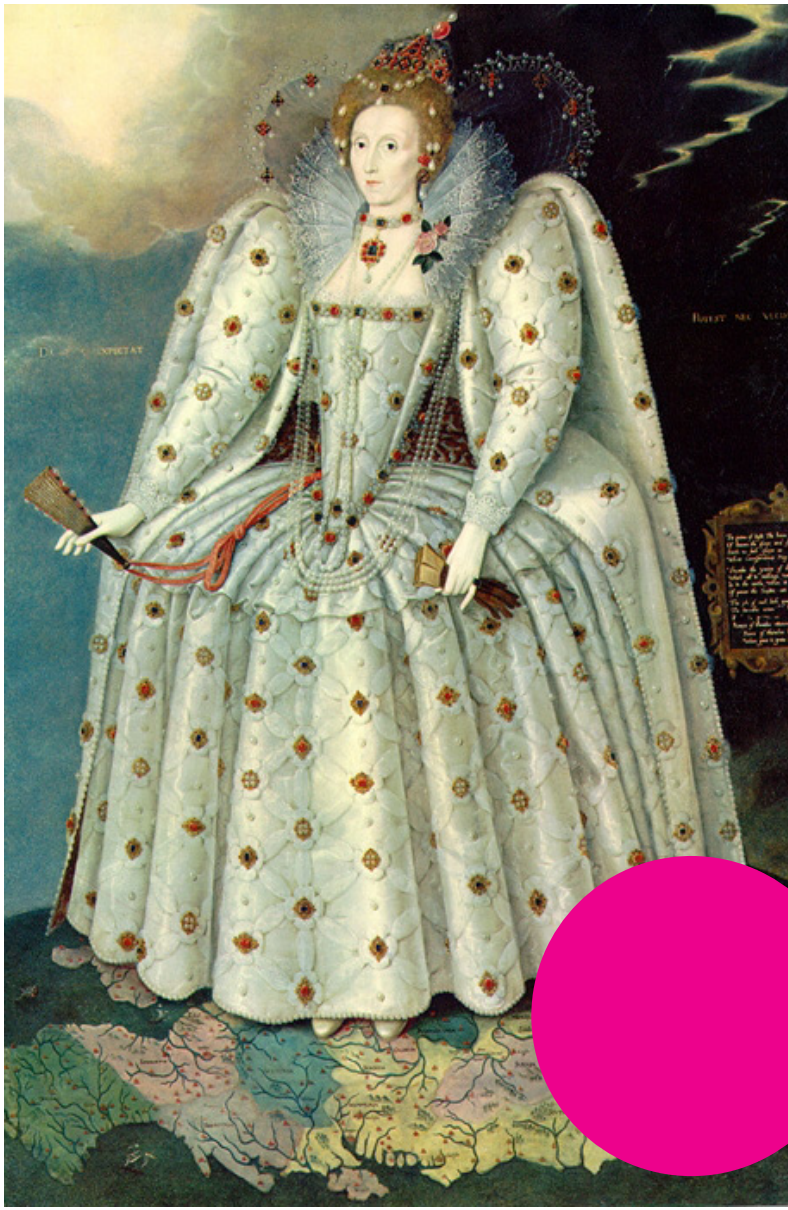
Como serva fiel da igreja romana, e tendo como assessor e representante papal na Inglaterra o primo de seu pai, Maria iniciou o que alguns historiadores consideram a Contrarreforma Inglesa. Seu governo coincidiu com o andamento do Concílio de Trento. Maria forçou o Parlamento a levar adiante um processo de restauração das práticas religiosas inglesas. Primeiro, fez que todas as mudanças efetuadas durante o reinado de Eduardo VI fossem abolidas, o que significava uma volta à legislação existente em 1547, ano em que seu pai morreu. Depois, aboliu todas as alterações eclesiásticas feitas durante o reinado de Henrique VIII, retornando à legislação existente em 1529 e restaurando a autoridade papal sobre a Inglaterra. O Parlamento concordou com todas as medidas, menos no que dizia respeito à devolução das terras tomadas da igreja romana, que continuaram nas mãos de seus proprietários, e a reconciliação com Roma, que foi postergada até 30 de novembro de 1554.

Em seguida, começaram as perseguições e Cranmer terminou preso. Mesmo com toda a pressão pelo retorno ao sistema ca-

lico romano, cerca de 800 clérigos ingleses se recusaram a aceitar as mudanças e perderam suas paróquias. Eles foram forçados a fugir para Emden, Estrasburgo, Heidelberg, Basileia, Genebra e Frankfurt, para não serem mortos durante o período de perseguição. Os que foram para o continente, "Calvino os recebeu calorosamente, enquanto os luteranos com frieza, pois os consideravam heréticos por causa da questão da presença física de Cristo na Ceia do Senhor" (WALKER, vol. 2, 1980, p. 497). Esse grupo de exilados produziu a chamada Bíblia de Genebra, publicada naquela cidade em 1560 e tornando a Bíblia mais utilizada durante o reinado de Elizabete I, até ser publicada a *King James Version*, a Versão Autorizada de 1611.

Cerca de 300 pessoas foram martirizadas por causa da fé durante o reinado de Maria Tudor. Os primeiros mártires foram: John Rogers (1500-1555), Nicolau Ridley (1500-1555), Hugo Latimer (1490-1555) e Tomás Cranmer (1489-1556). Os ingleses não apoiaram os extremos praticados contra esses teólogos e reagiram da mesma forma que reagiram às mudanças protestantes extremas ocorridas durante o reinado de Eduardo VI. Ao findar o governo de Maria, com sua morte, estava preparado o caminho para a era seguinte, na qual o equilíbrio seria alcançado com a ascensão de Elizabete I. Maria Tudor morreu infeliz, não teve filhos e não era amada por seu marido, pois Filipe não a apoiava com frequência "e se alienou das afeições de muitos de seus súditos" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1096).

Elizabete I. Após a morte de Maria Tudor, ascende ao trono inglês Elizabete I (1533-1603), filha de Henrique VIII e Ana Bolena, seguindo assim a ordem estabelecida por seu pai. Ela reinou durante quarenta e cinco anos, de 1558 a 1603. Todavia, o início do



Elizabete I (Marcus Gheeraerts the Younger, cerca de 1590). National Portrait Gallery, Londres.

reinado não foi tranquilo: Maria Stuart, rainha da Escócia, sua prima, reivindicava o trono para si, e o rei Filipe II, viúvo de Maria Tudor, ameaçava intervir para tomar o poder. Além disso, a questão religiosa ainda não se havia resolvido, com o povo dividido entre católicos e protestantes.

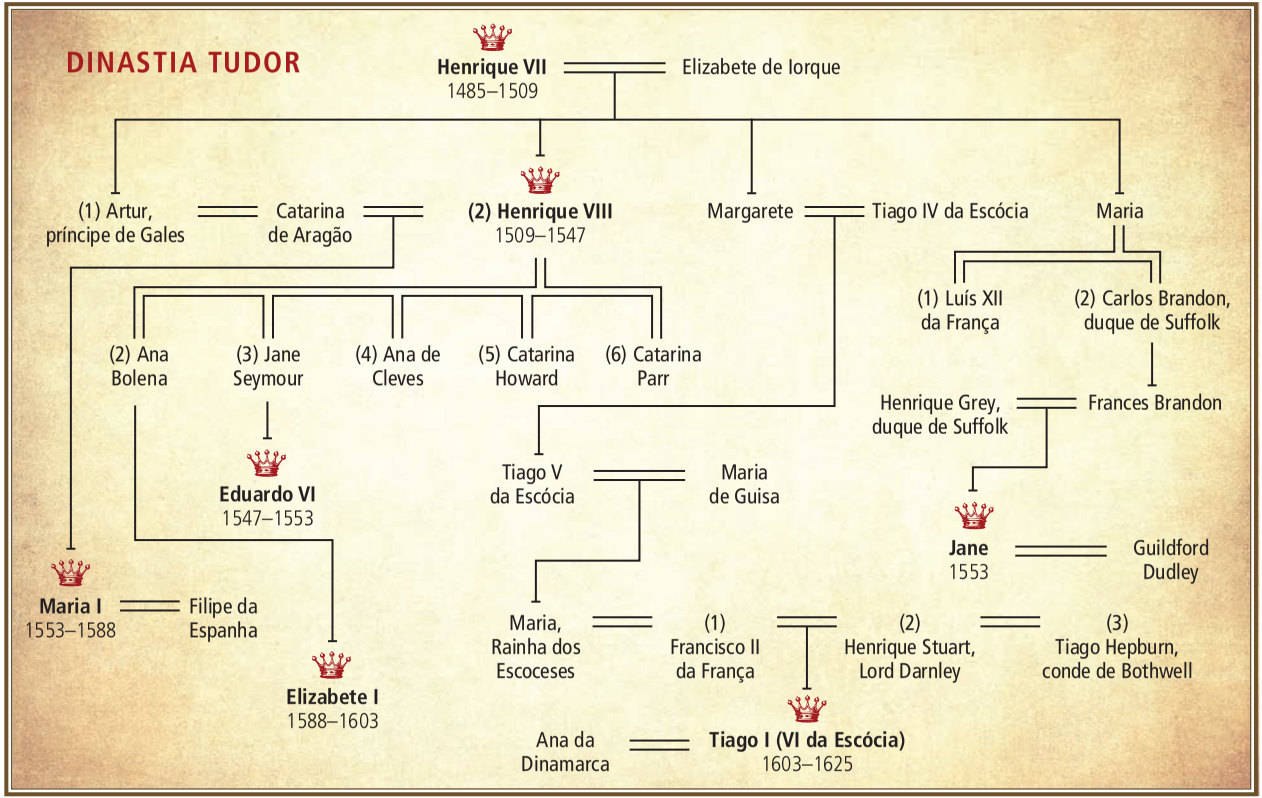
Nessa delicada equação político-religiosa, Elizabete I tinha de ser protestante, pois esse grupo considerava legitimo o casamento de seus pais; ao mesmo tempo, não podia entrar em conflito aberto com as forças que apoiavam o papa. Seguindo o que entendia ser o desejo do povo inglês, a rainha preferiu elaborar uma constituição moderada que evitava os extremos de qualquer um dos grupos religiosos.

O Parlamento aprovou, em 1559, o Ato de Supremacia de Elizabete I, que fazia da rainha "a suprema governadora deste reino, e de todos os outros de seus domínios e países, assim como em todas as coisas espirituais ou eclesiásticas ou causas temporais" e a autoridade do papa e todos os pagamentos e apelos a ele foram rechaçados (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1096). A designação era com certeza menos agressiva que a de "chefe supremo da igreja", na qual insistira Henrique VIII, pois, mesmo dando à rainha autoridade administrativa, o ato deixava as questões de fé e moral para serem resolvidas pela igreja da Inglaterra. O Parlamento emitiu também, nesse mesmo ano, um Ato de Uniformidade, restaurando o *Segundo Livro Comum de Oração* de 1552 com ligeiras modificações. O documento deveria ser usado em todas as catedrais e igreja paroquiais. Já a questão da presença física de Cristo no sacramento permaneceu indefinida com a combinação das fórmulas de entrega dos elementos que constavam dos livros anteriores, de 1549, e o texto original de 1552. O ato também decretava que todos os habitantes deveriam ir à

igreja aos domingos e feriados, ou seriam multados. Voltou a ser aceito o casamento do clero desde que com consentimento do bispo, e foram removidas práticas tradicionais como superstições, idolatria e peregrinações, entre outras.

Os Quarenta e Nove Artigos foram revisados, com a supressão daqueles que condenavam antinominianos, anabatistas e milenistas, e a reorganização de outros itens. Isso resultou num total de 39 artigos. Os *Trinta e Nove Artigos da Religião* foram aceitos pelo Parlamento como o credo da Igreja Anglicana, de subscrição obrigatória por todos os pastores. Este credo, com algumas pequenas alterações introduzidas em 1571, ano de sua promulgação, é até hoje o credo da Igreja Anglicana. Em 1562, John Jewel (1522-1571), bispo de Salisbury, o mais importante apologista da Era Elizabetana, escreveu uma apologia à Igreja Anglicana, *Apologia Ecclesiae Anglicanae*, na qual sustentava a posição da Igreja da Inglaterra contra a Igreja de Roma. Uma edição em inglês intitulada *An Apology or Answer in Defence of the Church of England* (*Uma Apologia ou Resposta em Defesa da Igreja da Inglaterra*) apareceu dois anos depois, mas aí já trazia uma posição moderada, como a de Cranmer.

Após a morte de Maria e do cardeal Pole, as chances de retorno a Roma eram quase nulas, principalmente devido à popularidade de Elizabete I. Mesmo assim, houve um reavivamento do catolicismo romano na Inglaterra durante seu reinado. Alguns católicos esperavam que Maria Stuart, rainha exilada dos escoceses, assumisse o trono da Inglaterra, o que teria acontecido se Elizabete fosse considerada filha ilegítima de Henrique VIII. Em 1570, o papa Pio V emitiu uma bula excomungando Elizabete I e liberando os católicos ingleses de submissão a ela. Em contrapartida, a rainha promulgou um decreto contra os jesuítas que plane-



Árvore genealógica da dinastia Tudor.

javam reconquistar a Inglaterra para o papado. O cardeal William Allen (1532-1594) recusou-se a fazer juramento de supremacia sob a nova rainha e algum tempo depois foi para Roma. Ele foi um dos líderes do Seminário de Douai, na costa francesa, transferido depois para Rheims. Este seminário era um centro de treinamento de missionários jesuítas para serem enviados secretamente à Inglaterra. Nesse seminário, a Bíblia foi traduzida para o inglês, na versão conhecida como Douai. Allen chegou a pedir auxilio ao rei Filipe II da Espanha para a reconversão da Inglaterra.

Em 1588, Filipe II reuniu uma grande esquadra, que ficou historicamente conhecida como a Armada Espanhola, e atacou a Inglaterra. Sua derrota foi total, e a Inglaterra se transformou na principal potência protestante da Europa, o que preparou o caminho para sua futura supremacia nos mares.

Tiago I. Elizabete I nunca se casou e não teve filhos para suceder no trono. Após sua morte, Tiago VI da Escócia, bisneto de Margarete Tudor, irmã de Henrique Stuart, tornou-se rei da Inglaterra. Como Tiago I, ele reinou de 1603 até sua morte em 1625, iniciando a dinastia Stuart.

Durante o governo de Tiago I, surgiram diversos grupos protestantes radicais como os puritanos e outros independentes ou separatistas. Os puritanos eram assim chamados porque insistiam na ideia do retorno à simplicidade dos tempos do Novo Testamento. Não concordavam com a forma tradicional de culto da Igreja Anglicana, que empregava a cruz e a vestimenta especial, sobrepeliz, dos ministros. Também discordavam do ato de se ajoelhar na comunhão para receber os elementos da Ceia do Senhor e eram contra toda a pompa na liturgia. Muitos se opunham à forma episcopal de governo da igreja, enquanto outros



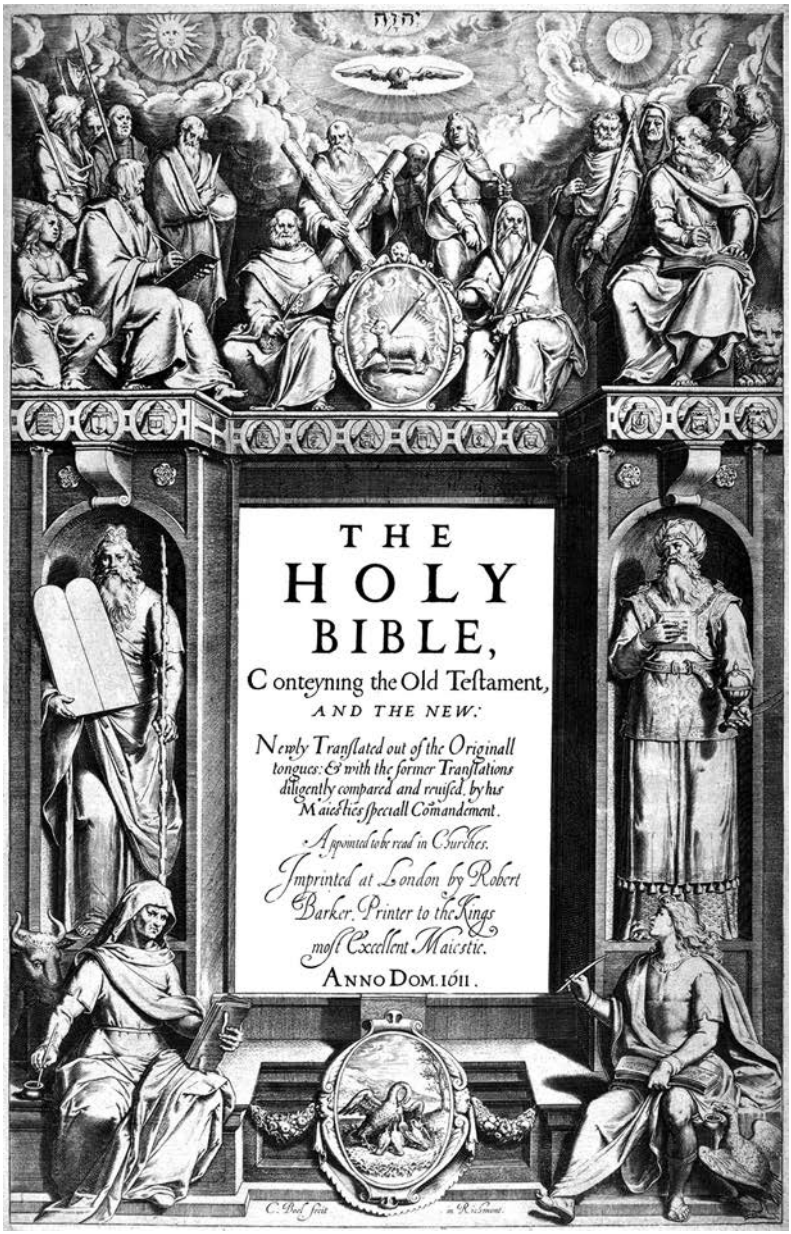
Tiago I (John de Critz? 1605). National Portrait Gallery, Londres.

consideravam a Bíblia flexível quanto ao governo espiritual da igreja. Havia também os que insistiam "na forma presbiteriana de governo de igreja, com a eleição de pastores por seu povo, e colocando bispos, presbíteros e pastores no mesmo pé de igualdade" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1102). Os puritanos pretendiam continuar na Igreja da Inglaterra, desde que se excluíssem os elementos anteriormente mencionados.

Os independentes eram assim chamados porque queriam retirar-se da Igreja da Inglaterra, e dentre eles estavam os separatistas porque eram favoráveis à plena autonomia de cada igreja local. Defendiam o sistema de congregações independentes e eram contrários ao batismo de crianças, o pensamento dos anabatistas de batizar somente os adultos, por isso foram chamados de batistas. Não eram anabatistas e são os ancestrais dos congregacionalistas.

Estas manifestações já existiam no período elizabetano, mas foi na dinastia Stuart que as reivindicações ganharam força. Os primeiros puritanos eram calvinistas ingleses que aspiravam transformar a Igreja da Inglaterra numa igreja nacional presbiteriana segundo o modelo escocês. E eles iam além: esperavam tornar "a Inglaterra numa república cristã segundo o modelo de Genebra" (OLSON, 1999, p. 507). Consideravam a teologia e o governo eclesiástico anglicano extremamente próximos ao papismo.

O rei Tiago I teve de lidar com essas controvérsias. Apesar de sua formação presbiteriana escocesa, desejava manter a forma episcopal, "o direito divino dos reis", pois dizia que "sem bispo não há rei". Na conferência de janeiro de 1604, em Hampton Court, presidida pelo próprio rei, Tiago I insultou, ridicularizou e escarneceu os puritanos, tratando-os com grande desrespeito. Um deles mencionou o sistema presbiteriano e o rei respondeu:



Versão Inglesa do rei Tiago (King James Version), 1611.

"Um presbitério se harmoniza tanto com a monarquia como Deus se harmoniza com o Diabo" (GONZALEZ, vol. 8, 1990, p. 55). O monarca se apegou a ideia do dr. Reynolds, líder puritano de Oxford, que pretendia elaborar uma nova versão da Bíblia inglesa, baseada nos melhores textos hebraico e grego e comparada com traduções anteriores.

Na época já circulava a Bíblia dos Bispos, que em linhas gerais seguia a tradução de Tyndale e a Bíblia de Genebra. A ideia era incorporar o melhor das traduções já existentes. O rei designou 54 estudiosos que se dividiram em grupos de sete ou oito. Eles começaram o trabalho em 1607 e a obra foi publicada em 1611. É conhecida como Versão Autorizada, mas "não existe nenhum registro para provar que ela alguma vez foi submetida ao Privy Council [Concílio Privado] ou que teve a aprovação final do rei" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1106). Seu nome oficial é *King James Version* (*Versão do Rei Tiago*), e "esta versão continua em uso, e a beleza da sua dicção em inglês, o seu vigor idiomático e ritmo harmonioso nunca foram ultrapassados" (RENWICK, 1986, p. 151). A expansão da Inglaterra contribuiu para a divulgação da fé cristã em toda a extensão do Império Britânico.

2. A REFORMA NA ESCÓCIA

A Escócia era um país pobre e atrasado, com uma monarquia fraca até a primeira metade do século XVI. Havia três universidades, Santo André, Glasgow e Aberdeen, mas estavam abaixo do padrão europeu da época. A tradicional política da Escócia era de aliança com os franceses para se proteger contra os ingleses, que desejavam ter domínio sobre os seus territórios. Mas, no século XVI, a aliança da Escócia se dividia entre a França e a Inglaterra.

Em 1502, Margarida Tudor, irmã de Henrique VIII e filha de Henrique VII e Elizabete de Iorque, casou com Tiago IV, rei da Escócia. Houve uma tentativa de pacificar escoceses e ingleses quando Henrique VIII ofereceu a mão de Maria Tudor, sua filha, a Tiago V, filho de Tiago IV. Mas ele resolveu manter a tradição e casou seu filho com uma filha de Francisco I, da França, e após a morte dessa primeira esposa, com a francesa Maria de Lorraine-Guisa, de família católica. Desse último casamento nasceu Maria, que se tornou a "Rainha dos Escoceses". Assim, ingleses e escoceses se mantinham em campos opostos, principalmente no tocante à reforma eclesiástica. O vínculo com a França era visto como ameaça à Inglaterra devido à ruptura de Henrique VIII com o papa.

Os lolardos tiveram alguma influência na Escócia, onde os escritos de Lutero eram lidos. As primeiras pregações protestantes começaram com Patrício Hamilton, que apesar de sua origem humilde conseguiu graduar-se em Paris e estudou em Wittenberg. Ele regressou à Escócia, mas, antes de ser preso e condenado à morte, teve permissão para apresentar seus pontos de vista na Universidade de São André (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1042). Hamilton foi queimado numa fogueira em 1528 por causa da sua doutrina luterana. Outras execuções aconteceram na Escócia em 1534 e 1540, até que três anos depois o Parlamento autorizou a leitura e a tradução da Bíblia.

O cardeal David Beaton, arcebispo de Santo André, em sua campanha de repressão ao protestantismo, mandou para a fogueira aquele que se tornou o principal dos pregadores lolardos, Jorge Wishart, em 1546. Quase três meses depois, um grupo entrou à força no castelo de Santo André e matou o cardeal Beaton, suspendendo seu corpo fora da janela. Segundo Renwick, "esses homens nunca chegaram a estar intimamente ligados à



Maria Stuart (pintor anônimo, seguidor do século XVI, seguidor de Francois Clouet) Victoria and Albert Museum, Londres.

Reforma, e sua ação deveu-se principalmente a motivos políticos e sentimentos pessoais" (1986, p. 140). Segundo Gonzalez, Latourette e Cairns, foi um grupo de protestantes o responsável pela invasão do castelo: "parcialmente como vingança e parcialmente vindo da oposição à sua política a favor da França" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1042). O grupo se fortificou no castelo de Santo André, onde pregava ideias protestantes e esperava ajuda da Inglaterra, mas acabou vencido pela esquadra enviada pelos franceses. Nesse ínterim, em 1547, "um perseguido pregador protestante, ao que parece convertido por Wishart e certamente seu amigo, e de nenhuma anterior notoriedade, refugiou-se junto a eles e se tornou mestre espiritual. Era João Knox, que viria a ser o herói da reforma escocesa" (CAIRNS, 1984, p. 502).

Knox nasceu entre 1505 e 1515, em Haddington, próximo de Edimburgo, e estudou na Universidade de Glasgow, preparando-se como sacerdote e notário do papa. Quando as tropas francesas renderam os ocupantes do castelo de Santo André, Knox foi levado para a França; ali permaneceu como prisioneiro remando numa galé durante 19 meses, até ser solto no início de 1549. Tendo migrado para a Inglaterra, tornou-se um dos capelães do rei Eduardo VI; e, mesmo sendo amigo de Cranmer, recusou-se a assumir o bispado de Rochester. Quando Maria Tudor foi coroada rainha da Inglaterra, Knox fugiu para o continente por causa da sua perseguição aos protestantes. Esteve em vários lugares e em Genebra tornou-se ardoroso discípulo de Calvino, trabalhando na tradução da Bíblia de Genebra para o inglês. Esteve também algum tempo em Zurique, com Bullinger, sucessor de Zuínglio.

Na Escócia, Maria, a "Rainha dos Escoceses", nasceu poucos dias antes de seu pai falecer. Tendo sido prometida em casamen-

to ao herdeiro da França, quando estava com 5 anos de idade, casou-se com o rei francês Francisco II em 1558. Enquanto isso, a rainha-mãe, Maria de Guisa, assumiu como regente no lugar da filha, herdeira do trono. Isso era um problema para os escoceses, que viam aí a possibilidade de a França anexar a Escócia. Por essa razão e também por ser francesa, a regente não era bem vista. Ela comandava um exército francês em Edimburgo e Leith e em 1559 ela proibiu a pregação da Reforma. Houve uma guerra civil, na qual os franceses apoiavam a regente e as forças inglesas, enviadas pela rainha Elizabete I, ajudavam os protestantes. Nessa época, Knox já se encontrava em território escocês, encorajando os irmãos com seus sermões e ensinos da Palavra de Deus. Em 11 de junho de 1560, faleceu a regente juntamente com sua causa, e os franceses retornaram para casa, findando a guerra. No mês seguinte, França e Inglaterra firmaram um tratado em que os soldados seriam retirados da Escócia. Com ajuda dos protestantes ingleses, a Escócia se tornou independente.

Com a vitória dos escoceses, iniciou-se uma nova ordem na Escócia, que assumiu oficialmente a Reforma. Em agosto de 1560, a pedido do Parlamento, Knox e mais cinco amigos, todos chamados João – J. Spottiswood, J. Willock, J. Row, J. Douglas e J. Winram – prepararam uma definição da doutrina reformada. Era mais calvinista do que luterana ou zuingliana. A Confissão Escocesa permaneceu como símbolo da reforma religiosa escocesa até sua substituição em 1647 pela Confissão de Westminster. A forma de governo da igreja na Escócia foi projetada por Knox e seus companheiros no Primeiro Livro de Disciplina escrito, a pedido do Parlamento, obra em que é exposto o modelo presbiteriano, diferentemente do sistema episcopal de governo da Igreja Anglicana, na Inglaterra. O Parlamento aprovou os dois

documentos. Neste mesmo, 1560, foi declarado que o papa não tinha mais jurisdição na Escócia, a missa foi proibida e todas as práticas sem apoio bíblico foram eliminadas. Knox preparou o *Livro de Ordem Comum* para a direção do culto, o qual foi aprovado pela Assembleia Geral em 1564.

Com o falecimento de Francisco II em 5 de dezembro de 1560, Maria, a "Rainha dos Escoceses", retornou da França para a Escócia, mais precisamente em 19 de agosto do ano seguinte. Maria cresceu e foi educada no ambiente extremamente católico da corte francesa, e se viu diante de uma nação protestante. Agiu com prudência não interferiu na reforma religiosa de 1560. A "Rainha dos Escoceses" tentou, de maneira gentil e habilidosa, persuadir Knox a uma aliança com a autocrática França e com o romanismo, mas este negou qualquer acordo que comprometesse suas convicções protestantes, pois ele "defendia o presbiterianismo, a democracia e a aliança com a Inglaterra" (RENWICK, 1986, p. 143).

Em 29 de julho de 1565, Maria se casou com o seu primo, Henrique Stuart, lorde Darnley, que era católico romano e de quem ela se enamorara. Esse casamento não agradou nem aos escoceses protestantes e nem a seu meio-irmão e sábio conselheiro, Tiago Stuart, lorde Moray, que era protestante. Maria tinha sangue Tudor nas veias e, como a rainha Elizabete I não gerara filhos, Maria sonhava com o trono da Inglaterra. Seu marido tinha o mesmo direito ao trono e era visto com simpatia pelos ingleses católicos. Desse casamento, nasceu Tiago, em 19 de junho de 1566, o futuro Tiago VI da Escócia e Tiago I da Inglaterra.

Com o passar do tempo, os sentimentos de Maria pelo marido não eram mais os mesmos. Por ciúmes da maneira pela qual ela tratava seu secretário italiano, Davi Riccio, ele o assassinou na

presença da esposa. Em 1567, a casa em que seu marido convalescia de varíola nas proximidades de Edimburgo explodiu, e o corpo de Henrique foi encontrado perto do local da casa. Segundo a opinião pública, ele foi assassinado por Tiago Herburn, lorde de Bothwell, um protestante por quem Maria se sentia atraída e com quem se casou. Herburn já era casado, mas acusou a esposa de adultério e dela se divorciou para casar com Maria em rito protestante duas semanas após o divórcio.

Esses escândalos afastaram da rainha a simpatia escocesa e trouxeram hostilidades também por parte dos católicos e protestantes da Inglaterra. Um mês depois do seu casamento, Maria foi presa e em 24 de julho de 1567 foi obrigada a abdicar o trono em favor de seu filho de apenas 1 ano de idade, e lorde Moray foi feito regente. Cinco dias depois da abdicação, Knox pregava na coroação de Tiago VI, que foi educado na fé reformada. Após anos de detenção, Maria conseguiu fugir da prisão e se dirigiu à Inglaterra, onde, contudo, terminou executada em fevereiro de 1587, acusada de conspirar contra a vida de Elizabete I.

A queda da "Rainha dos Escoceses" significou a vitória do protestantismo. Knox faleceu em 24 de novembro de 1587, deixando as marcas indeléveis de suas obras. Ele viveu o suficiente para ver o triunfo da fé protestante na Escócia. André Melville, que lecionou em Genebra e foi amigo de Beza, retornou à Escócia em 1574 e deu continuidade aos trabalhos de Knox. Melville reformou as universidades de Glasgow, Aberdeen e Santo André e "deu à Igreja da Escócia uma completa organização presbiteriana" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1046). O sistema presbiteriano não agradava ao rei Tiago, que insistia em implantar o método episcopal, e essa disputa tempestuosa resultou na decapitação do rei Carlos I, filho de Tiago, em 1649.

MAPA: PAULO PRIMATI – FONTE: ATLAS VIDA NOVA



Mapa das ilhas britânicas.

3. A REFORMA NA HOLANDA

A reforma na Holanda e em outras províncias dos Países Baixos aconteceu num período em que o país estava em guerra contra o domínio da Espanha católica. O imperador Carlos V consolidava seu governo nos Países Baixos e recorreu a medidas extremas para banir o luteranismo. Os escritos de Lutero haviam chegado à Holanda e tiveram boa acolhida na região. Os anabatistas já eram numerosos e viviam sob o severo tacão do regime espanhol na região, de modo que tanto luteranos quanto anabatistas foram martirizados. Um pequeno grupo de rebeldes conseguiu unir várias províncias contra o domínio espanhol. Os rebeldes firmaram, ainda que de maneira instável, uma aliança conhecida como Províncias Unidas dos Países Baixos. Nessa época, os holandeses estabeleceram sua igreja nacional protestante. Em 1566, fundaram a Igreja Reformada Holandesa, sem se aliarem a nenhum ramo específico do protestantismo da primeira geração, como os derivados de Lutero ou Calvino. Na verdade, o "protestantismo holandês primitivo era um tipo *sui generis* que não seguia rigidamente o luteranismo ou calvinismo" (OLSON, 1999, p. 471). A igreja holandesa adotou um governo presbiteriano, a Confissão Belga e o Catecismo de Heidelberg. Este catecismo foi preparado pelo corpo docente de teologia do Collegium Sapientiae, em Heidelberg, a pedido de Frederico III, em 1563, como manual de instrução, orientação para a pregação e confissão de fé. Ver sobre a Confissão Belga no capítulo seguinte.

Ainda nesse contexto político tenso, os teólogos calvinistas estavam divididos entre supralapsarianos (do latim, *supra*, "antes", e *lapsus*, "queda") e infralapsarianos (do latim *infra*, "depois"), "a

saber, aqueles que sustentavam que, antes de ter criado o mundo, Deus decretara quem seria salvo, e quem seria condenado, e aqueles que sustentavam que, em razão da queda do homem no pecado de Adão, mas não até após essa catástrofe, Deus decretara que certos homens deveriam perder-se e outros salvar-se" (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1035). A discórdia entre eles "girava em torno de o primeiro propósito (supremo) de Deus ser o de se glorificar pela predestinação ou pela criação" (OLSON, 1999, p. 470). Calvino não conheceu nenhum desses dois pensamentos, uma vez que o supralapsarianismo surgiu com Teodoro Beza, mas Calvino tolerou os infralapasrianos em Genebra. Não são poucos os que acreditam que Calvino concordaria com tais ideias. Foi nesse contexto que outra controvérsia sacudiu o protestantismo dos Países Baixos: a doutrina da predestinação entre Armínio e Gomaro.

Jacó Armínio nasceu em 1560 e foi criado numa pequena cidade entre Utrech e Roterdã. Aos 15 anos de idade, ele foi estudar na Alemanha. Sua família inteira foi exterminada num só dia por católicos leais à Espanha que invadiram sua cidadezinha, enquanto Armínio ainda estudava na Alemanha. Ele ficou sob os cuidados de um influente holandês de Amsterdã e tornou-se um dos primeiros alunos da recém-fundada Universidade de Leiden, onde estudou de 1576 a 1582, mas também esteve em Genebra e foi aluno de Teodoro Beza por algum tempo. Ao regressar à Holanda, onde serviu como pastor e pregador em Amsterdã, Armínio adquiriu prestígio e fama como estudioso da Bíblia e de teologia. Segundo Cairns e Gonzalez, em 1585 os dirigentes da igreja de Amsterdã lhe pediram que refutasse as opiniões do teólogo Dirck Koornhert (1522-1590), que havia atacado alguns pontos da teologia calvinista, espe-

cialmente quanto à doutrina da predestinação. Armínio debruçou-se sobre escritos de Koornhert e comparou-as com as Escrituras, com o pensamento teológico dos primeiros séculos da igreja e com muitos dos principais teólogos protestantes; "por fim, depois de profundas lutas de consciência, chegou à conclusão de que Koornhert tinha razão. Posto que em 1603 Armínio tornou-se professor de teologia da Universidade de Leiden, suas opiniões foram publicamente reveladas" (GONZALEZ, vol. 8, 1990, p. 115). Além disso, "Armínio não concordava com a doutrina de Beza sobre a predestinação, quando assumiu o seu ministério em Amsterdã; na realidade, é provável que nunca tenha concordado com ela" (OLSON, 1999, p. 473). Segundo um biógrafo de Armínio, Carl Bangs, citado por Olson, Armínio demonstrava, em seus sermões na década de 1590, o desejo de encontrar o equilíbrio entre a graça soberana de Deus e o livre-arbítrio humano.

Os calvinistas supralapsarianos de Amsterdã e de outros lugares acusaram Armínio de hereges, mas os oficiais da igreja que examinaram a questão o inocentaram. Desde sua formação, a Igreja Reformada Holandesa mantinha uma tradição de independência de sistemas teológicos específicos, e Armínio lembrou ainda à tolerância da Igreja em relação à diversidade nos pormenores doutrinários. Os oficiais concordaram com ele, o que enfureceu os supralapsarianos. A outra derrota de seus opositores foi a nomeação de Armínio para ocupar uma cátedra na Universidade de Leiden, em 1603.

O principal supralapsarianista, Francisco Gomaro (1563-1643), seu colega de universidade, iniciou uma campanha acusatória contra Armínio. Gomaro o acusou de soncinianismo, doutrina unitarista do heresiarca Fausto Soncino (1539-1604), e de em

segredo ser simpatizante dos jesuítas, uma ordem católica reconhecida no Concílio de Trento para fazer frente aos protestantes; além disso, chegou a acusar Armínio abertamente de herege em 1604. A questão começou na cátedra, em seguida o tema foi parar no púlpito das igrejas e logo o assunto estava nas ruas. Isso envolveu os protestantes dos Países Baixos, que em sua maioria eram gomaristas, embora os estados mais ricos apoiassem o pensamento arminiano.

Armínio morreu em 1609, e a direção de seu partido ficou a cargo de João Witenbogaert, pregador da corte e de Simão Episcópio, amigo e discípulo de Armínio. Eles estruturaram a ideia arminiana e, juntamente com mais 41 simpatizantes, redigiram uma declaração de fé em 1610. Era um documento de protesto contra os cinco pontos supralapsarianistas conhecida pela sigla inglesa "TULIP" (de *Total depravation, Unconditional election, Limited atonement, Irresistible grace, Perseverance of the saints* – depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível, perseverança dos santos). Segundo Olson, a TULIP foi desenvolvida paulatinamente por supralapsarianos e infralapsarianos a partir da segunda metade do século XVI, sendo desconhecida antes da controvérsia. O quadro surgiu por volta de 1600, mas a sigla é posterior, e os calvinistas do continente e da Inglaterra concordavam com esses cinco pontos. A declaração de fé dos arminianos, publicados em 1610, era chamada de Remonstrância ("protesto"), e a partir daí eles se identificavam como remonstrantes ou protestadores. Era uma resposta ao TULIP. Latourette resume a declaração no seguinte parágrafo:

> Rejeitando o supralapsarianismo e o inflalapsarianismo, a expiação limitada (a saber, o ensino de que

> Cristo morreu somente pelos eleitos), a graça irresistível e a perseverança dos santos, ele sustentava que Cristo morreu por todos os homens, que a salvação é pela fé somente, que aqueles que creem são salvos, que aqueles que rejeitam a graça de Deus estão perdidos, e que Deus não elege particularmente os indivíduos para qualquer um dos casos (LATOURETTE, vol. 2, 2006, p. 1035).

Com isso, os ânimos se exaltaram ainda mais entre os dois partidos, o que levou a Holanda à beira de uma guerra civil. Os gomaristas acusaram os arminianos de "apoiar secretamente os jesuítas e a teologia católica romana, e de simpatizar com a Espanha, só porque concordavam com a posição de Armínio a respeito das doutrinas da predestinação" (OLSON, 1999, p. 473). Eram acusações sem provas, e nunca houve na história evidência que confirmasse a veracidade que esses detratores apontavam, até porque alguns dos membros da redação da Remonstrância eram estadistas e líderes políticos holandeses que haviam ajudado a libertar os Países Baixos da Espanha. Estes opositores queriam um sínodo geral para tratar o caso. O príncipe Maurício de Nassau, filho de Guilherme de Orange (esse Maurício não é o mesmo que liderou os holandeses em Pernambuco, mas seu primo), convocou o sínodo na cidade de Dort (Dortrech) e entrou na luta em favor dos calvinistas.

O Sínodo de Dort foi convocado, pelos Estados Gerais da Holanda, como era chamada a República dos Países Baixos, em 1618, quando já não existiam os fundadores dos respectivos polos de opinião: Jacó Armínio morrera em 1609, e João Calvino falecera, bem antes, em 1564. Além disso, o príncipe Nassau

havia mandado encarcerar os principais arminianos até aguardar o resultado do sínodo.

Compareceram ao Sínodo de Dort 48 eclesiásticos oficializados de Igreja Reformada Holandesa, mais 40 de outros países ou regiões protestantes, como Suíça, Bremen, Hesse, Palatino e Inglaterra, e 18 delegados políticos, com o propósito de julgarem os cinco artigos do Protesto, ou Remonstrância. João Bogerman, calvinista extremado, que havia defendido em um documento a pena de morte por heresia, foi designado para presidir o sínodo. Como resposta, o sínodo, ao refutar cada um dos cinco artigos, não arbitrou sobre o supralapsarianismo nem sobre o infralapsarianismo. O "calvinismo", conforme o conhecemos, não foi produzido por João Calvino, nem foi um resumo das *Institutas*, mas fruto de um embate teológico – considerando-se que a teologia, a filosofia e também a política mesclavam-se durante toda a Idade Média –, e isto segundo os termos propostos pelos remonstrantes.

Os remonstrantes foram considerados hereges, uns foram banidos, outros presos e executados. Depois que Maurício de Nassau faleceu em 1625, aos poucos os arminianos começaram a ser tolerados, de modo que em 1631 a tolerância se oficializou. Em 1634, os remonstrantes exilados retornaram à Holanda e fundaram a Igreja Reformada Remonstrante, que sobreviveu até os dias atuais. O impacto de sua teologia causou impacto maior na Inglaterra e nos Estados Unidos pela influência de destacados ministros anglicanos, batistas e metodistas nos séculos XVII e XVIII. João Wesley adotou a linha arminiana como teologia oficial e, "através dele, tornou-se parte da tendência prevalecente na vida protestante da Grã-Bretanha e da América do Norte" (OLSON, 1999, p. 475).



FILIPE SOARES DA SILVA

Quadro dos reformadores (Wohl Deutschland oder Holland). Deutsches Historisches Museum, Berlim.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PREDESTINAÇÃO

No decurso de aproximadamente vinte e cinco séculos, temos testemunhado discussões em que a predestinação e o livre-arbítrio permanecem em mútua oposição, em extremos forçados que nunca chegam a um acordo. Na realidade, temos por trás desse debate teológico um problema filosófico, o debate entre o determinismo e o livre-arbítrio que já existia muitos séculos antes de Cristo. "Determinismo" é usado entre os estoicos para os ciclos históricos predeterminados, como necessários, pelo "logos divino". Os muçulmanos usam a palavra *kismet*, "destino fatal", frio e implacável, vinculada à pessoa de Alá.

Traduzem por "predestinação" palavras que usamos na fé cristã em vários verbetes no Novo Testamento grego. A diferença é que entendemos que tudo pode ser mudado mediante a fé em nosso Deus pessoal. As profecias, em vez de vaticinarem um futuro friamente predestinado, são apelos para nos convertermos dos nossos maus caminhos, para termos um futuro bem diferente (esses apelos são feitos à nossa consciência e pressupõem o nosso livre-arbítrio).

Assim também, na religião, "predestinação" e "livre-arbítrio" têm sido levados a seus extremos lógicos, em linguagem filosófica, fora da realidade pastoral. Trata-se de "paradoxo" – que aqui podemos definir como duas afirmações igualmente verdadeiras, mas contraditórias entre si. As opiniões e teorias humanas afetam-se mutuamente e de modo complexo. Ninguém pode definir qual teria sido a opinião de Agostinho em circunstâncias que lhe eram desconhecidas.

Uma vez sepultado, Agostinho teve os escolásticos para desenvolver uma filosofia agostiniana, e João Calvino que, por sua vez, era o maior perito na Europa no tocante ao agostinianismo (cujos princípios seguia), assim como de todo o restante da Patrística. Há o calvinismo registrado nas *Institutas da Religião Cristã* e o calvinismo eclesiástico e "governamental" do Sínodo de Dort, reduzido a definições teológicas e compactadas em polêmica contra os cinco pontos levantados pelos remonstrantes, que se definiram como arminianos.

Na prática pastoral, temos de fazer o máximo esforço para conquistar almas, como se tudo dependesse de nós, e considerar que todas as pessoas são almas preciosas predestinadas à salvação. Está além do nosso alcance saber o que o Deus Soberano tem determinado para cada um, segundo sua Providência.

Certamente, os fortes apelos ao arrependimento, desde o início ao fim da Bíblia, tratam as pessoas como passíveis de conversão, pelo menos do ponto de vista humano. Nós não podemos fazer menos que isso, em nossa pregação, aconselhamento e visitação. Um Deus cujas intenções podem ser definidas e determinadas pelos filósofos/teólogos parece um pouco pequeno! Deus não cabe num microscópio. Deixemos que ele fale por si só, por meio da Bíblia, mediante a unção do Espírito Santo, à alma fiel e obediente!

capítulo seis

AS CONFISSÕES DE FÉ



termo "confissão" era usado inicialmente para descrever o testemunho dos mártires, a começar pelo próprio Senhor Jesus Cristo: "... e de Cristo Jesus, que diante de Pôncio Pilatos deu o testemunhos de boa confissão" (1 Tm 6.13). Porém, hoje é comumente usado para as declarações formais da fé cristã pelos reformadores como a Confissão de Augsburgo, de Lutero, elaborada por Felipe Melanchton, em 1530, e a Confissão de Westminster, produzida pelos teólogos de Westminster, em Londres, em 1647, entre outras inúmeras confissões, das quais se destacam as Confissões Helvéticas (1536, 1566) e a Confissão Belga (1561).

O catecismo é o resumo estruturado dos principais pontos da fé cristã, na forma de perguntas e respostas. Documentos dessa natureza já existiam no período medieval, mas "há um consenso geral sobre o fato de o uso extenso dos catecismos estar associado especialmente à Reforma" (MCGRATH, 2005, p. 107). O catecismo alemão, elaborado por Lutero em 1529, é conhecido como "Catecismo Maior", consistindo numa análise detalhada sobre os Dez Mandamentos, o Credo dos Apóstolos e o Pai Nosso. Nesse mesmo ano, Lutero elaborou o Catecismo Menor, numa linguagem mais simples que superou o anterior, foi um sucesso e amplamente adotada pelas instituições luteranas.

1. A NATUREZA DOS CREDOS E DAS CONFISSÕES DE FÉ

Extensão e forma. O credo pode abranger todos os níveis das doutrinas e práticas cristãs ou considerar os pontos mais importantes para a época ou o lugar. Sua forma pode ser declarativa ou interrogativa, popular para uso geral (como no discipulado e

preparação para o batismo do novo convertido), ou elaborada e teológica para o público de conhecimento mais elevado.

Autoridade. O credo ou a confissão de fé não deve ser de autoria particular, pois expressa o pensamento e a vida da Igreja ou denominação de determinada época, mas precisa ser revisto e atualizado com o passar do tempo. As declarações de fé nas denominações evangélicas geralmente derivam da Confissão de Westminster. Para os protestantes, desde sua origem, a autoridade do símbolo é relativa e limitada por se tratar de uma composição humana e por isso deve ser submetida à Bíblia, a única infalível regra de fé e prática. A autoridade dos credos ecumênicos é secundária, e a autoridade das confissões de fé é terciária. Porém, os católicos romanos e ortodoxos consideram essas antigas declarações de fé com a mesma autoridade das Escrituras.

Valor. Os evangélicos devem reconhecer o valor dos símbolos ou confissões de fé desde que os referidos documentos sejam submetidos às Escrituras e estejam em conformidade com elas. Nessas condições, os símbolos ocupam extraordinária importância na vida da Igreja como sumário doutrinário da Bíblia e ajuda para sua compreensão, além de servir como proteção contra as falsas doutrinas. Segundo Schaff, um dos objetivos do credo é distinguir Igreja e mundo, judeus e pagãos, ortodoxia e heresia e, finalmente, denominação e denominação (vol. 1, 1993, pp. 8, 9).

Classificação. Os credos podem ser organizados em quatro classes: ecumênico, romano, ortodoxo e protestante. Os credos ecumêni-

cos de Niceia e de Atanásio são desenvolvimentos mais completos e interpretações do Credo dos Apóstolos. O Credo dos Apóstolos é mais popular no Ocidente, da mesma maneira que o Credo Niceno o é nas igrejas do Oriente. Segundo Schaff, os quatro credos juntos - de Niceia, de Anastásio, dos Apóstolos e Niceno –, são uma profissão de fé "no único verdadeiro Deus vivo, Pai, Filho e Espírito Santo, que nos fez, nos redimiu e nos santifica. Eles seguem a ordem da própria revelação de Deus, começando com Deus e a criação, terminando com a ressurreição do corpo e a vida eterna" (vol. 1, 1993, p. 14). As igrejas luteranas e anglicanas reorganizaram e incorporaram formalmente esses credos em seu padrão doutrinário e litúrgico e as igrejas reformadas adotaram as doutrinas cristológica e trinitária em suas confissões.

Os símbolos ou credos romanos foram formulados desde o Concílio de Trento até o do Vaticano (1563-1870). Trata-se de uma oposição à Reforma Protestante, com críticas à suprema autoridade das Escrituras e à justificação pela fé, os quatro pilares da fé reformada: *sola Scriptura*, *sola fide*, *sola gratia* e *solo Christo*. A Confissão Grega ou Oriental diverge das formulações romana e protestante. No que diz respeito aos católicos romanos, opõe-se ao papado e às procissões e diverge sobre a procedência do Espírito Santo. Em relação aos credos protestantes, as controvérsias incluem a justificação pela fé, os sacramentos, o culto dos santos, as relíquias, a hierarquia e o sistema monástico. À parte o primeiro ponto dos credos ortodoxos, todos os demais se harmonizam com Confissão Romana.

As confissões evangélicas são mais recentes como os símbolos congregacionais, batistas, quacres, metodistas, moravianos e assembleianos, que seguem o pensamento teológico dos reformadores com divergências em pontos secundários. São na ver-

dade modificações ou alongamento das confissões protestantes. A *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã* considera credo apenas os credos ecumênicos como o Credo dos Apóstolos, Credo Niceno, da Calcedônia e de Atanásio, e considera confissão de fé os símbolos denominacionais, como as Confissões de Augsburgo, Helvética, de Westminster e os Cânones de Dort. Considerando essa definição, o *Cremos* das Assembleias de Deus precisa ser mais encorpado para tornar-se uma confissão de fé; da maneira como se encontra, não seria tecnicamente um credo, mas uma sucinta declaração de fé.

2. PRINCIPAIS CONFISSÕES DE FÉ

Os símbolos protestantes remontam à Confissão de Augsburgo em 1530. Eles concordam com os credos ecumênicos, e o pensamento de Agostinho de Hipona foi inserido nessas declarações de fé, principalmente no que diz respeito à doutrina da graça e do pecado, e em vários pontos da antropologia e soteriologia, como as doutrinas da expiação e da justificação. Essas formulações foram produzidas em diversos países: Alemanha, Suíça, França, Holanda, Hungria, Polônia, Inglaterra e Escócia, influenciando o pensamento teológico de Zuínglio e Calvino. As Confissões Luterana e Reformada concordam a maioria em sua teologia, cristologia, antropologia, soteriologia e escatologia; a diferença aparece na natureza da eficácia dos sacramentos, especialmente o modo da presença de Cristo na Ceia do Senhor (SCHAFF, vol. 1, 1993, p. 11).

Confissão de Augsburgo. A confissão de fé dos luteranos foi preparada por Felipe Melanchton, auxiliar de Lutero, em 1530.

Expressa o pensamento teológico do grande reformador alemão. O texto foi lido publicamente, no idioma alemão, na Dieta de Augsburgo, em 25 de junho do mesmo ano, e assinado por sete príncipes e por representantes de duas cidades independentes, Nuremberg e Reuthingen, mas, antes do encerramento "as cidades de Heilbronn, Kempten, Weissenburgo e Windsheim também deram a sua aprovação" (WALKER, vol. 2, 1980, p. 456).

A Confissão de Augsburgo comporta 28 artigos, a saber:

artigo 1: sobre Deus;
artigo 2: sobre o pecado original;
artigo 3: sobre o Filho de Deus;
artigo 4: sobre a justificação;
artigo 5: sobre o ministério eclesiástico;
artigo 6: sobre a nova obediência;
artigo 7: sobre a Igreja;
artigo 8: o que é a Igreja?;
artigo 9: sobre o batismo;
artigo 10: sobre a Ceia do Senhor;
artigo 11: sobre a confissão;
artigo 12: sobre o arrependimento;
artigo 13: sobre o uso dos sacramentos;
artigo 14: sobre a ordem eclesiástica;
artigo 15: sobre os ritos eclesiásticos;
artigo 16: sobre as coisas civis;
artigo 17: sobre a volta de Cristo para o Juízo;
artigo 18: sobre o livre-arbítrio;

artigo 19: sobre a causa do pecado;
artigo 20: sobre a fé e as boas obras;
artigo 21: sobre o culto aos santos;
artigo 22: sobre as duas espécies;
artigo 23: sobre o matrimônio dos sacerdotes;
artigo 24: sobre a missa;
artigo 25: sobre a Confissão;
artigo 26: sobre a distinção de comidas;
artigo 27: sobre os votos monásticos;
artigo 28: sobre o poder eclesiástico.

O texto não declara em nenhum destes artigos a autoridade única das Escrituras, o papado não é explicitamente condenado, nem se menciona o sacerdócio universal dos crentes. Mas é visível a marca protestante, como no caso da justificação pela fé, que é bem definida, da rejeição à invocação aos santos, da missa, dos votos monásticos e da negação do cálice aos leigos. No ano seguinte, Melanchton publicou a apologia da Confissão de Augsburgo e em 1580 a confissão foi incluída no *Livro da Concórdia*.

A Confissão Escocesa. A confissão de fé dos escoceses foi preparada, a pedido do Parlamento, por João Knox e mais cinco amigos durante o período da regência de lorde Moray, quando Maria, conhecida como a "Rainha dos Escoceses", estava na França. Seu pensamento é calvinista, mas acompanha outros credos, pois a equipe levou em conta ideias e declarações de vários reformadores.

A Confissão Escocesa é original e contém 25 artigos, doze deles tratando das doutrinas básicas da fé cristã:

- Deus e a Trindade;
- a criação e a queda do ser humano;
- a promessa de redenção; e
- as obras de Cristo.

A Confissão Belga. A confissão de fé dos belgas foi preparada por Guido de Bres em 1561, que terminou martirizado em 1567. Redigida originalmente em francês paras as igrejas reformadas de Flander e da Holanda, foi adotada pelo Sínodo Reformado em 1571, em Emden, e depois revisada pelo Sínodo de Dort, em 1619.

A Confissão Belga contém 37 artigos divididos em três partes principais, com artigos sempre acompanhados de citações bíblicas:

artigos 1-9: sobre o Deus Trino;
artigos 10-23: a obra de Cristo na criação e na redenção;
artigos 24-37: a obra do Espírito Santo na santificação na e através da Igreja cristã.

Segunda Confissão Helvética. A Primeira Confissão Helvética foi escrita em 1534, na Basileia, Suíça, e sua aceitação foi limitada entre os suíços e restrita à década de 1530. A Segunda Confissão Helvética foi preparada por Bullinger, sucessor de Zuínglio, entre 1562 e 1564, escrita originalmente em latim.

A Segunda Confissão Helvética abrange 30 capítulos, a saber:

capítulo 1: sobre as Sagradas Escrituras como a verdadeira Palavra de Deus;
capítulo 2: sobre a interpretação das Escrituras Sagradas e sobre a interpretação dos santos padres, dos concílios e das tradições;
capítulo 3: sobre Deus, sua unidade e trindade;
capítulo 4: sobre os ídolos ou imagens de Deus, de Cristo e dos santos;
capítulo 5: sobre a adoração, o culto e a invocação de Deus por Jesus Cristo, único Mediador;
capítulo 6: sobre a providência de Deus;
capítulo 7: sobre a criação de todas as coisas: os anjos, o diabo e o homem;
capítulo 8: sobre a queda do homem, o pecado e sua causa;
capítulo 9: sobre o livre-arbítrio e a capacidade humana;
capítulo 10: sobre a predestinação de Deus e a eleição dos santos;
capítulo 11: sobre Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, único Salvador do mundo;
capítulo 12: sobre a lei de Deus;
capítulo 13: sobre o Evangelho de Jesus Cristo, as promessas, o espírito e a letra;
capítulo 14: sobre o arrependimento e a conversão do ser humano;

capítulo 15: sobre a verdadeira justificação dos fiéis;
capítulo 16: sobre a fé e as boas obras, sua recompensa e o mérito humano;
capítulo 17: sobre a Igreja de Deus, santa e católica, e sobre o único Cabeça da Igreja;
capítulo 18: sobre os ministros da Igreja, sua instituição e seus deveres;
capítulo 10: sobre os sacramentos e a Igreja de Cristo;
capítulo 20: sobre o santo batismo;
capítulo 21: sobre a santa Ceia do Senhor;
capítulo 22: sobre o culto e as reuniões na Igreja;
capítulo 23: sobre as orações da Igreja, o cântico e as horas canônicas;
capítulo 24: sobre os dias santos, os jejuns e a escolha dos alimentos;
capítulo 25: sobre a catequese, o conforto e as visitas aos doentes;
capítulo 26: sobre o sepultamento dos fiéis e o cuidado que se deve ter com os mortos; o purgatório e a aparição de espíritos;
capítulo 27: sobre os ritos, as cerimônias e as coisas indiferentes;[12]
capítulo 28: sobre os bens da Igreja;
capítulo 29: sobre o celibato, o casamento e a administração dos negócios domésticos;
capítulo 30: sobre a magistratura.

[12] "Coisas indiferentes" referem-se àquilo que é neutro, nem bom e nem mau nos cultos.

A Segunda Confissão Helvética foi publicada em 1566 por Frederico III da Palatina, quando este foi acusado de heresia pelos seus aliados luteranos. Ele pediu ajuda a Bullinger, que enviou uma cópia do texto, que Frederico traduziu para o alemão, tendo pedido e obtido permissão para uso na Dieta imperial de Augsburgo, em 1566. A confissão logo foi traduzida para muitas línguas e adotada pelas igrejas reformadas da Suíça, França, Escócia, Hungria, Polônia, Hungria, entre outras.

Os Cânones de Dort. A confissão de fé da Igreja Reformada Holandesa foi aprovada em 1619 na cidade de Dort, quando o país vivia um clima tempestuoso por causa de controvérsias entre os temas da predestinação e do livre-arbítrio. É um símbolo radicalmente predestinalista e contém capítulos, chamados cânones, que contrapõem os cinco artigos dos remonstrantes:

capítulo 1:	sobre a divina eleição e reprovação, rejeição de erros;
capítulo 2:	sobre a morte de Cristo e a redenção do ser humano por meio dela, rejeição de erros;
capítulos 3 e 4:	sobre a corrupção humana, a conversão do homem a Deus e como ela ocorre, rejeição de erros;
capítulo 5:	sobre a perseverança dos santos, rejeição de erros.

A "rejeição de erros" no final de cada capítulo é uma refutação aos que os calvinistas radicais chamam de "heresias" de Armínio. O texto nada fala sobre o pensamento supralapsarianista, nem sobre o infralapsarianismo, mas teve grande influência na elaboração da Confissão de Fé de Westminster.

Confissão de Fé de Westminster. A confissão foi assim chamada por ter sido discutida e produzida na abadia de Westminster, em Londres, onde os teólogos se reuniam. Em 1643, o Parlamento da Inglaterra convocou a Assembleia de Westminter a fim de receber aconselhamento em matéria religiosa e reestruturar a igreja da Inglaterra nos moldes puritanos. Esta assembleia era contrária à vontade do rei Carlos I, filho do rei Tiago, que queria manter o sistema de governo episcopal na Igreja Anglicana, o direito divino. Nessa época, o Parlamento estava em pé de guerra com o rei.

Participaram da assembleia 121 teólogos que se caracterizavam pela erudição e piedade; a maioria esmagadora era formada de puritanos e uns poucos, mas influentes, presbiterianos escoceses. O Parlamento nomeou 30 leigos e 8 comissários. O trabalho terminou em 1646 e foi aprovado pelo Parlamento em 1648. A confissão foi adotada por grupos presbiterianos na Inglaterra e nos Estados Unidos e também por muitas igrejas batistas e congregacionais.

A Confissão de Fé de Westminter é a última das confissões clássicas da fé reformada e a mais longa e a mais influente no mundo de fala inglesa. Abrange 33 capítulos, com passagens bíblicas que foram adicionadas posteriormente:

capítulo 1: sobre as Escrituras Sagradas;
capítulo 2: sobre Deus e a Santíssima Trindade;
capítulo 3: sobre os decretos ternos de Deus;
capítulo 4: sobre a Criação;
capítulo 5: sobre a Providência;
capítulo 6: sobre a queda do homem, o pecado e seu castigo;
capítulo 7: sobre o pacto de Deus com o homem;
capítulo 8: sobre Cristo, o Mediador;
capítulo 9: sobre o livre-arbítrio;
capítulo 10: sobre a vocação eficaz;
capítulo 11: sobre a justificação;
capítulo 12: sobre a adoção;
capítulo 13: sobre a santificação;
capítulo 14: sobre a fé salvadora;
capítulo 15: sobre o arrependimento para a vida;
capítulo 16: sobre as boas obras;
capítulo 17: sobre a perseverança dos santos;
capítulo 18: sobre a certeza da graça e da salvação;
capítulo 19: sobre a lei de Deus;
capítulo 20: sobre a liberdade cristã e a liberdade de consciência;
capítulo 21: sobre o culto religioso e o dia de repouso;
capítulo 22: sobre os juramentos legais e os votos;
capítulo 23: sobre o magistrado civil;
capítulo 24: sobre o matrimônio e o divórcio;
capítulo 25: sobre a Igreja;
capítulo 26: sobre a comunhão dos santos;

capítulo 27: sobre os sacramentos;
capítulo 28: sobre o batismo;
capítulo 29: sobre a Ceia do Senhor;
capítulo 30: sobre as censuras eclesiásticas;
capítulo 31: sobre os sínodos e concílios;
capítulo 32: sobre o estado dos seres humanos após morte e a ressurreição dos mortos;
capítulo 33: sobre o juízo final.

O capítulo 1, ao tratar das Escrituras, apresenta nominalmente os livros que formam o Cânon Protestante. O capítulo 2, ao abordar a doutrina de Deus, declara: "Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável, e para a sua própria glória". Esse conceito sobre Deus é aceito pelas igrejas desde a Era dos Apóstolos. O texto segue o pensamento dos Cânones de Dort no tocante à predestinação e é rico em detalhes nos vários pontos teológicos da fé cristã.

capítulo sete

AS ASSEMBLEIAS DE DEUS

A tradição católica portuguesa influenciou o povo brasileiro desde o período do Brasil colonial e do império. Desde muito cedo em nossa história, os jesuítas, a tropa de choque da Igreja Católica contra os protestantes, tão logo a ordem foi reconhecida pelo Concílio de Trento, foram enviados para o Brasil; foi o caso do padre José de Anchieta, que veio a terras brasileiras para defender o catolicismo. Isso explica a escassa presença dos protestantes no país.

Em sua obra *O Celeste Porvir* (1995), Antonio Gouvêa Mendonça aponta duas etapas nas origens do protestantismo no Brasil. A primeira se refere ao protestantismo de imigração, e a segunda, ao protestantismo de missão, que se iniciou na segunda metade do século XIX e perdurou até os primeiros anos do século XX.

1. O PROTESTANTISMO NO BRASIL

O calvinista francês Nicolau Durand Villegaignon aportou na Guanabara em 1555 e dois anos depois chegou a segunda expedição. O primeiro culto evangélico no Brasil foi realizado em 10 de marco de 1557 (CONDE, 2003, p. 15). Calvino se entusiasmou e enviou quinze missionários ao Rio de Janeiro, liderados por Jean de Lery (GIRALDI, 2013, p. 31). Vê-se assim que a presença protestante aconteceu muito cedo na história em terras brasileiras.

Em 1567, o governador geral do Brasil, Mem de Sá, restaurou a soberania nas áreas conquistadas por Willegaignon. Entre 1630 e 1654, os holandeses, liderados pelo conde Maurício de Nassau, invadiram Pernambuco. Os protestantes iniciaram trabalhos evangelísticos e missionários. Conseguiram alguns progressos em Recife e obreiros foram enviados aos índios. Nessa ocasião, evangélicos franceses e ingleses se instalaram na cidade. Mas os

holandeses foram derrotados na Batalha dos Guararapes e por fim deixaram o Brasil.

Imigrantes de várias nacionalidades vieram ao Brasil após o Tratado de Aliança, Amizade, Comércio e Navegação assinado em 1810 por dom João. Por exemplo, a presença dos ingleses, que vieram para a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, viabilizou a realização de culto dos protestantes, ainda que com restrições.

Igreja Metodista. A Sociedade Bíblica Americana enviou ao Brasil um jovem pastor metodista, o rev. Daniel Parish Kidder, em 1837. Seu trabalho se concentrou na distribuição da Bíblia para o povo brasileiro. Ele retornou aos Estados Unidos em 1840 e escreveu o livro *Reminiscências de Viagens Permanências no Brasil*, publicado em 1845. Esta obra impactou o médico e missionário presbiteriano Robert Reid Kalley, que servira como missionário no Oriente Médio entre 1848 e 1852. O rev. Kalley chegou ao Brasil em 1855 com a esposa e o casal foi morar em Petrópolis, na província do Rio de Janeiro, onde no mesmo ano fundou a primeira escola dominical no Brasil. Em 11 de julho de 1858, o rev. Kalley fundou no Rio de Janeiro a Igreja Evangélica Fluminense, a primeira igreja evangélica do Brasil (GIRALDI, 2013, p. 55).

A Igreja Metodista foi fundada por João Wesley (1703-1791) na Inglaterra. Encorajado por George Whitefield, "Wesley introduziu em seu movimento a pregação ao ar livre (1739) e, poucos anos depois, a pregação leiga" (REILY, 2003, p. 99). Mas o vínculo missionário com o Brasil se deu por meio da Igreja dos Estados Unidos. A Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos organizou em 1828 a Conferência Geral, evento em que recomendou uma pesquisa sobre a viabilidade de missão metodista na Amé-

rica do Sul. Mas parece que a intenção não saiu do papel, e só em 1836 o jovem pregador Fountain E. Pitts foi enviado ao Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires em viagem de reconhecimento que resultou na "primeira missão metodista no Brasil, que durou de 1836-1841" (REILY, 2003, p. 100). O primeiro missionário metodista foi Justin Spauding, que, vindo de Nova Iorque com sua família, chegou ao Rio de Janeiro em 1936. Ele iniciou o trabalho com o pequeno grupo deixado por Pitts e logo organizou uma pequena escola dominical. Segundo historiadores, a missão se encerrou em 1941 por razões como falta de missionários e arrocho financeiro, entre outras.

A Igreja Metodista só se estabeleceu definitivamente a partir da chegada de imigrantes do sul dos Estados Unidos em Santa Bárbara do Oeste, em São Paulo. O principal fundador foi Junius Easthan Newman, que chegou ao Brasil em 1867 e organizou a primeira congregação em Saltinho. Seu incessante pedido por envio de missionários foi atendido, e o primeiro missionário oficial enviado foi John James Ranson, em 1876, que organizou a primeira igreja no Rio de Janeiro em 1878 (REILY, 2003, p. 100). A seguir, outros missionários foram enviado e dessa maneira a Igreja Metodista continuou sua caminhada em terras brasileira.

Igreja Batista. Os batistas, como dito anteriormente, são herdeiros espirituais dos puritanos separatistas da Inglaterra. Um separatista, John Smyth, de linha teológica arminiana, que por influência menonita batizou a si mesmo em Amsterdã, em 1608 ou 1609, e em seguida ministrou batismo a outros da congregação. Depois, parte dessa congregação retornou a Londres, em 1611 ou 1612, onde foi fundada a primeira congregação em

terras inglesas (REILY, 2003, p. 140). Como aconteceu com os metodistas e os presbiterianos, a missão batista no Brasil foi uma iniciativa americana.

A vinda de Thomas Jefferson Bowen representa a primeira tentativa de fundar uma missão batista no Brasil. Ele chegou ao Rio de Janeiro em 1861. Considerado o primeiro missionário batista em terras brasileiras, não pôde contudo fazer muito devido às limitações e dificuldades aqui encontradas, mas abriu a estrada para os missionários que vieram depois dele. A primeira Igreja Batista no Brasil foi fundada em Santa Bárbara pelo pastor Richard Ratcliff, que se convertera com a pregação de Bowen, nos Estados Unidos. O trabalho só foi estabelecido definitivamente a partir de 1882, quando os missionários William Buck Bagby e Zachery C. Taylor, com suas respectivas esposas, fundaram a Igreja Batista em Salvador. Esta é considerada a primeira Igreja Batista do Brasil (REILY, 2003, p. 142).

Igreja Presbiteriana. O primeiro missionário presbiteriano no protestantismo de missão foi Ashbel G. Simonton. Ele veio dos Estados Unidos em 1859 e fundou a Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro em 1862, a qual pastoreou até sua morte em 1867. Ele criou o jornal *Imprensa Evangélica* e a primeira livraria evangélica do país em 1864. No ano seguinte, "organizou o presbitério do Rio de Janeiro e, em 1867, fundou o primeiro Seminário Presbiteriano no Brasil e lançou as bases para a criação da Universidade Mackenzie, em São Paulo" (GIRALDI, 2013, p.56). Nesse período, mais precisamente em 1864, o padre católico romano José Manuel da Conceição abandonou oficialmente as ordens, em Brotas, São Paulo, devido a dúvidas provenientes da simples leitura da Bíblia e do testemunho pessoal dos ingleses, alemães

e dinamarqueses com quem o padre conviveu. Ele foi batizado pelo missionário A. L. Blackford em dezembro de 1865, tornando-se o primeiro protestante ordenado no Brasil (pelo presbitério do Rio de Janeiro), com um brilhante trabalho na evangelização em São Paulo e Minas Gerais. Assim se deu o início do presbiterianismo no Brasil.

Nos três séculos anteriores à chegada dos primeiros missionários presbiterianos no Brasil, o protestantismo europeu e americano experimentou vários avivamentos e tendências teológicas. Esses movimentos respingaram posteriormente no Brasil com a vinda de missionários metodistas, batistas, congregacionais e episcopais dos Estados Unidos para o Brasil. À parte algumas exceções, os primeiros missionários americanos e os demais pioneiros nacionais não consideravam o catolicismo brasileiro uma religião cristã. E, olhando daqui para lá, alguns enxergam o protestantismo brasileiro como uma verdadeira Reforma, na verdade "a ação missionária protestante contra o catolicismo", como bem disse Mendonça (1995).

O clima político e religioso na segunda metade do século XIX não era repressivo, ainda que não totalmente favorável. A Igreja Católica parecia estar em letargia e suas principais instituições, sob questionamento. Some-se a isso o anticlericalismo dos políticos liberais e a maçonaria em franca oposição à Igreja Católica. Algumas autoridades políticas e demais figuras proeminentes da sociedade viam os protestantes com simpatia, embora não manifestassem interesse pela nova religião. Alguns de seus descendentes converteram-se ao protestantismo posteriormente. A sociedade os considerava estranhos ou esquisitos, mas simpáticos; a ética dos protestantes lhes parecia superior, pois destoava do *modus vivendi* da sociedade brasileira, influenciada por mais

de quatrocentos anos da religião dominante. A maioria da população era representada por homens livres e pobres, e os pioneiros começaram suas atividades entre os pobres das áreas rurais. Eles souberam aproveitar o vácuo social deixado pela Igreja Católica.

As escolas foram inspiradas no princípio da civilização cristã, da estabilidade e do progresso social, típico do espírito do protestantismo americano. A trilogia "religião, moralidade e educação" formava o propósito dos missionários americanos no Brasil. Eles se dedicaram especialmente à área da educação. O livre exame das Escrituras defendido desde o início da Reforma e a natureza do culto reformado com leituras e cânticos, acompanhavam as atividades missionárias. Com suas escolas, os protestantes procuravam atingir também as classes dirigentes e os intelectuais, mas o objetivo principal era a missão divina de contribuir para a construção de uma civilização cristã protestante. As escolas paroquiais serviam de apoio à pregação do evangelho; e os colégios, para introduzir a nova ideologia.

As tendências teológicas das diversas igrejas protestantes americanas foram superadas, não se constituíam sérios problemas. O protestantismo americano adaptou-se à realidade brasileira. Em 1878, a Igreja Presbiteriana de São Paulo recebeu a adesão de "sete damas da mais alta aristocracia" (MENDONÇA, 1995), entre elas uma irmã do marquês do Paraná e do barão de Santa Maria, além de Maria Antônia, filha do senador do império, o barão de Antonino, e das filhas do brigadeiro Luiz Antonio também. No ano seguinte, dona Maria Antônia vendeu a área de sua chácara em Higienópolis, em São Paulo, ao missionário George Chamberlain, fundador da atual Universidade Mackenzie. Outra área foi comprada posteriormente no mesmo bairro, onde se localiza a referida Universidade.

2. REFERENCIAIS TEOLÓGICOS DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS

A teologia da Assembleia de Deus é pentecostal, não divergindo nos pontos vitais da fé cristã, em relação à teologia dos reformadores ou teologia evangélica, nem das demais teologias pentecostais, com exceção dos grupos unicistas, que negam a Trindade e batizam somente "em nome de Jesus".

A unidade doutrinária da Assembleia de Deus foi construída nos primeiros cinquenta anos de sua história (1911-1961), num período em que não havia institutos bíblicos nem seminários teológicos nas Assembleias de Deus no Brasil. Os historiadores do Movimento da Rua Azuza (Azuza Street), em Los Angeles, em 1906, são unânimes em mencionar esse avivamento como o



Missão de Fé Apostólica na Rua Azuza.



Rua Azuza, 2013.

centro irradiador do movimento para outras cidades, estados e nações. A partir daí, surgiu a Assembleia de Deus.

Na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XVII e início do século XVIII, pregadores calvinistas luteranos e arminianos enfatizavam o arrependimento e a piedade na vida cristã. João Wesley, em sua obra, *A Short Account of Christian Perfection* (*Pequeno esclarecimento sobre a perfeição cristã*), publicada em 1760, conclamava seus seguidores à busca por uma nova dimensão espiritual. A doutrina wesleyana da perfeição cristã chegou à América do Norte e inspirou o crescimento do Movimento Holiness ("Movimento da Santidade"). O pentecostalismo surgiu desse movimento. Era uma reação contra a frieza espiritual e contra o excesso de estrutura eclesiástica (deno-

minacional). E constituía a busca pela unificação do Corpo de Cristo ultrapassando as barreiras denominacionais, pela total dependência do Espírito Santo durante as reuniões, pelo restabelecimento dos dons espirituais na Igreja e pelo batismo no Espírito Santo, tendo a manifestação das línguas estranhas (glossolalia) como evidência, visto como consequência atestada do batismo no Espírito Santo.

O primeiro Concílio Geral das Assembleias de Deus aconteceu nos Estados Unidos, entre 2 e 12 de abril de 1914, em Hot Springs, Arkansas, com os seguintes objetivos: 1) atingir melhor compreensão e unidade de doutrina; 2) saber como conservar a obra de Deus na própria pátria e no estrangeiro; 3) consultar os órgãos competentes quanto à proteção de fundos para os esforços missionários; 4) explorar as possibilidades de unificar as igrejas sob um nome legal e; 5) considerar o estabelecimento de uma escola de treinamento bíblico com uma divisão literária.

O evento contou com a participação de mais de 300 pessoas, que elegeram Eudorus N. Bell como presidente. Havia entre eles um consenso doutrinário que conservava a verdade histórica da fé cristã e o tema da santidade pregado por João Wesley.

Os membros das Assembleias de Deus seguiam a mesma linha dos demais pentecostais, cujos valores já eram observados na vida dos líderes pioneiros: a experiência pessoal, a comunicação oral, a espontaneidade, a autoridade das Escrituras e o repúdio ao mundanismo. Isso talvez explique a pequena ênfase ao tratamento acadêmico da teologia, nos anos iniciais do movimento. Os primeiros educadores, preocupados com o crescimento espiritual dos irmãos, produziam revistas, opúsculos, livros, folhetos e currículos da escola dominical. Toda essa literatura exibia uma orientação leiga, mas seus autores possuíam formação teológica.

Na Convenção de 1916, o segundo Concílio Geral estabeleceu limites doutrinários para proteger a integridade da Igreja e o bem-estar dos santos. Um grupo de ministros, dirigido por Daniel W. Kerr, esboçara a Declaração das Verdades Fundamentais, ainda hoje aceita pelas Assembleias de Deus nos Estados Unidos. Seu preâmbulo começa com as seguintes palavras: "Esta Declaração de Verdades Fundamentais não tem por intuito ser um credo da igreja, e nem a base da comunhão entre os cristãos, mas somente o alicerce da unidade para o ministério (ou seja, que todos digamos a mesma coisa, 1 Co 1.10 e At 2.42)". William W. Menzies e Stanley M. Horton publicaram em 1993 um comentário sobre estes pontos doutrinários, composto por 16 artigos, no livro intitulado *Doutrinas Bíblicas*. A Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) publicou este livro no Brasil dois anos depois. Essa declaração não era um credo, no sentido que vimos anteriormente, não reivindicava inspiração nem se configurava um tratado de teologia sistemática, mas servia de base para o ministério.

Devido à necessidade de combinar experiências pessoais com o ensino bíblico, foram feitos alguns ajustes com o passar dos anos. O princípio dos reformadores de *Sola Scriptura* foi aceito também no primeiro Concílio Geral, mas havia a tentação de elevar ao mesmo nível as revelações pessoais e outras manifestações místicas. Assim, era necessário fazer certo esforço para manter o equilíbrio entre os ensinos bíblicos e a experiência religiosa. Frank M. Boyd, educador e instrutor no Instituto Bíblico Central dos Estados Unidos, publicou na revista *Pentecostal Evangel* (*Evangelho Pentecostal*):

---

[13] Elmer K. Fischer graduou-se em Teologia no Instituto Bíblico Moody, em 1894. Ele recebeu o batismo pentecostal no Espírito Santo em 1906, na Igreja do Novo Testamento, em Los Angeles e logo se juntou a William Joseph Seymour para pregar em outras localidades, como Seattle, Denver e até o Canadá.

> Ele esperava que todos os alunos, ao partirem de lá, estivessem mais cheios de amor e zelo do Espírito Santo do que quando haviam chegado. Segundo ensinava, quando o homem têm a Palavra sem o Espírito, é frequentemente desinteressante como se estivesse seco e morto. E, quando têm o Espírito sem a Palavra, há sempre tendência ao fanatismo. Mas, quando o homem possui a Palavra e o Espírito, acha-se equipado como o deseja o Mestre (25 de outubro de 1924, p. 8).

Muitas obras populares foram publicadas, entre comentários bíblicos, testemunhos, poesias, cânticos e, finalmente, uma edição da Bíblia com notas de rodapé. Com o surgimento de uma nova geração interessada em aprofundar-se no assunto, estudos eruditos relevantes sobre a pessoa e a obra do Espírito Santo começaram a aparecer.

O escritor e educador Stanley Monroe Horton, considerado o maior referencial teológico americano das Assembleias de Deus, desenvolveu a formulação acadêmica da teologia pentecostal. Nascido em 1916, Horton cresceu em uma família de pioneiros; sua mãe era filha de Elmer K. Fischer (1866-1919), companheiro de William J. Seymour.[13] Batizado nas águas em 1922 e no Espírito Santo em 1936 na Igreja do Novo Testamento, em Los Angeles, Norton foi ordenado pastor pela Assembleia de Deus do Distrito de Nova Iorque e Nova Jérsei em 1946. Graduou-se em línguas bíblicas e em Antigo Testamento no Seminário Teológico Gordon-Conwell, na Faculdade de Divindade de Harvard e no Seminário Teológico Batista Central. Como herdeiro dessa herança espiritual, Horton foi o teólogo que mais exerceu influência nas Assembleias de Deus.



Missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Os primeiros tratados de teologia sistemática pentecostal incluem: *Colunas da Verdade*, da autoria de S. A. Jamieson, a primeira obra de teologia sistemática, publicada em 1926; em seguida, em 1934, publicou-se a obra *Doutrinas Bíblicas*, de P. C. Nelson; em 1937, Myer Pearlman, professor do Instituto Bíblico Central, lançou o livro *Conhecendo as Doutrinas da Bíblia*; e, depois Ernest, em 1953, S. Williams publicou a obra *Systematic Theology* (*Teologia Sistemática*) em 1953.

Como vimos anteriormente, a Assembleia de Deus no Brasil é um dos resultados do Avivamento da Rua Azuza. Os missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren vieram dos Estados Unidos, mas foi a Igreja de Filadélfia, em Estocolmo, Suécia, que lhes sustentou por aqui. O pr. Levy Pethrus enviou os missionários

Joel Carlson, Samuel Nyström, Nils Katsberg, Nils Taranger, Eurico Bergstén, entre outros.

Daniel Berg e Gunnar Vingren chegaram a Belém do Pará, em 19 novembro de 1910, para pregar a mensagem pentecostal: "Jesus salva, cura, batiza no Espírito Santo e leva para o céu". Em 18 de junho de 1911, na casa de uma irmã chamada Celina de Albuquerque, com um grupo de uns 20 irmãos dissidentes da Igreja Batista, devido ao batismo no Espírito Santo, os missionários começaram no Brasil a então chamada Missão de Fé Apostólica. A Igreja foi registrada oficialmente em 4 de janeiro de 1918 "como Assembleia de Deus, nome adotado por igrejas pentecostais nos Estados Unidos quatro anos antes, em 1914" (ARAÚJO, 2006, p. 14).

Em suas primeiras décadas, não houve ensino teológico formal como prioridade básica:

> O ensino teológico vinha sendo debatido intensamente, desde 1943, entre os pastores nas assembleias gerais da Convenção Geral das Assembleias de Deus. Os missionários da AG, John Peter Kolenda, N. Lawrence Olson e Orlando Spencer Boyer, juntamente com alguns pastores brasileiros, foram os defensores da abertura oficial de institutos bíblicos pela Assembleia de Deus, diante dos missionários suecos e pastores brasileiros, que achavam que os institutos bíblicos trariam "formalismo" às Assembleias de Deus e seriam "fábricas de pastores". A Convenção Geral de 1948, com a maioria dos pastores contrária à abertura de institutos bíblicos, decidiu por realizar mais escolas bíblicas (ARAÚJO, 2007, p.387).

A primeira instituição de ensino teológico só foi inaugurada por João Kolenda Lemos, em outubro de 1958, o Instituto Bíblico das Assembleias de Deus (Ibad) em Pindamonhangaba, no interior paulista. Em 1962, o missionário N. Lawrence Olson fundou o Instituto Bíblico Pentecostal - IBP - na cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1970, o missionário Bernhard Johnson fundou a Escola de Educação Teológica das Assembleias de Deus (Eetad) e depois a Faculdade Teológica das Assembleias de Deus (Faetad) em Campinas, São Paulo. A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), sob a presidência do pr. José Wellington Bezerra da Costa, fundou a Faculdade Evangélica das Assembleias de Deus (Faecad) em agosto de 2005. E a Escola de Missões das Assembleias de Deus (Emad) iniciou suas operações em 1989, com o objetivo de treinar missionários para serem enviados a outras culturas.

O intervalo entre o início das Assembleias de Deus e as primeiras instituições de ensino teológico foi de cerca de quarenta anos. Os primeiros educadores preocupavam-se com o crescimento espiritual dos santos e incentivavam o estudo da Bíblia, porém temiam que cursos formais de teologia viessem a intelectualizar demais a fé pentecostal. Stanley Horton, na América do Norte, muito cedo, soube combinar o fervor do Espírito com os métodos acadêmicos de estudos teológicos.

Os ensinos teológicos eram por extensão, nos periódicos. Em 1919, os missionários Gunnar Vingren e Otto Nelson e outros, em Belém do Pará, fundaram o jornal *Boa Semente*, que se tornou o órgão oficial das Assembleias de Deus. O jornal *Voz da Verdade* circulava desde 1917, mas não era órgão oficial e deixou de existir. Havia ainda outro periódico, intitulado *Som Alegre*, mas a Primeira Assembleia Geral da CGADB, realizada em Natal, em



Sede da CGADB em Vicente de Carvalho (RJ), inaugurada em 1996 e prédio administrativo da CPAD, inaugurado em Bangu (RJ), em 2000.

1930, determinou que os jornais *Boa Semente* e *Som Alegre* se fundissem num só (ARAÚJO, 2007, p. 457). O título escolhido foi o *Mensageiro da Paz*, e esse é atualmente o órgão oficial da CGADB, que a cada edição traz o Cremos, com os 14 Artigos de Fé das Assembleias de Deus no Brasil. Em 1930 o missionário Gunnar Vingren fundou a CPAD.

Esses periódicos eram também um meio de difundir os ensinos teológicos, pois havia um curso de Teologia à disposição dos crentes. Durante anos, o *Mensageiro da Paz* ofereceu um curso à distância em uma coluna especial. Não era muito, mas fazia a vez de instituto bíblico. A Escola Bíblica Dominical nasceu juntamente com a Igreja. Foi o mais poderoso recurso responsável pela unidade doutrinária das Assembleias de Deus. A princípio, as lições eram veiculadas nos periódicos, até serem criadas as revistas da Escola Dominical.

A formação teológica dos obreiros das Assembleias de Deus deve-se fundamentalmente à divulgação do ensino teológico das Escolas Bíblicas de Obreiros. O modelo veio da Suécia e a primeira Escola Bíblica no Brasil foi realizado em Belém, PA, de 4 de marco a 4 de abril e ainda hoje essas escolas são realizadas

nas principais igrejas do Brasil. Sua duração é, geralmente, de 15 dias ou um mês, mas há igrejas em que sua duração é de uma semana, e em outras, de 10 dias. Eram convidados pastores e educadores de outras localidades do país, ou do exterior, para ministrar sobre matérias bíblicas como teologia, eclesiologia e ética ministerial. Entre esses obreiros, podemos citar Samuel Nyström, J. P. Kolenda, Eurico Bergstén, N. Lawrence Olson, João de Oliveira, Alcebíades Pereira de Vasconcelos, Estêvam Ângelo de Souza, Orlando Boyer, Emílio Conde, entre outros. Todos eram mestres respeitáveis e de reconhecida reputação. Foram responsáveis pela construção do pensamento teológico das Assembleias de Deus. Hoje, mesmo com o atual crescimento de escolas teológicas, as Escolas Bíblicas de Obreiros continuam disseminando ensinos teológicos em todo o país. Muitos dos atuais educadores passaram por um instituto bíblico.

A *Harpa Cristã* é o hinário oficial das Assembleias de Deus. Seu objetivo é "enlevar o cântico congregacional e proporcionar o louvor a Deus nas diversas liturgias da Igreja... sua primeira finalidade é transformar nossas igrejas e congregações em comunidades de perfeita adoração ao Único e Verdadeiro Deus" (ANDRADE, 1999, p. 12). A literatura hinódia é um importante instrumento de ensino teológico, ainda que seu objetivo não seja esse. Nos primeiros anos, a Assembleia de Deus usava o hinário *Salmos* e *Hinos*, mas em virtude das peculiaridades da doutrina pentecostal, foi lançado em Belém, em 1921, o *Cantor Pentecostal*, com 44 hinos e 10 corinhos. No ano seguinte, foi lançada, em Recife, a primeira edição da *Harpa Cristã*, sob a orientação editorial de Adriano Nobre, que viria a tornar-se o hinário oficial das Assembleias de Deus. O missionário Samuel Nyström traduziu as letras da hinódia escandinava, e Paulo Leivas Macalão fez as

devidas adaptações. A segunda edição, em 1923, contava com 300 hinos, e a de 1932 já alcançava a marca de quatro centenas de hinos.

A Bíblia de Estudo Pentecostal nasceu no Brasil; foi redigida aqui, embora sua primeira edição surgisse em inglês, e depois, em espanhol. O responsável pela edição em português, Antonio Gilberto, é atual consultor teológico e doutrinário da CPAD. Com o objetivo de ajudar a moldar a teologia pentecostal, o missionário Donald Stamps, quando serviu no Brasil, preparou artigos e notas explicativas para apoiar os obreiros no conhecimento bíblico da doutrina pentecostal.

Os pioneiros deixaram como herança espiritual o uso consciente da música e a aproximação de um Deus pessoal. A identificação com o Antigo Testamento é outra herança importante, por isso os pentecostais leem a Bíblia buscando que as verdades ali contidas se tornem reais em sua vida. Aí está a importância das experiências pessoais, com a herança basilar do batismo no Espírito Santo e a evidência no "falar em outras línguas", bem como os dons do Espírito Santo.

A falta de uma confissão de fé é ressentida hoje por muitos líderes da Assembleia de Deus. Muitos de nossos pais na fé se preocupavam com esse tipo de documento, pois identificavam aí um risco de que pensamentos humanos substituíssem a Palavra de Deus. Mas já está claro que uma confissão de fé deve ser submetida à Palavra de Deus, e sua autoridade é terciária, após as Escrituras, depois os credos ecumênicos e finalmente as confissões. Foi em 1967 que o pr. Alcibíades Pereira Vasconcelos escreveu os nossos 14 pontos doutrinários do Cremos publicados em cada edição do jornal *Mensageiro da Paz*. Isso é tudo que temos no momento.

CREMOS

1. Em um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo (Dt 6.4; Mt 28.19; Mc 12.29);
2. Na inspiração verbal da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé normativa para a vida e o caráter cristão (2 Tm 3.14-17);
3. Na concepção virginal de Jesus, em sua morte vicária e expiatória, em sua ressurreição corporal dentre os mortos e sua ascensão vitoriosa aos céus (Is 7.14; Rm 8.34; At 1.9);
4. Na pecaminosidade do homem que o destituiu da glória de Deus, e que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo é que o podem restaurar a Deus (Rm 3.23; At 3.19);
5. Na necessidade absoluta do novo nascimento pela fé em Cristo e pelo poder atuante do Espírito Santo e da Palavra de Deus, para tornar o homem digno do reino dos céus (Jo 3.3-8);
6. No perdão dos pecados, na salvação presente e perfeita e na eterna justificação da alma recebidos gratuitamente de Deus pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo em nosso favor (At 10.43; Rm 10.13; 3.24-26; Hb 7.25; 5.9);
7. No batismo bíblico efetuado por imersão do corpo inteiro uma só vez em águas, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme determinou o Senhor Jesus Cristo (Mt 28.19; Rm 6.1-6; Cl 2.12);

8. Na necessidade e na possibilidade que temos de viver vida santa mediante a obra expiatória e redentora de Jesus no Calvário, através do poder regenerador, inspirador e santificador do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas do poder de Cristo (Hb 9.14; 1 Pe 1.15);
9. No batismo bíblico com o Espírito Santo que nos é dado por Deus mediante a intercessão de Cristo, com a evidência inicial de falar em outras línguas, conforme a sua vontade (At 1.5; 2.4; 10.44-46; 19.1-7);
10. Na atualidade dos dons espirituais distribuídos pelo Espírito Santo à Igreja para sua edificação, conforme sua soberana vontade (1 Co 12.1-12);
11. Na segunda vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas: primeira — invisível ao mundo, para arrebatar a sua Igreja fiel da terra, antes da Grande Tribulação; segunda — visível e corporal, com a sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos (1 Ts 4.16, 17; 1 Co 15.51-54; Ap 20.4; Zc 14.5; Jd 14);
12. Que todos os cristãos comparecerão ante o tribunal de Cristo, para receber a recompensa dos seus feitos em favor da causa de Cristo na terra (2 Co 5.10);
13. No juízo vindouro, que recompensará os fiéis e condenará os infiéis (Ap 20.11-15);
14. E na vida eterna de gozo e felicidade para os fiéis e de tristeza e tormento para os infiéis (Mt 25.46).

É um texto sucinto e de linguagem simples e de fácil compreensão, mas está incompleto. Faltam muitos pontos doutrinários e práticos que são parte da vida da igreja; no momento, não temos limites teológicos estabelecidos. Mesmo assim, foi um grande avanço, considerando o contexto em que esta declaração foi produzida. Pelo menos estas 14 declarações permitem saber no que os assembleianos acreditam. No entanto, a Assembleia de Deus é uma senhora de mais de 100 anos, com muitos teólogos, eruditos e doutores da Palavra reconhecidos por seu notável saber bíblico e piedade. É hora de rever esta situação e dar continuidade à obra que o pr. Alcebíades Pereira Vasconcelos começou.

referências bibliográficas

ANDRADE, Claudionor. *Manual da Harpa Cristã*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1999.

ARAÚJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2007.

_____. *Revista Histórica*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2006.

BETTENSON, H. *Documentos da Igreja Cristã*. São Paulo: Aste, 1967.

BERARDINO, Angelo di (editor). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis RJ/S. Paulo: Editora Vozes/Paulus, 2002.

BURGESS, Stanley M. and MAAS, Eduard M. Van Der. *International Dictionary of Pentecostal and Charismatic Movements* (Revised and Expanded Edition). Grand Rapids, MI, USA: Zondervan, 2003.

CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através dos Séculos*. São Paulo: Vida Nova, 1984.

CESAREIA, Eusébio. *História Eclesiástica*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2003.

CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2003.

CORRÊA, Iran. *Biografia dos Papas*, vol. XVII. São Paulo: Editora das Américas, 1952.

GONZALEZ, Justo L. *Uma História do Pensamento Cristão*, 3 vols. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

_____. *Uma História Ilustrada do Cristianismo*, 10 vols. São Paulo: Vida Nova, 2005.

DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.

ELWELL, Walter A. *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, 3 vols. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1988.

Enciclopédia Delta Universal, vol. VIII, Chicago, Illinois, USA: Edição Delta, 1991.

Enciclopédia Mirador Internacional, 20 vols. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1986.

Enciclopédia Barsa, 14 vols. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica, 1986.

GIRALDI, Luiz Antonio. *História da Bíblia no Brasil*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

GOOD, Merle & Phyllis. *20 Most Asked Questions about the Amish and Mennonites*. Intercourse, PA, USA: Good Books, 1995.

HORTON, Stanley M. *Teologia Sistemática - Uma Perspectiva Pentecostal*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1996.

_____. *O Avivamento Pentecostal*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2001.

HORTON, Stanley M. & MENZIES, William W. *Doutrinas Bíblicas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1995.

IRINEU DE LIÃO. *Contra as Heresias*. S. Paulo: Paulus, 1995.

JONES, Stuart & McKENZIE. *Greek-English Lexicon Liddell & Scott*. London: Oxford University Press, 1968.

JUSTINO, Mártir. *Justino de Roma*, 2ª. ed., S. Paulo: Paulus, 1995.

KNIGHT, A. e ANGLIN, E. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1984.

LATOURETTE, Kenneth Scott. *Uma História do Cristianismo*, 2 vols. São Paulo: Hagnos, 2006.

McGRATH, Alister E. *Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica*. São Paulo: Shedd, 2005.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir*. São Paulo: Aste, 1995.

MULLER, Richard A. *Dictionary of Latin and Greek Theological Terms*. Grand Rapids, MI, USA: Baker Book House, 1993.

OLSON, Roger. *História da Teologia Cristã*. São Paulo: Vida, 2001.

RENWICK, A. M. *A Igreja Cristã e Sua História*. Que Luz, Portugal: Núcleo – Centro de Publicações Cristãs, 1986.

REULY, Duncan Alexander. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 2003.

RIBEIRO, Eduardo. *Da Reforma Luterana à Contra Reforma Ibérica*. Que Luz, Portugal: Núcleo – Centro de Publicações Cristãs, s/d.

SCHAFF, Philip. *The Creeds of Christendom*, 3 vols. Grand Rapids, MI, USA: Baker Book House Co., 1993.

_____. *History of the Christian Church*, 8 vols. Grand Rapids, MI: Eerdmans Publishing Company, 1994.

SCHLEISINGER, Hugo e PORTO, Humberto. *Dicionário Enciclopédico das Religiões*, 2 vols. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TILLICH, Paul. *História do Pensamento Cristão*. São Paulo: Aste, 2004.

VILANOVA, Evangelista. *Historia de la Teología Cristiana*, 3 vols. Barcelona: Herder, 1989.

WALKER, W. *História da Igreja Cristã*, 2 vols., 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Juerp/Aste, 1980.